Vila Nova de Aveiro
formas urbanas reguladas

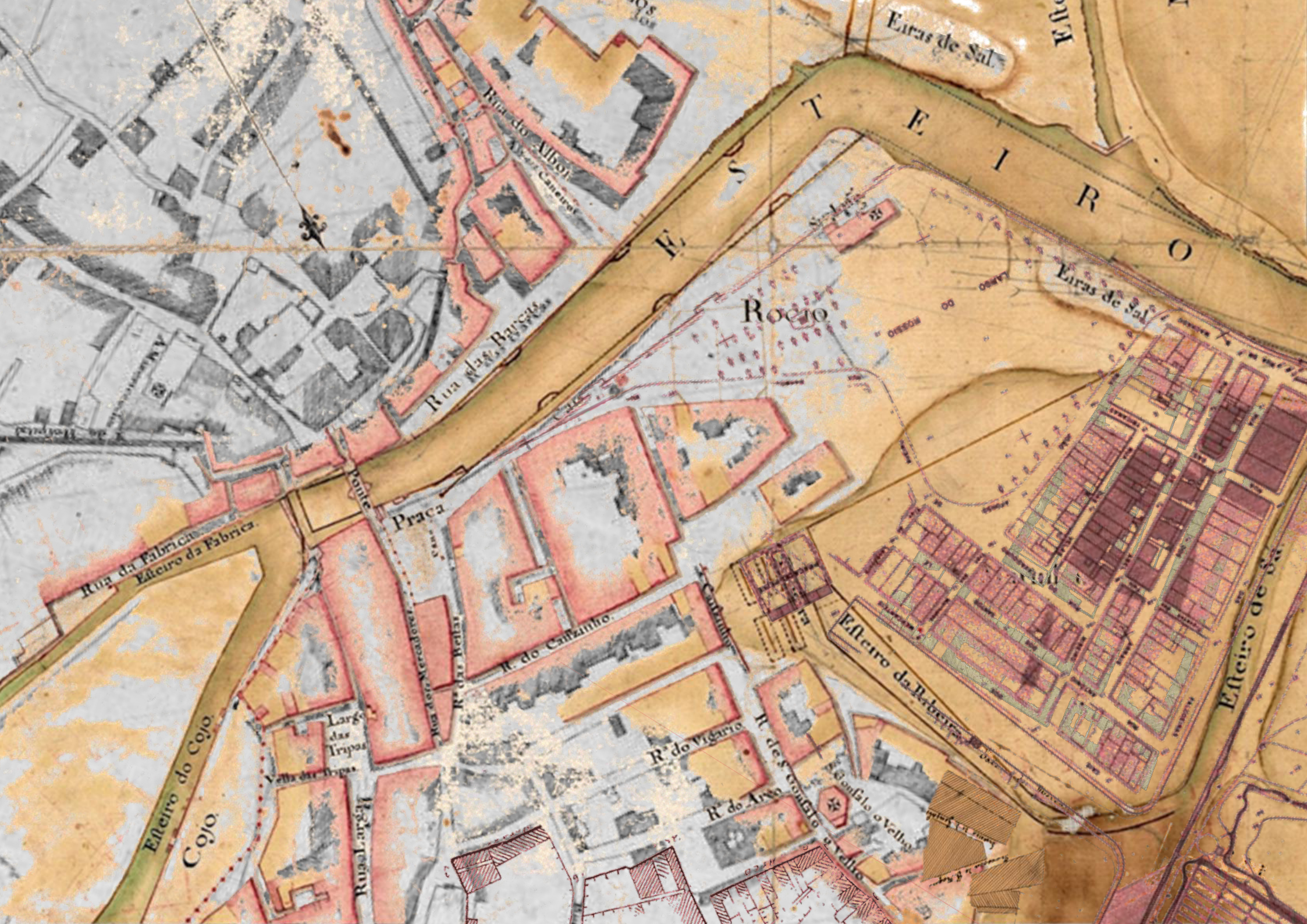
Diana Henriques Vela de Almeida
Coimbra, 2011

Dissertação de Mestrado Integrado em Arquitectura, apresentada ao Departamento de Arquitectura da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra, sob orientação do Professor Doutor Walter Rossa.

Vila Nova de Aveiro
formas urbanas reguladas

Diana Henriques Vela de Almeida
Coimbra, 2011

Dissertação de Mestrado Integrado em Arquitectura, apresentada ao Departamento de Arquitectura da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra, sob orientação do Professor Doutor Walter Rossa.



Eiras de Sal
Rua do Albor
Rua das Barcas
Rocio
Eiras de Sal
Praça
Ponte
Rua da Fabrica
Esteiro da Fabrica
R. do Cauzinho
Esteiro da Ribeira
Esteiro de Sa
Largo das Tripas
Esteiro do Cojo
Cojo
R. do Vigario
R. do Arco

Adro
R. de S. Paulo

índice

apresentação
[001]

parte I
[009] âmbito e metodologia
[019] representações do tempo urbano
[035] um enfoque. um olhar sobre a formação de Aveiro

parte II
[059] traços de ocupação
[087] regularidade dos traçados ubanos
[123] em jeito de conclusão: formas urbanas reguladas

parte III
[146] tratamento de fontes documentais
[158] apêndice documental gráfico

bibliografia
[171]

apresentação

A presente dissertação é resultado de um trabalho de investigação, onde o objectivo principal visou apreender como se afirmou e cresceu o aglomerado da antiga *Vila Nova* de Aveiro, a zona actualmente conhecida por *Beira-Mar*.

Para o efeito, existiu a necessidade de recuar até ao século XV – quando o crescimento da urbe exigiu a extensão da sua mancha construída à margem norte do esteiro que atravessa a cidade, através de um novo bairro que recebia assim o topónimo de *Vila Nova* – e, de modo a possibilitar a leitura do seu crescimento e sucessivas alterações morfológicas, tornou-se essencial a compreensão da dinâmica geográfica local e a análise das diferentes representações disponíveis da cidade de Aveiro.

Em termos estruturais de trabalho procedeu-se assim, a uma primeira pesquisa ao nível da história da cidade, que permitiu identificar e analisar os momentos mais significativos do seu crescimento e transformação, e à recolha de documentos cartográficos, que foram utilizados como base fundamental para a sustentação deste trabalho. É de salientar que neste estudo se privilegiaram como fontes primárias de investigação a utilização de fontes não escritas, tais como cartografia e iconografia, que foram, no entanto, dialecticamente complementadas com diferentes documentos escritos.

Num segundo ponto seguiu-se a de elaboração de cartografia caracterizadora da morfologia urbana de *Vila Nova* de Aveiro, procurando determinar quais as políticas urbanas que fundamentaram a sua expansão física. Para este estudo foram elaborados vários mapas, onde foram estudadas plantas de diferentes

épocas sobre a cartografia actual, a qual funcionou como base de trabalho.

O trabalho compõe-se pois por duas partes de pesquisa e análise.

Uma primeira, de introdução, onde além de clarificar o objecto de estudo e metodologia de análise adoptada, se procurou fazer uma breve apresentação das fontes documentais escritas e gráficas, que permitiram o posterior reconhecimento e análise de *Vila Nova*. Nesta primeira parte inclui-se ainda uma resumida abordagem ao processo de formação da urbe aveirense.

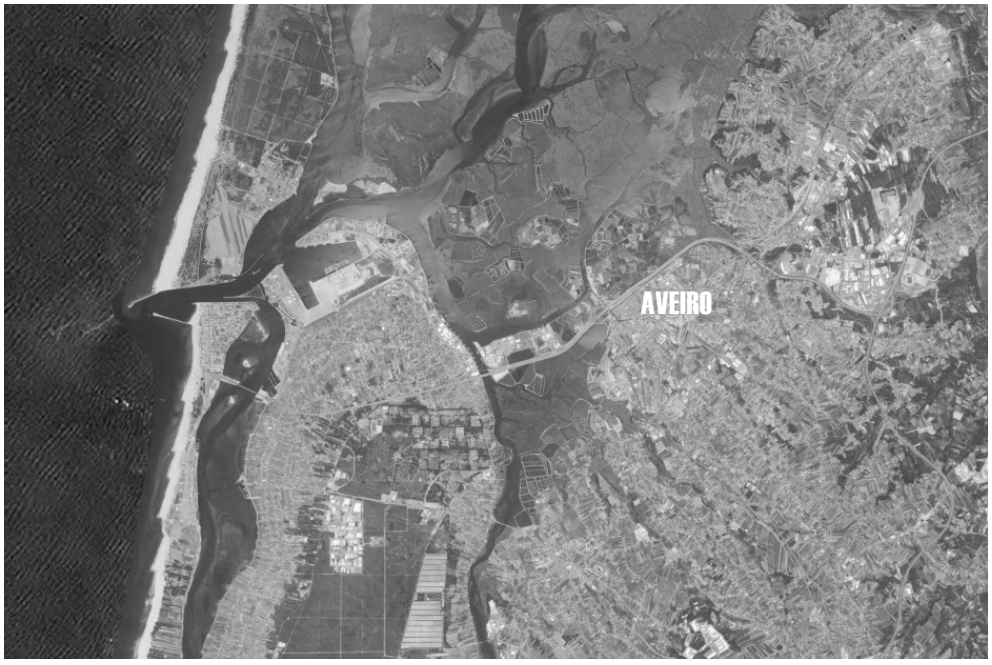
A segunda parte assume-se claramente como um conjunto de *leituras.*

Uma primeira com o objectivo de apresentar uma evolução e crescimento do núcleo de *Vila Nova*, com base em toda a documentação histórica disponível, devidamente acompanhada pelos respectivos *traços de ocupação* dos séculos XV, XVI, XVIII, XIX e XX, desenhados de acordo com os dados adquiridos dessas mesmas fontes.

Desta, parte-se para uma outra leitura, com um propósito diferente. De acordo, com a abordagem anterior, pretendeu-se a constatação de *regularidades* e regras dos traçados, um olhar sobre o tecido urbano, averiguando os pressupostos antecedentes.

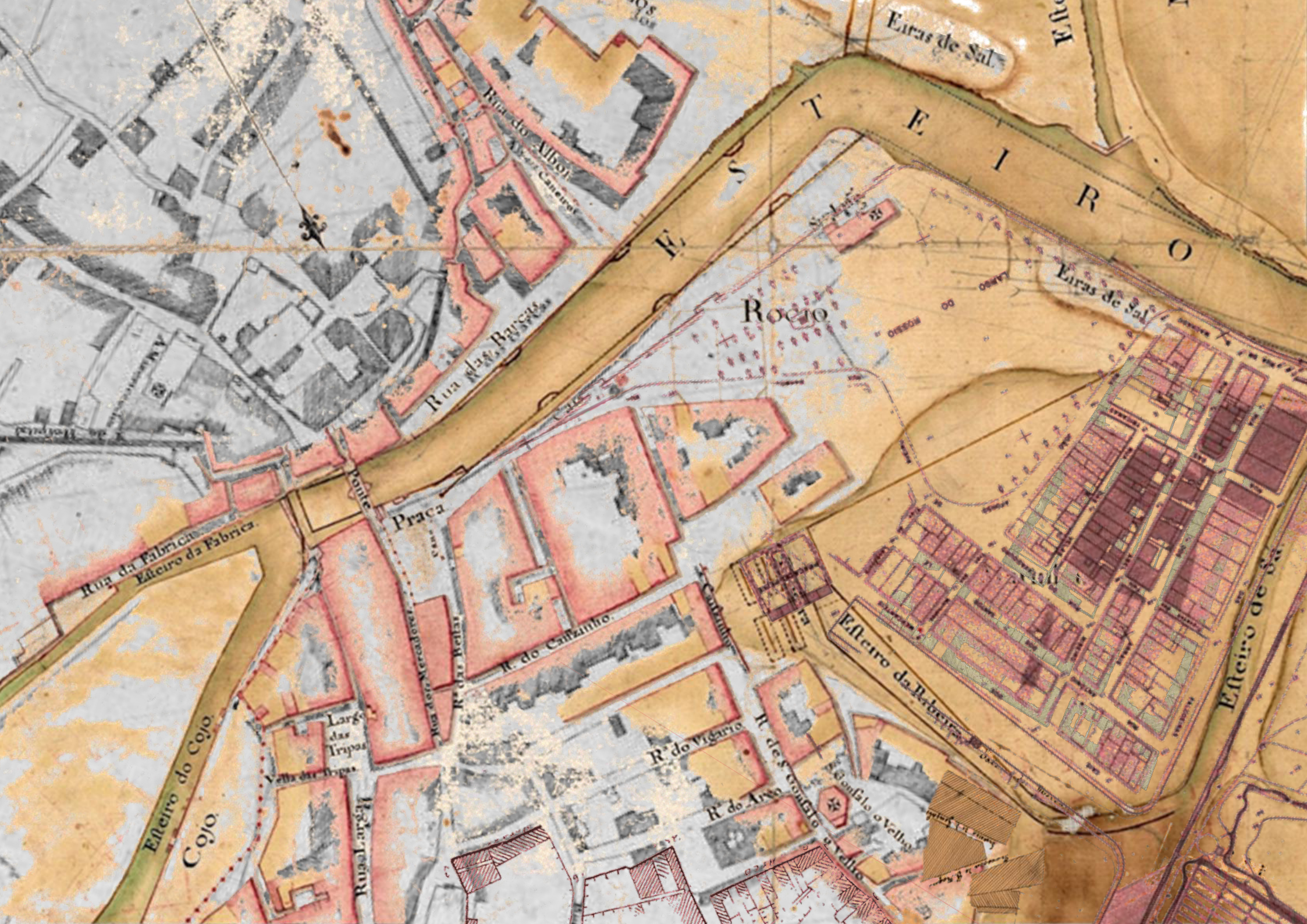
Por fim, uma última que resulta das duas leituras anteriores. Em jeito de reflexão das análises realizadas, procurou-se perceber as práticas e pressupostos intrínsecos ao desenvolvimento das *formas urbanas reguladas* da Beira-Mar.

Apresenta-se ainda uma terceira e última parte, que complementa o trabalho pela apresentação e tratamento de fontes documentais e apêndice documental gráfico. A cartografia desempenhou pois um papel preponderante como meio de apresentação de resultados e, essencialmente, como método de análise e síntese. Recorreu-se, sempre que oportuno, ao poder informativo do desenho para expressar determinadas leituras da cidade. Por tudo isto, este trabalho manifesta-se sobretudo como um exercício de análise morfológica, devidamente estruturado pela abordagem de desenho.



Localização geográfica de Aveiro (fonte: Google Earth)

Localização geográfica do Bairro da Beira-Mar, Aveiro. (fonte: Google Earth)



Eiras de Sal
Rua do Albor
Rua das Barcas
Rocio
Eiras de Sal
Praça
Ponte
Rua da Fabrica
Esteiro da Fabrica
R. do Cauzinho
Esteiro da Ribeira
Esteiro de Sa
Largo das Tripas
Esteiro do Cojo
Cojo
R. do Vigario
R. do Arco

parte I

âmbito e metodologia

A par de todo um desenvolvimento e crescimento da cidade de Aveiro, subsiste ainda a tradição de algumas vivências etnográficas e todo um património edificado marcado por uma intensa relação com a ria. O facto determinante de não se terem verificado grandes rupturas ao nível do tecido urbano, dota o actual bairro da Beira-Mar de uma homogeneidade e coerência morfo-tipológica, que testemunha este modo de vida singular de um povo dedicado às actividades marítimas.

Este trabalho procurou o conhecimento das transformações físicas e a análise morfológica deste núcleo, que embora bem delimitado, mas não inerte, insinua diferentes fases de expansão, onde o seu alargamento é conseguido à custa da ocupação de solos/marinhas, que por séculos o abasteceram, e à multiplicação de arruamentos e quarteirões onde a função de dormitório é dominante.

O principal objectivo residiu na descodificação da sua regra de composição e transformação; identificando, no contexto de ocupação do sítio, o papel dos elementos urbanos e da geografia para a forma, o crescimento urbano, o traçado do bairro e as próprias tipologias que lhe são características. Como resultado, pretendeu-se precisar o bairro da Beira-Mar frente à historiografia da cidade de Aveiro e testemunhar como a sua forma actual é resultante de sucessivos processos de expansão, que deram resposta às necessidades que surgiram em distintos períodos.

O estudo morfológico do conjunto urbano aspirou assim concentrar-se no aspecto fundamental caracterizador da sua estrutura urbana – o traçado, na

sua concepção global e nos seus processos de crescimento, na estrutura de ruas, quarteirões e respectivos loteamentos.

Tendo na sua origem *Vila Nova*, como expansão do tecido urbano de Aveiro a partir do século XV, o que se pretendeu aqui analisar foi tudo aquilo que se destaca no seu crescimento, que reporta essencialmente aos séculos XVI, XIX e XX, por representar ou indicar novos *modos de fazer* e novos *modos de desenvolvimento* – novidades do traçado e regras de composição. Esta diversidade, de contextos e épocas do tempo distintas, coincide com os períodos áureos de conteúdo sócio-económico da cidade de Aveiro, fortemente marcados pelo desenvolvimento da sua urbe.

Interessou pois entender as diferentes respostas às solicitações, consequentes de aumentos demográficos, nos referidos períodos; clarificando quais foram os gestos de expansão e intenções inerentes desde a abertura de novos arruamentos e loteamentos ao próprio edifício. Neste contexto, e numa perspectiva de clarificar os mecanismos de concepção e composição que estiveram na origem da evolução deste território, marcado pela necessidade de albergar um povo com actividades específicas, adoptou-se como objecto de estudo, a sua forma e respectivo significado.

Contudo, mais do que os aspectos de crescimento espontâneo, do início do século XV, interessou a constatação e análise das *formas urbanas reguladas* e previamente concebidas – expressas na abertura de ruas, que terão tido na sua origem aforamentos como processo de urbanização, e, na criação de uma matrizes regulares, como resultado de uma repartição homogénea e geometrizada do espaço.

A Beira-Mar permanece hoje, como uma área distinta dos demais bairros da cidade – são as suas especificidades de implantação, características do traçado, arruamentos, quarteirões, lotes, e as próprias tipologias habitacionais, que requerem uma análise que possibilite o reconhecimento desses elementos que lhe conferem essa identidade específica, por forma à preservação do seu património integrado no planeamento urbano e dinâmica da cidade.

A pertinência desta investigação prende-se também com o facto da história e ordenamento deste território constituir ainda uma área pobre, caracterizada sobretudo pela escassez de documentação desenhada, e também pela inexistência de estudos com base na análise morfológica e levantamentos cartográficos actuais. Na bibliografia de Aveiro, poucas são as referências ao processo de crescimento e configuração do traçado urbano da Beira-Mar, e menos ainda, acerca da relação entre a história do bairro e a configuração da sua morfologia.

A futura abordagem procura, portanto, contribuir para os estudos sobre a morfologia e a história da cidade de Aveiro, desvendando a forma do ambiente construído da sua *Vila Nova* num intervalo temporal, que compreende diferentes configurações e processos de actuação.

Na medida do possível, este enfoque, passível com o alinhamento de outros trabalhos, poderá originar dados e conclusões importantes para a historiografia do urbanismo português, tornando-se mais uma referência sobre a evolução urbana de *ensanches* ou expansões programadas do tecido urbano.

metodologia de análise

Tendo em vista a abordagem do processo dinâmico da evolução da cidade, desde logo, foi necessário ter em consideração os aspectos geográficos e temporais relacionados com a sua génese. Na realidade, e, ainda que cada época apresente diferentes concepções de organização e planificação do espaço, o meio físico onde a cidade se estabelece actuou como variável condicionante na sua implantação urbana.

Uma vez, analisada a dinâmica geográfica, tornou-se fundamental identificar os diferentes momentos que pautaram o seu processo de evolução, tal como os factores que originaram e contribuíram para a transformação ou evolução das sucessivas tramas urbanas. Assim, foi forçoso, para esta abordagem, beneficiar de múltiplos olhares e recorrer a um conjunto diversificado de fontes que possibilitaram interligar os subtis testemunhos e reuni-los numa leitura, simultaneamente, espacial e diacrónica.

Neste contexto, para o conhecimento da configuração física dos seus espaços e elementos urbanos associou-se a uma leitura do existente, ou seja, à expressão actual da área em estudo, todo um conjunto de dados que foram sendo levantados no decorrer do tempo, e que constituem agora uma mais-valia na construção da história da cidade. Para tal contou-se, com uma compilação e crítica de fontes documentais antigas (escritas e desenhadas), da recolha de material cartográfico actualizado, da fotografia aérea, bem como das marcas físicas das sucessivas ocupações, que são ainda hoje perceptíveis.

A cidade foi apreendida não só enquanto objecto de estudo, mas também como a fonte mais directa para o seu próprio conhecimento, como fonte em si mesma. No sentido, em que a sua configuração continua a existir oferecendo possibilidades de trabalho consideráveis, foi necessário utilizar os elementos que representam formalmente a sua realidade actual, considerando portanto a sua representação, gráfica e rigorosa, como objecto de estudo.

Deste modo, este trabalho fez uso do património edificado actual entendido como vestígio material e documento histórico que pode ser estudado. Na verdade, na evolução do espaço urbano de Aveiro persistiram algumas marcas morfológicas significativas do período medieval, designadamente, ao nível do traçado viário, dos quarteirões, das parcelas e do edificado, que, só por si, representam importantes elementos para análise da sua transformação e crescimento.

Elegendo como objectivo principal deste trabalho a compreensão da *forma urbana* – configuração física da Beira-Mar, as escalas de observação e análise compreenderam desde a maior dimensão – a aglomeração no seu todo, até à mínima grandeza – a parcela, lote, e o próprio edifício.

O desenho rigoroso, em *AutoCad*, constou para esta investigação, como o instrumento principal de representação e interpretação dos diferentes contextos e desenvolvimentos históricos da forma da cidade. De molde à elaboração de uma sequência de plantas, teoricamente, representativas das diferentes fases de crescimento da cidade, recorreu-se à base cartográfica actual, à qual se foram subtraindo elementos correspondentes a fases cronológicas bem definidas. Assim,

através de um processo regressivo procurou-se determinar os espaços, as vias e as construções que se transformaram ou permaneceram imutáveis, ao longo do tempo.

O estudo e conhecimento da evolução urbanística da Beira-Mar envolveu, por um lado, a interpretação do espaço edificado, bem como as actividades aí desenvolvidas e, por outro, uma recolha sistemática dos documentos relativos à história da cidade, que forneceram dados inestimáveis, permitindo adiantar hipóteses interpretativas acerca das formas urbanas que a cidade conheceu.

No reconhecimento da cidade como objecto de análise – pelo exame crítico das formas urbanas existentes, e, compreendendo também a transposição para o desenho de um conjunto de dados históricos que lhe dizem respeito, permitindo aferir regras compositivas, métodos e processos da sua estruturação urbana – importa referir a proximidade e o conhecimento da linha de investigação desenvolvida aqui no Centro de Estudos do Departamento de Arquitectura – o *desenhar a história*, e todo o conjunto de trabalhos direccionados para o conhecimento e estudo da cidade medieval portuguesa[1].

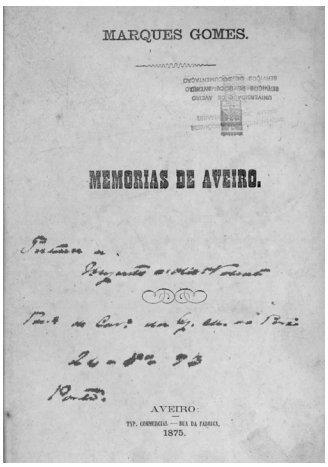
[1] Destacando, Walter ROSSA; Luísa TRINDADE, 'Questões e antecedentes da cidade portuguesa: o conhecimento sobre o urbanismo medieval e a sua expressão morfológica', *Murphy*, 2006, pp.70-109; e Sandra PINTO, *Análise formal: recursos, princípios, métodos. Subsídios metodológicos para o conhecimento da cidade portuguesa*, 2006.

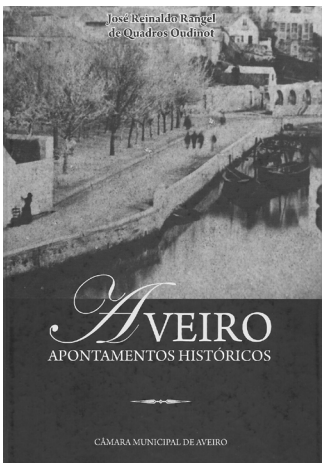
representações do tempo urbano

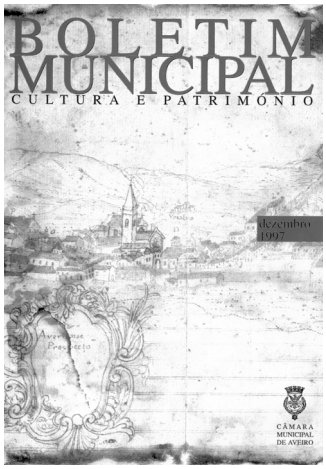
Repercutindo-se no espaço através de contextos construtivos, o *tempo* encontra-se consolidado na cidade actual – nos traçados das ruas, na forma dos edifícios e no uso do seu solo. De facto, parte do edificado da Beira-Mar, que se mantém actualmente integrado no tecido urbano, goza de uma longa permanência temporal, beneficiando de uma multiplicidade de elementos sobreviventes de épocas anteriores, justificados pela duração do edificado e a inércia dos traçados.

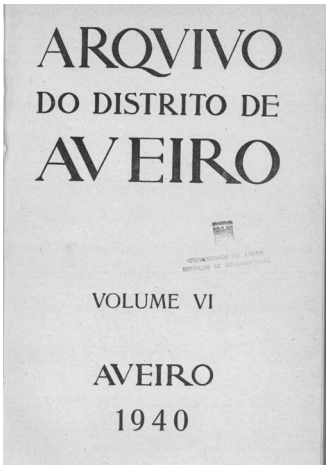
No entanto, e ainda que a *forma urbana* constitua o principal arquivo histórico da cidade, onde diferentes temporalidades se encontram materializadas, foi necessário reunir, cruzar e interpretar um variado conjunto de informações, de modo a conhecer e permitir uma leitura dos principais momentos e características da sua evolução. A cidade como resultado de um processo de *reescrita contínua* dificulta o seu resgate num determinado momento, sendo por isso indispensável associar a uma leitura do existente, todo um conjunto de dados levantados no decorrer do tempo, ainda que, permanentemente confrontados com tecido urbano construído.

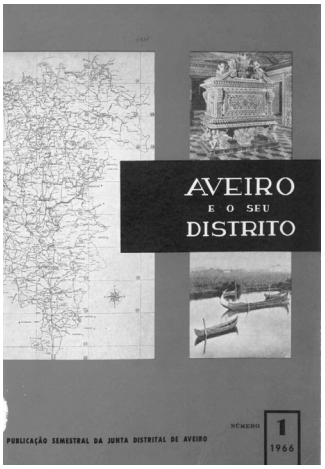
No entanto, um dos principais problemas que se coloca, no estudo da cidade histórica, é a ausência ou escassez de informações para alguns períodos do seu crescimento. Ao contrário da cidade contemporânea, que possui um conjunto de dados muito mais objectivos e directos, acerca sua forma urbana, onde se incluem a cartografia, fontes cadastrais, fotografia área e mesmo planos municipais, na cidade de fundação este conhecimento é quase inexistente para os períodos mais recuados.











1 2
3 4 5

1| Marques GOMES, *Memórias de Aveiro*, 1875 (folha de rosto).

2| Rangel de QUADROS, *Aveiro, Apontamentos Históricos*, 2009 (folha de rosto).

3| *Boletim Municipal Cultura e Património*, Dez.1997 (folha de rosto).

4| *Arquivo do Distrito de Aveiro*, volume VI, 1940 (folha de rosto).

5| *Aveiro e o seu Distrito*, nº1, Jan.1966 (folha de rosto).

Aveiro detém, para além dos elementos conservados da estrutura medieval, de fontes documentais, e embora tardias, mas únicas, de representações iconográficas e cartografias produzidas entre nos séculos XVIII e XIX. Uma das tarefas essenciais no estudo da morfologia urbana da cidade baseou-se assim, numa análise comparativa das representações disponíveis, que exigiu uma utilização articulada das várias fontes, de modo a identificar as transformações ocorridas ao longo dos tempos.

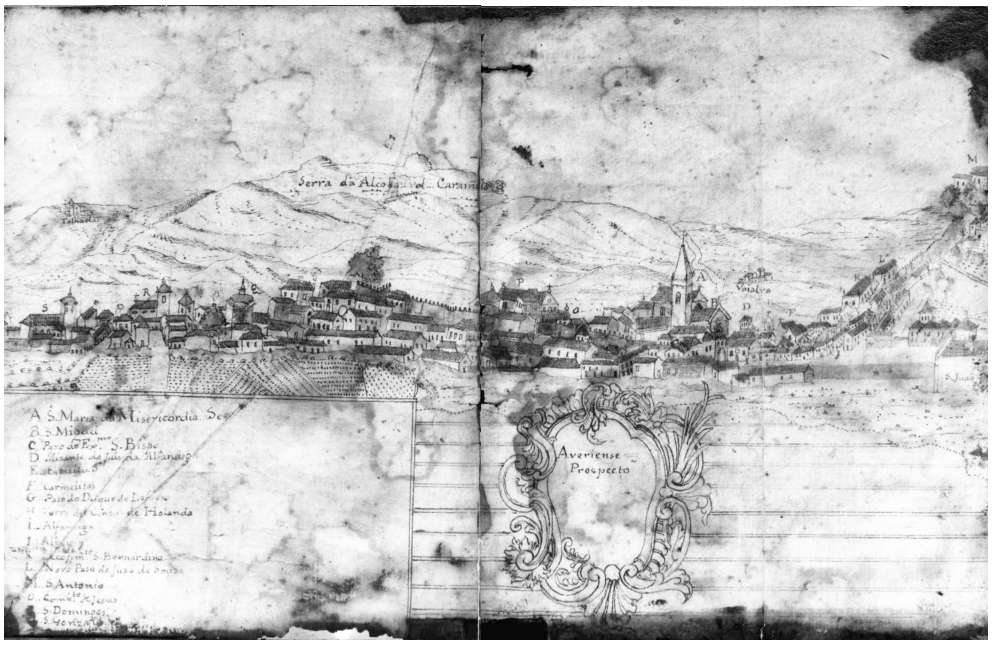
fontes documentais escritas

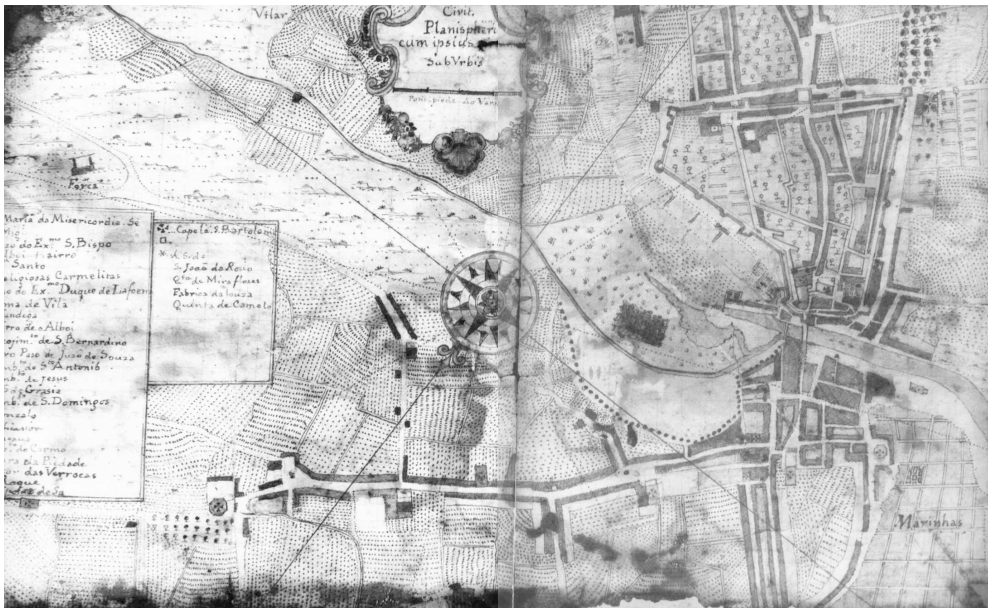
Razoavelmente vasta, a bibliografia existente sobre a cidade é essencialmente constituída por fontes histórico-documentais já publicadas ou transcritas, produzidas nos séculos XIX e XX. Contudo, mereceram particular destaque para este trabalho, *apontamentos históricos* com especial incidência sobre o seu património arquitectónico, nos quais se distinguem autores como, António Christo, Amaro Neves, João Gaspar, Marques Gomes e Rangel de Quadros, todos eles aveirenses notáveis que se dedicaram afincadamente à investigação histórica de lugares e memórias de Aveiro. Abrangendo uma série de dados tratam-se no entanto, de relatos e ilustrações descritivas dos espaços urbanos, que pelas suas próprias características têm implícita uma interpretação pessoal, como forma de testemunho de quem os produziu.

De salientar igualmente, os diversos e vastos fragmentos informativos publicados no *Arquivo do Distrito de Aveiro*[2] e *Aveiro e o seu Distrito*[3]. Estes, constituem hoje uma fonte preciosa de informação no que se refere à biografia de Aveiro relacionada com os seus arruamentos e respectivas datas de abertura, aforamentos, casas, serventias e logradouros, e, pontualmente, com alguns edifícios construídos referenciados a ruas e cronologias.

[2] Revista trimestral de publicações, documentos e estudos relativos ao distrito/dir.prop. António Gomes da Rocha Madahil; ed. Francisco Ferreira Neves. Aveiro: v.I, nº1 (1935) – v.XXIV, nº 168 (1976). Acessível na Biblioteca Municipal de Aveiro.

[3] Publicação semestral de estudos regionais/dir. ed. Junta Distrital de Aveiro. Aveiro: nº1(Jan. 1966) – nº37 (Jul.1986). Acessível na Biblioteca Municipal de Aveiro.





6| Perfil da cidade *Aveirense Prospecto,* [1770-75?]. Depositado no Museu de Aveiro.

7| Planta *Averiensis Civit: Planipheri cum ipsius suburbis,* [1770-75?]. Depositado no Museu de Aveiro.

Ainda dentro da documentação escrita surgem registos dos limites da cidade e da sua extensão, com indicação de campos de cultivo, marinhas, bem como da proximidade dos canais fluviais, tornando possível pela sua descrição física promover um redesenho, no mínimo, pela sua posição geográfica, de modo a contribuir para o desenvolvimento de análise formal.

A par dos documentos referidos foram consultados igualmente estudos, já publicados, acerca da cidade medieval, alguns resultantes da interpretação desses mesmos manuscritos.

A utilização das fontes documentais revelaram-se de extrema importância no confronto com as informações disponibilizadas pelas representações gráficas, permitindo estabelecer analogias e obter dados precisos acerca de ruas e construções, não possuindo no entanto qualquer rigor topográfico.

fontes iconográficas, cartográficas e fotográficas

Na procura do conhecimento da evolução do tecido urbano de Aveiro, a cartografia histórica adquiriu particular realce, enquanto referência clarificadora da sua aparência no passado, possuindo um teor de informação único, insubstituível por qualquer outro tipo de fonte. Os documentos escritos, ainda que, por mais numerosos e detalhados que sejam, não proporcionam uma concretização da imagem da cidade.

Ao contrário dos muitos testemunhos descritivos existentes, as transcrições gráficas da cidade, em determinados momentos e nas mais variadas técnicas de levantamento e representação (vistas do perfil da cidade, plantas, cartas, etc.), permitiram apreender sucessivos retratos estáticos, que estudados possibilitaram a construção de uma imagem dinâmica do processo evolutivo da cidade.

As primeiras representações de Aveiro, ambas do século XVIII, consistem em duas perspectivas: um perfil da cidade e a respectiva planta. Estas ilustrações, ao que se presume dum anónimo espanhol, integram a colectânea à guarda do Museu de Aveiro.

8| *Planta da Cidade de Aveiro,* [1780-81?]. Instituto Geográfico Português [CA 390].

Apesar de constituírem um trabalho de grande valor documental e de qualidade reconhecida, o seu rigor e pormenor cartográficos não são suficientes para a reconstrução exacta do espaço urbano. Fornecendo um conjunto de anotações toponímicas, incluídas nas respectivas legendas, tratam-se contudo, de ilustrações sem qualquer relação matemática entre as dimensões dos elementos do desenho, não possuindo escala cartográfica.

No entanto, na referida planta, intitulada *Averiensis Civit: Planipheri cum ipsius suburbis*[4], destaca-se a densidade da mancha construída, a determinação do perímetro das muralhas e os principais edifícios, dentro e fora do mesmo. Do mesmo modo, o seu perfil, constitui uma gravura única, facultando uma imagem da cidade, quase fotográfica, onde é possível identificar o conjunto da estrutura urbana, bem como as construções mais simbólicas, que aparecem destacadas pela sua desproporcionalidade.

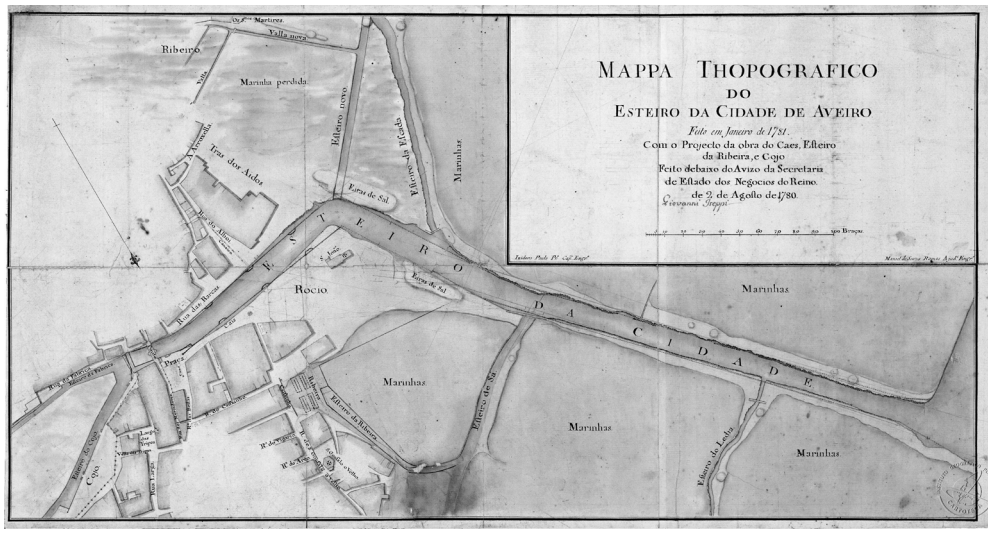
A par destas, outras fontes iconográficas, de diferentes períodos históricos, permitem ilustrar a cidade de Aveiro, as quais são apresentadas ao longo do trabalho.

Ainda que se questione o rigor das primeiras representações cartográficas[5], estas surgem de uma necessidade de controlo do território, assumindo um papel analítico, como instrumento colector de informação e essencial como suporte projectual a intervenções urbanas.

Em Aveiro, são as urgentes obras da Barra que despertam para um crescimento da consciência territorial – durante o século XVIII diversos engenheiros ligados à abertura e fixação da barra cartografam o litoral, com descrições toponímicas, da ria de Aveiro e os seus cursos de água, de alguns aglomerados populacionais e evidentemente os respectivos projectos de intervenção.

[4] Encontra-se reproduzida no *Arquivo do Distrito de Aveiro*, vol.VI, 1974, p.85.

[5] As representações cartográficas dos séculos XVIII e XIX apresentam não só escalas com unidades distintas, mas sobretudo algumas discrepâncias ao nível de distâncias entre os vários elementos urbanos. Saliente-se no entanto, que estas diferenças encontradas são perfeitamente compreensíveis tendo em atenção a época em que foram elaboradas, com métodos e técnicas de levantamento da cidade e de elaboração das cartas ainda pouco desenvolvidos.



9| *Mappa Thopográfico do Esteiro da Cidade de Aveiro,* 1781. Instituto Geográfico Português [CA 318].

10| *Carte particulière des environs d'Aveiro...,* 1759. Instituto Geográfico Português [CA 315].

Neste contexto, em fins do século, a representação da cidade aparece-nos de uma forma mais autêntica, com o levantamento topográfico da cidade, pelo início da década de 1780. Este documento intitulado *Planta da Cidade de Aveiro*[6], atribuído ao engenheiro Izidoro Paulo Pereira, constitui uma peça fundamental para a reconstituição da morfologia da cidade, pelo detalhe e clareza da informação cedida. Apresentando escala gráfica identifica a sua mancha urbana e fornece "*dados toponímicos e fundiários, dá-nos indicações precisas e impossíveis de registar por escrito, sobre a morfologia urbana, o parcelares e as frentes de rua então ocupadas com construções*"[7], delimitando a cidade e a clarificando sua relação com a laguna.

Datado do mesmo período, o *Mappa Thopográfico do Esteiro da Cidade de Aveiro*[8], apresenta uma transcrição gráfica detalhada da configuração do esteiro que atravessa a cidade, a ocupação das suas margens e as ligações entre as mesmas.

Referente ao século XIX, a planta da *Cidade d'Aveiro*[9], acessível no Arquivo Histórico-Documental do Porto de Aveiro, ao contrário do levantamento do século anterior, apresenta já uma escala expressa no sistema métrico-decimal[10].O século XIX vê deste modo surgir as primeiras representações cartográficas rigorosas, contudo, este levantamento, datado de 1865, é realizado com base na unidade de quarteirão, não identificando a composição e parcelamento dos mesmos.

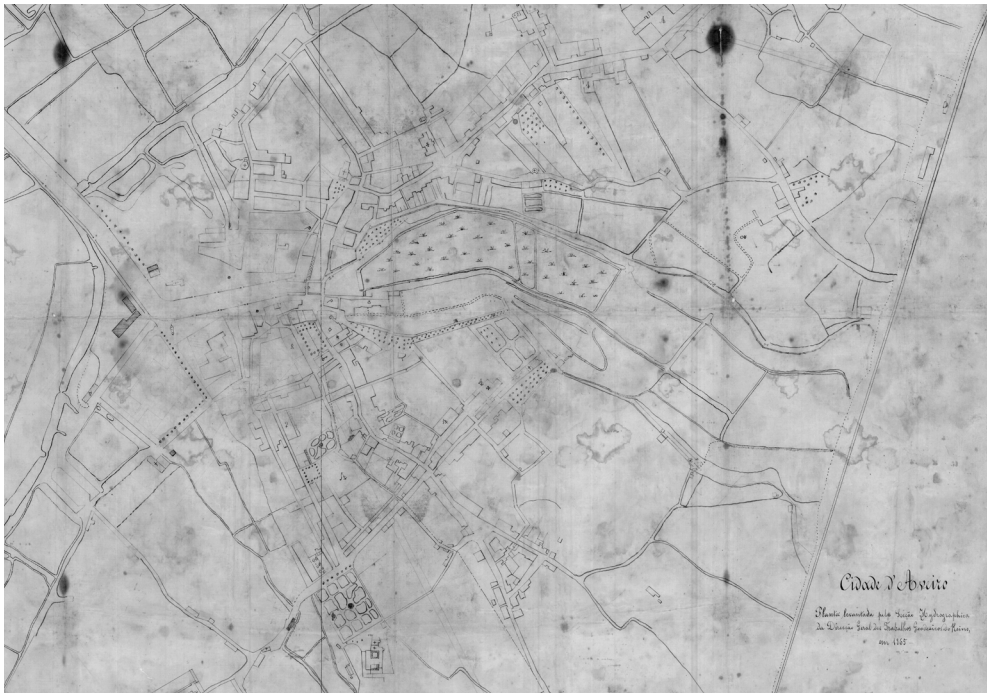
[6] *Planta da Cidade de Aveiro*, escala gráfica [100 palmos = 115 mm], [1780-81?], 1 planta: ms., color., em papel; 1 021 x 738 mm. Acessível no Instituto Geográfico Português. CC CA390.

[7] Walter ROSSA, 'A relevância da cartografia para a construção da história de urbes como Aveiro', *SAL, Boletim Municipal de Cultura*, 2007, p.7.

[8] Giovanni ISEPPI, *Mappa Thopografico do Esteiro da Cidade de Aveiro*, escala gráfica [100 braças = 144 mm], 1781, 1 planta: ms., color., em papel; 606 x 326 mm. Acessível no Instituto Geográfico Português. CC CA318. Corresponde a um projecto de intervenção na zona do Rossio, Ribeira e Côjo, num reordenamento dos espaços de circulação, quer canais quer na Ribeira.

[9] Secção Hydrographica da Direcção Geral dos Trabalhos Geodésicos do Reino, *Cidade d'Aveiro*, escala [ca. 1:2 500], 1865, 1 planta: ms., color., tela; 64 x 83 cm. Acessível no Arquivo Histórico-Documental do Porto de Aveiro. CC APA-IM-CA-000017.

[10] Até então as medidas decorriam sempre de referências antropomórficas, nomeadamente *palmos* e *braças*.



11| *Cidade d'Aveiro,* 1865. Arquivo Histórico-Documental do Porto de Aveiro [CC APA-IM-CA-000017].

12| *Planta da Cidade: Hygiene d'Aveiro,* 1904. Arquivo da Biblioteca Municipal de Aveiro.

Os levantamentos cartográficos multiplicam-se a partir de inícios do século XX, surgindo quase sempre associados a fases mais significativas de planeamento e transformação do aglomerado urbano. Assumindo particular relevância pelo seu rigor, reúnem um conjunto de elementos morfológicos extremamente significativos para o estudo da cidade, quer em termos topográficos, facultando as curvas de nível, quer em termos do edificado, do parcelamento e dos eixos viários.

Assim, na procura de *imagens* da cidade, que permita documentar as suas formas e dimensões em épocas recuadas, encontra-se no mínimo, as representações gerais do século XVIII e de meados de Oitocentos. Salientando que os exemplares cartográficos, datados de 1780 e 1865, anteriormente referidos, apresentaram-se como documentos base para o estudo urbano em épocas anteriores ao século XIX, como suporte para a análise de iconografia e como referência para o esboço de plantas, exigindo no entanto, um confronto permanente com os levantamentos actuais.

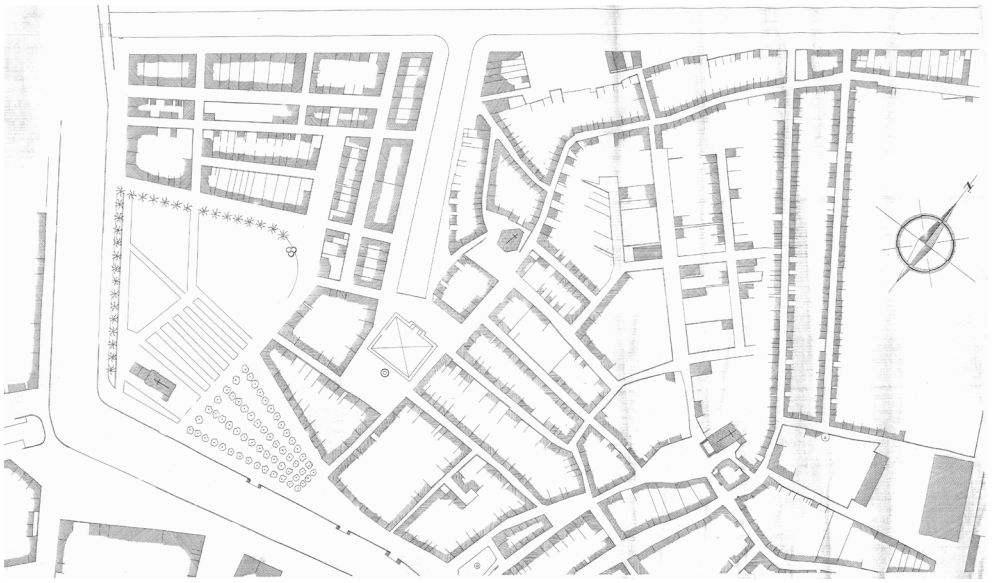
De todos os documentos cartográficos conhecidos, datados de inícios até meados do século XX, destacaram-se, como elementos centrais para o presente estudo, as seguintes plantas: *Hygiene d'Aveiro* (1904)[11], *Extracto duma Planta da Cidade de Aveiro, anterior a 1911* (1959)[12], *Planta da Cidade de Aveiro* (1931)[13] e o *Plano Director da Cidade de Aveiro*[14] de 1964. Contudo, outros dados cartográficos foram também referências pertinentes, ao estudo das transformações ocorridas durante este período.

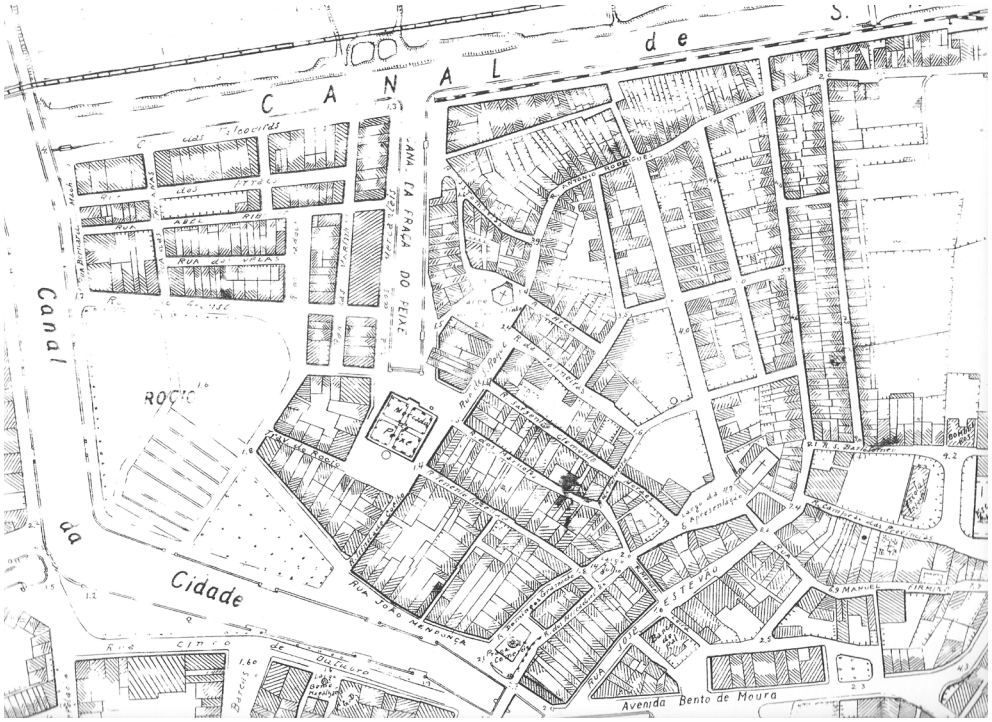
[11] José Maria SOARES, *Planta da Cidade: Hygiene d'Aveiro*, escala [ca. 1:2 500], 1904, 1 planta: Impr., a preto, em papel. Acessível no Arquivo da Biblioteca Municipal de Aveiro.

[12] *Extracto duma Planta da Cidade de Aveiro, anterior a 1911, existente nos Arquivos da Repartição de Obras da Câmara Municipal de Aveiro*, escala [ca. 1:1 000], cópia datada de Outubro 1959, 1 planta: impr., a preto, em papel. Acessível no Arquivo da Biblioteca Municipal de Aveiro.

[13] Gumerzindo SILVA, *Planta da Cidade de Aveiro*, escala [ca. 1:2 000], 1931, 1 planta: impr., a preto, em papel. Acessível no Arquivo da Biblioteca Municipal de Aveiro.

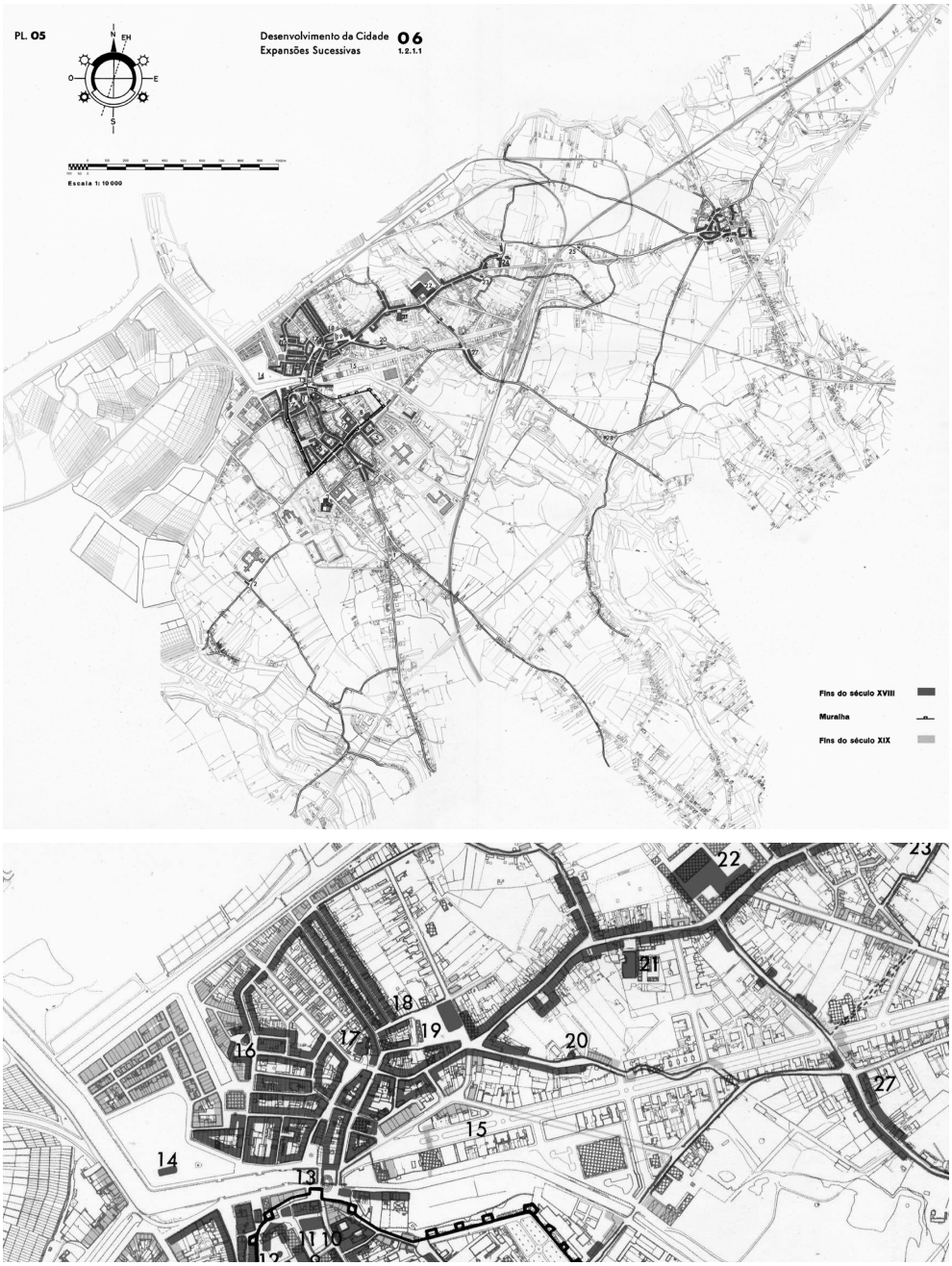
[14] Robert AUZELLE, *Plano Director da Cidade de Aveiro*, Aveiro: Câmara Municipal de Aveiro, 1964. Acessível no Arquivo da Biblioteca Municipal de Aveiro.





13| *Extracto duma Planta..., anterior a 1911,* 1959. Arquivo da Biblioteca Municipal de Aveiro.

14| *Planta da Cidade de Aveiro*, 1931. Arquivo da Biblioteca Municipal de Aveiro.



15| *Plano Director da Cidade de Aveiro,* pl.5, 1964. Arquivo da Biblioteca Municipal de Aveiro.

16| Vista sobre a *Beira-Mar*.

(fonte: http://www.prof2000.pt/users/avcultur/fmsarmento/AveiFoto/Aveiro/082_Aveiro.jpg)

No debruçar da urbe, de finais do século XIX e início do século XX, foi também possível contar com a fotografia da cidade, que actuou enquanto registo documental das transformações urbanas, não se cingindo à condição de ilustração, pela sua evidência histórica relevante para o entendimento das formas da cidade.

O acesso a vários retratos fotográficos[15] – que registam realidades físicas que se encontram actualmente alteradas – contribuiu para a construção da memória dos espaços e traçados urbanos, que compõem hoje a cidade, e dos elementos a eles associados, ocupação de lotes, fachadas e cérceas do edificado e respectivas volumetrias.

Para este período, foi possível incluir igualmente a fotografia aérea, mais recente, que nos permitiu perceber as grandes transformações urbanísticas que a cidade conheceu na segunda metade do século XX.

A informação contida nos diversos tipos de suportes cartográficos, permitiu deste modo observar as características físicas do sítio e as suas relações com o território, clarificando as razões a sua escolha para a implantação do núcleo urbano, entender as características fundamentais do seu traçado nos sucessivos períodos históricos, os conceitos teóricos subjacentes, a sua génese e os seus principais períodos de expansão.

[15] Como o espólio fotográfico reunido por Amaro NEVES e Carlos Alberto RAMOS, *Aveiro, silhuetas do tempo que passa*, 1985, de João SARABANDO, *Aveiro, imagens de um século*, 2007, e *Aveiro Antigo,* uma reedição do catálogo da exposição de António Graça realizada em 1984, 2001.

17| Vista sobre a cidade de Aveiro.

(fonte: http://www.sal-atlantic.net/web/030-zonas/060-zona6/album/img3.jpg/variant/medium)

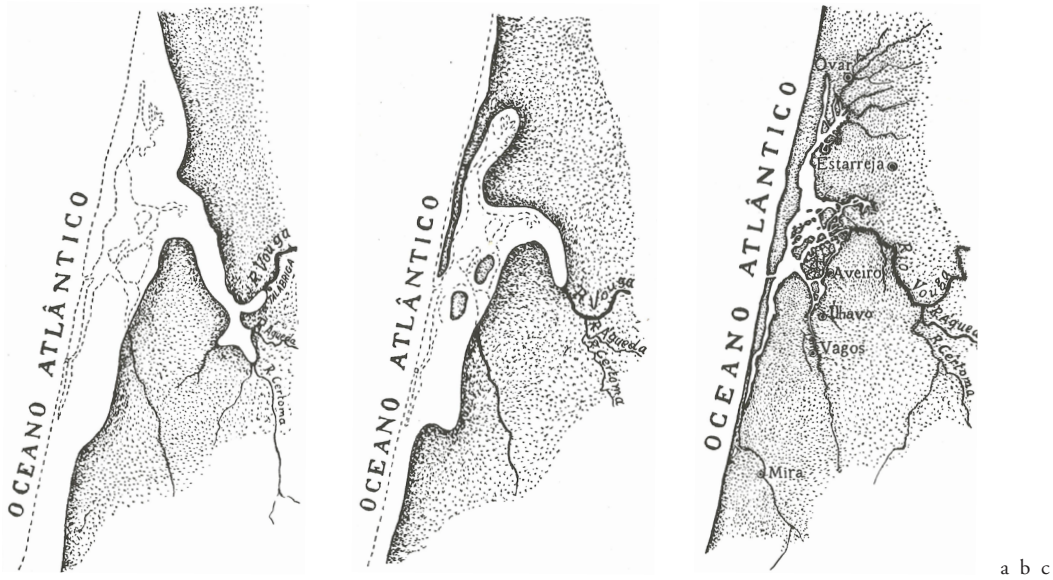
um enfoque.
um olhar sobre a formação de Aveiro

Capital de uma vasta planície lagunar, desfruta como contornos mais notórios, as serranias e encostas que pontuam o seu horizonte à distância, e o mar que se estende ao longo das dunas baixas do cordão litoral e transpõe os terrenos pantanosos da laguna, à qual a cidade dá o seu nome, *ria de Aveiro*.

Apresentando-se como um amplo anfiteatro onde recursos naturais múltiplos se adivinham, Aveiro distingue-se pelos vários cursos de água que a contornam e se repartem pela *ria*[16], constituindo outrora, elos importantes de desenvolvimento regional, nomeadamente o rio Vouga, o maior que nela desagua.

Primitivamente exterior às principais vias de comunicação terrestres, Aveiro viveu para a ria, e usufruindo das vias fluviais cresceu estimulada pelas actividades marítimas. No entanto, a ria que justificou a sua fundação, constituindo a principal fonte de riqueza comercial e um espaço de trocas e comércio revelou-se também causa da sua própria decadência. As constantes alterações da sua morfologia interna e a inconstante abertura ao mar, que marcaram a lenta configuração do litoral português, determinaram o princípio de uma longa interacção entre a laguna e a sua povoação.

[16] Vulgarmente designada por *ria*, ainda que, segundo geógrafos e geólogos a designação mais correcta para o fenómeno que se formou na foz do Vouga, seja *laguna* ou *haff*.



a b c

18| Fases da formação da *ria* de Aveiro – reconstituição do litoral junto da foz do Vouga na época proto-histórica (a), desenho da *ria* de Aveiro em mapas antigos (b), configuração actual da *ria* de Aveiro (c). (fonte: ARROTEIA, 1998, p.25)

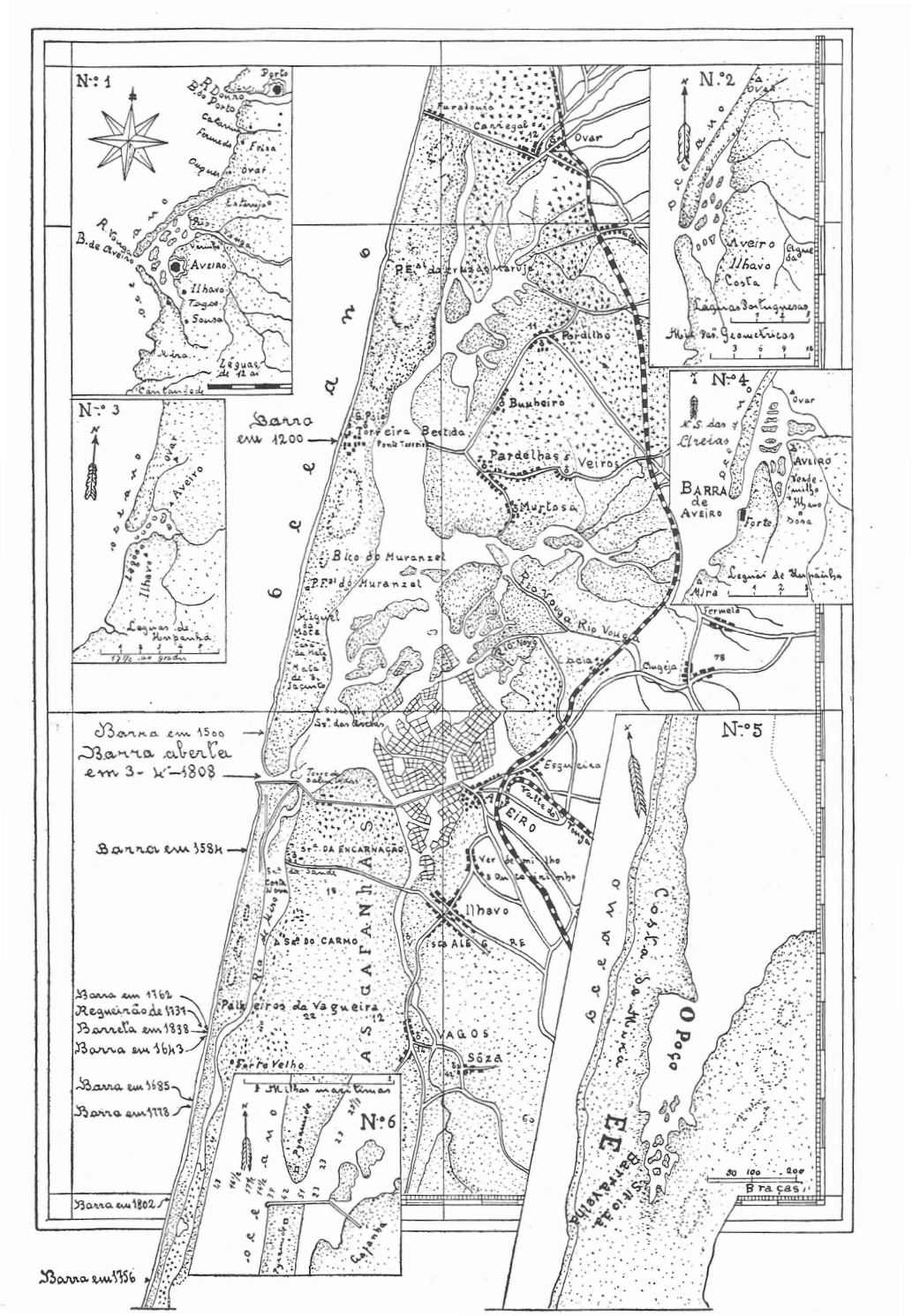
dinamica geográfica

A sua posição geográfica, privilegiada pela proximidade e abertura ao mar e a *ria* constaram como elementos fulcrais na consolidação e desenvolvimento da povoação aveirense, que estabeleceu uma forte ligação ao mar, por constituir a principal entrada na cidade. No entanto, o seu sítio primitivo, a foz do rio Vouga, terá sofrido ao longo dos séculos profundas transformações, que foram sendo marcadas pelas modificações do leito do rio e as vicissitudes da sua barra.

A foz do Vouga que, até inícios do século XVII, permitiu acesso directo ao mar, sentiu cada vez mais fenómenos de assoreamento, bem patentes desde meados de XVIII. Em épocas remotas à fundação da nacionalidade, apresentaria uma configuração totalmente diferente da que actualmente conhecemos. O estuário aberto e recortado que caracterizava a costa litoral até então cede lugar, a partir do século X, à formação da actual laguna, que foi sendo progressivamente isolada do mar resultante de um cordão arenoso que se começa a formar, gradualmente, de norte para sul[17].

A laguna, que se foi assoreando pelas fortes correntes dos vários rios da bacia hidrográfica do Vouga, já estava constituída no século XIV, contudo a sua morfologia interna continuou a modificar-se. Com a aleatória alteração do seu caudal, mediante os fenómenos dinâmicos de assoreamento começam a surgir problemas de ligação com o mar, pelo sucessivo fecho do cordão litoral, que se mantinha aberto com muita irregularidade e descontrole de sítios.

[17] No século X, desde Espinho ao Cabo Mondego, o Atlântico banhava Esmoriz, Ovar, Estarreja, Aveiro, Ílhavo, Vagos e Mira, formando a costa litoral uma baía de pequena reentrância. O inicio da sedimentação sob a acção de agentes naturais, que havia de transformar esta baia num complexo lagunar, começou a sentir-se a partir do século XI. A progressão de um novo cordão litoral, partindo de Esmoriz para sul, começou a diferenciar-se, embora que lentamente, da sua antiga configuração. É provável que a barra do Vouga tivesse estado até ao século XIII, ao norte da Torreira, próxima de Ovar, e continuando o seu avanço para sul, no inicio do século XIV nas proximidades de S.Jacinto. Com o continuar do assoreamento da laguna, que se ia formando e a consequente sedimentação, no início do século XVII a faixa de areia situava-se a sul da Costa Nova e no século seguinte prolonga-se em direcção a Mira. Sobre a configuração do litoral português veja-se Jorge ARROTEIA, *Aveiro: aspectos geográficos e do desenvolvimento urbano*, 1998.



19| Situação da Barra de Aveiro. (fonte: ARROTEIA, 1998, p.45)

Implantada em relevo suave da planície litoral, Aveiro beneficiou para além da sua posição geográfica, que o seu povoado soube aproveitar, nomeadamente a posição que ocupava sobre o mar e a proximidade com locais de intensa actividade comercial e marítima, a existência dos seus terrenos alagados pelo mar, que se revelaram excelentes para a produção de sal, propiciando o desenvolvimento de duas das principais actividades económicas que acompanharam o seu crescimento populacional – a salicultura e a pesca. A expansão destas actividades, tirando benefício do carácter pantanoso, que a região foi adquirindo, para instalar marinhas e a franca abertura ao mar à qual se aliou a existência do cais em pleno aglomerado, foi determinante para o crescimento do burgo e da sua população, bem como para o seu engrandecimento.

Contrariando a sua modesta presença até então, Aveiro inicia a sua expansão em pleno século XV, aproveitando as condições favoráveis ao seu desenvolvimento comercial e o bom estado da barra. A marcha do cordão litoral para sul e o crescente assoreamento da laguna aliada à decadência a norte da povoação aveirense de centros mercantes e salineiros, rapidamente transformaram Aveiro num próspero porto comercial, que possuía uma grande e abrigada enseada favorável à entrada e carregamento de embarcações. Graças à capacidade que até então tinha o seu porto e a sua barra, a vila chegou a estar tão promissora, consentindo um grande crescimento populacional[18].

Quando, devido à produção de sal nas marinhas se veio juntar a indústria pesqueira e construção naval, Aveiro revela-se um dos mais promissores centros urbanos do país, com forte presença na economia e na estrutura administrativa de Portugal.

Este período áureo que Aveiro vivia, termina em finais do século XVI, com os primeiros sintomas de crise, devido ao fenómeno natural a que se vinha assistindo, iniciando um novo período condenado pelo retrocesso económico e populacional.

[18] O número de habitantes apontados no início do século XV quadriplicara em finais do século seguinte. Vejam-se os dados demográficos apresentados na p.147.

20| *Mappa da Ria de Aveiro para intelligencia do plano da abertura da nova barra,* 1813. Biblioteca Nacional de Portugal [CC 698 A].

O início da degradação da barra e o seu progressivo assoreamento e deslocação para sul afastam cada vez mais de Aveiro o acesso ao mar. A comunicação da laguna com o oceano torna-se muito pontual levando ao agravamento das condições de navegabilidade e consequente decadência do movimento portuário. O estado da barra, que se complica com o passar do tempo e o seu fecho total reflectiu-se pois na decadência da povoação aveirense[19]. Quando o acesso ao mar se encontrou obstruído, a estagnação das águas favoreceu o aparecimento de epidemias responsáveis por elevadas perdas de população, que a insalubridade da laguna ocasionou, propagando uma crise na região, que foi sendo progressivamente abandonada[20].

De modo a restabelecer a ligação da urbe com o que justificara a sua fundação e a por fim às dificuldades sentidas com o assoreamento da barra, ao longo do século XVIII são iniciadas várias tentativas para a sua abertura e fixação, obra que se revelava essencial para o desenvolvimento[21]. Este retrocesso a que urbe aveirense assistia, entretanto elevada à categoria de cidade em 1759, apenas termina no século XIX, com a fixação definitiva da barra[22] e consequente desenvolvimento das actividades económicas, aumento populacional e crescimento urbano.

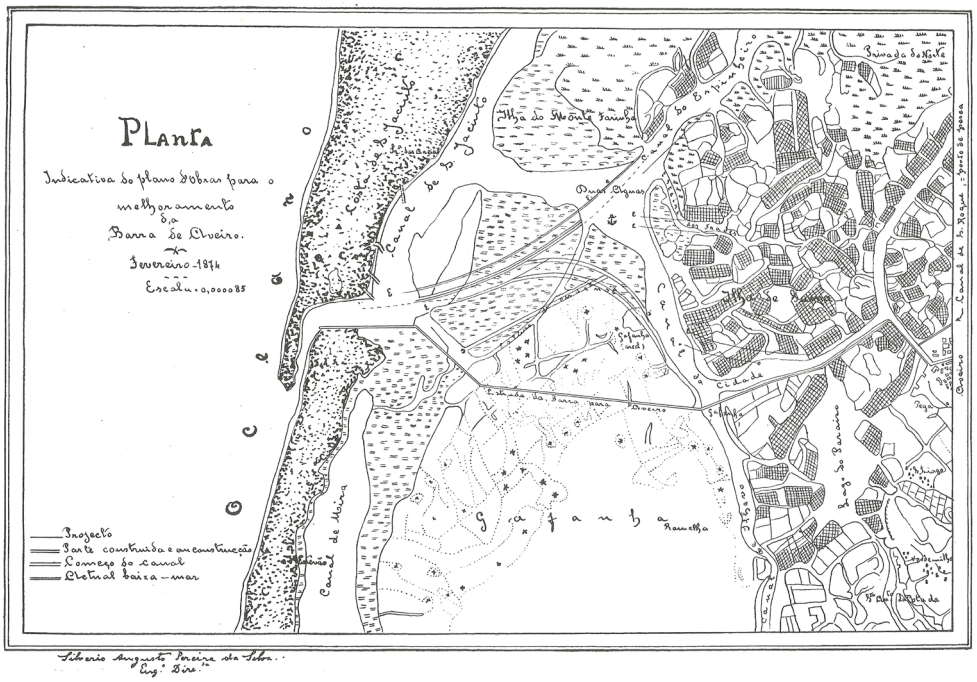
Contudo, é a partir da segunda metade do século XIX, que mais de fez sentir o desenvolvimento da urbe, fruto de várias intervenções municipais – a cidade desenvolve-se em todos os sentidos, rasgam-se novos caminhos e criam-se novas

[19] Ao longo do século XVIII, a situação que se vivia parece piorar, ao ponto de se fechar a barra que, em 1757, se encontrava em Mira. Veja-se Diamantino AMARAL, 'A Laguna: Vida, Morte e Ressurreição de Aveiro', *Aveiro e o seu Distrito*, 1968, p.40.

[20] Vejam-se os dados demográficos apresentados na p.147.

[21] Durante o decorrer de todo o século XVII, as tentativas para a abertura e fixação da barra chamaram, a Aveiro, uma série de engenheiros hidráulicos que estudaram e cartografaram o litoral, a ria e os seus canais e, evidentemente, as aberturas da barra que propunham. Contudo, apenas no século XIX, por força das exigências sempre crescentes do tráfego marítimo, se fez o esforço que conseguir definitivamente fixar a barra e proceder a uma série de obras que permitiram a estabilização dos canais da ria.

[22] Aveiro e toda região tiveram a suprema ventura de ver definitivamente a sua barra aberta, em 1808, situação de excepcional importância, que veio pôr termo às longas e frequentes tragédias.



21| Planta do *plano d'Obras para o melhoramento da Barra de Aveiro*, 1874.

(fonte: ARROTEIA, 1998, p.57)

condições de desenvolvimento industrial e comercial.

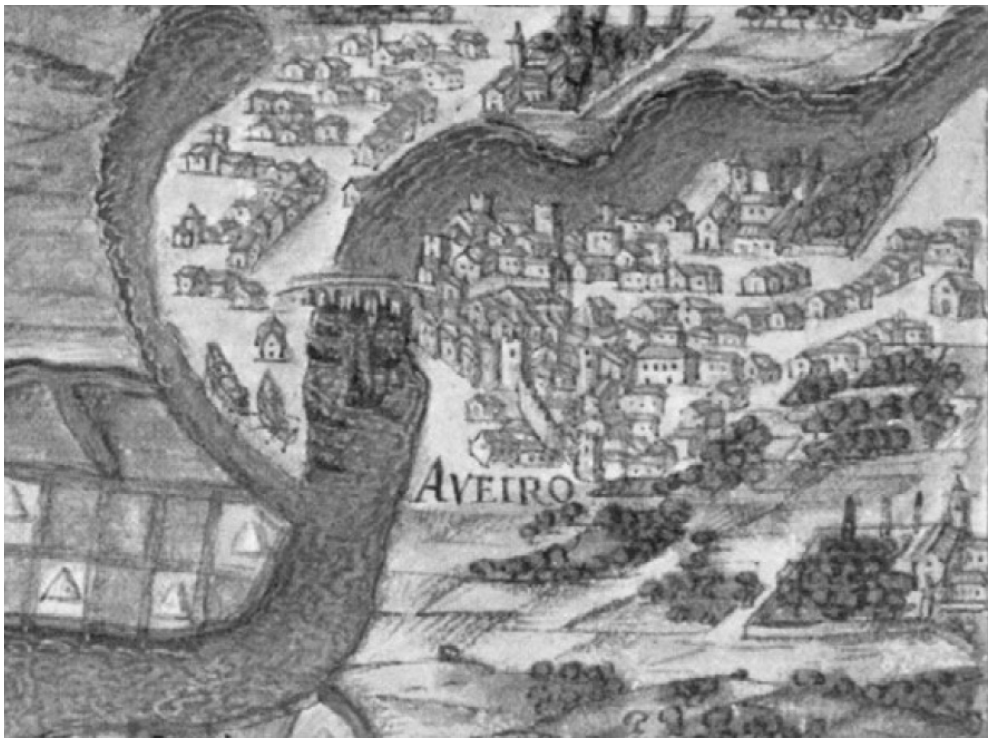
Consentindo profundas transformações em termos urbanísticos, a cidade assume uma nova dinâmica, proveniente do desenvolvimento das vias de comunicação que a recolocam no mapa[23]. A inauguração da linha férrea do Norte[24] associada à abertura de novas estradas e às crescentes preocupações de carácter higienicista e salubrização, como o alargamento de arruamentos, iluminação, esgotos, abastecimento de água pública, arborização e o próprio embelezamento da urbe, vêm contribuir decisivamente para o desenvolvimento das actividades económicas, atracção populacional e um consequente e contínuo crescimento urbano. A cidade de Aveiro cresce, e no início do século XX, a sua população rondava aproximadamente os valores atingidos no final do século XVI.

Muitos dos lugares que constituem a cidade, que actualmente conhecemos, inclusivamente áreas que se tornaram os seus centros vitais, eram banhados ou mesmo submersos pelo mar. A povoação não só era rodeada como atravessada por um braço da ria, o *Esteiro do Côjo*[25], que constituía a via de comunicação privilegiada, por facilitar o acesso à laguna e ao mar. Se parte do processo que levou a cidade a ganhar terreno ao mar se deveu a fenómenos naturais, como a sedimentação e assoreamento da orla marítima, a sua intensificação deveu-se a aterros artificiais que são realizados em finais XIX.

[23] Durante a segunda metade do século XIX, são construídas importantes rodovias de ligação de Aveiro ao exterior, que aliadas à passagem da linha ferroviária pela cidade estabelecem importantes repercussões no desenvolvimento da urbe, por proporcionarem uma rápida ligação com os grandes centros urbanos.

[24] A linha férrea chega a Aveiro em 1863, porém apenas é inaugurada em 1864, devido à sua construção lenta e dispendiosa marcada pelo vagaroso aterro e expropriações de terrenos necessários. A sua passagem próxima da cidade foi inquestionavelmente o maior dos benefícios que se ficou devendo a José Estêvão Coelho de Magalhães, pois o seu traçado inicial não contemplava Aveiro. Apenas devido aos esforços deste parlamentar aveirense, é estudado e aprovado um novo traçado. A localização da estação ferroviária veio sugerir, mais tarde, a abertura da actual Avenida Lourenço Peixinho, fazendo a sua ligação ao centro da cidade. Veja-se José SOUSA, 'Memória de Aveiro no século XIX', *Arquivo do Distrito de Aveiro* 1940, p.267.

[25] Linha de água que corta a povoação de poente a nascente, genericamente designada, nos séculos XVI e XVII, por *Esteiro das Azenhas*.



22| Pormenor da gravura de Aveiro, *Atlas de Pedro Teixeira (1634)*.(fonte: http://arkeotavira.com/Mapas/)

Apesar de muito condicionada pelas suas condições naturais, Aveiro, soube tirar partido das mesmas e desenvolver-se. Manteve, desde sempre, uma relação dialéctica com a ria muito marcada pelas condições da barra e consequentes modificações do leito do rio Vouga – sempre que a barra não revelava problemas viviam-se momentos de prosperidade, mas quando esta se encontrou assoreada, a cidade viveu um longo período de estagnação, reflorescendo apenas quando conseguiu romper com o isolamento a que esteve destinada.

definição da urbe

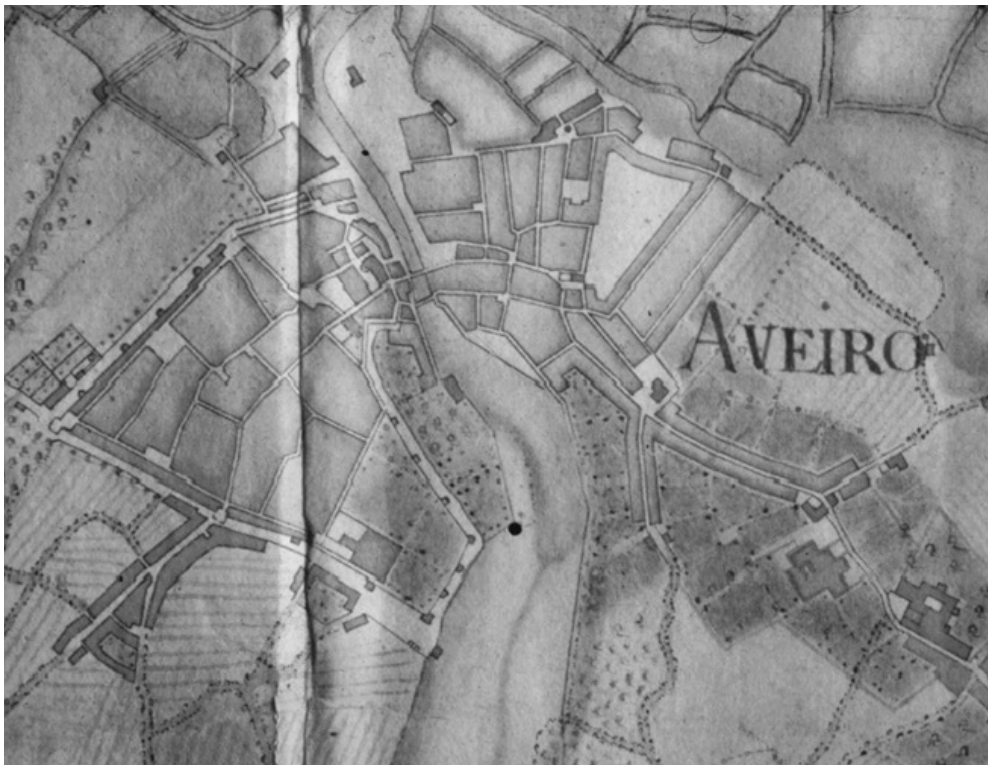
Crescendo protegida e contornada por várias linhas de água, a povoação foi ganhando prestígio, em relação a outros núcleos povoados da foz do Vouga, importantes no seu processo de formação[26].

A vida urbana foi-se estabelecendo ao longo da ligação conquistada entre estes aglomerados, que veio a constituir tanto o trajecto como a própria consolidação do burgo, presumivelmente, por ser sítio de passagem propício a trocas e pelo dinamismo que a caracterizava. O povoado foi assim habitando a margem sul do esteiro, em declive para o Côjo, inicialmente em torno da igreja de S. Miguel[27], a partir da qual se desenvolveu e definiu a via que mais tarde passou à designação de rua - rua Direita[28]. Cruzando o braço da laguna que entrava na vila, segundo o eixo norte-sul, esta conduzia directamente ao seu centro, onde foram implantados os edifícios mais relevantes para o desenvolvimento e funcionamento da urbe.

[26] A extensão que actualmente constitui a cidade de Aveiro teve, em tempos distantes, dois núcleos, Sá e Esgueira, situados do lado norte daquilo que viria a seria o braço lagunar do Côjo, fundamentais no processo de formação e desenvolvimento da urbe. O percurso que os unia, acompanhando o recorte do mar, prolongar-se-ia e a sua continuidade venceria o esteiro, despertando a fixação de povoado na colina, que se veio a tornar o centro muralhado do burgo aveirense.

[27] Possivelmente do século XI e contígua à rua Direita, a Igreja de S.Miguel viria a ser a matriz da vila e sede da única freguesia que Aveiro teve até 1527.

[28] Designação normalmente usada em todas as urbes portuguesas para distinguir a rua mais importante de qualquer núcleo urbano.



23| Pormenor da *Carte particulière des environs d'Aveiro...*, 1759. Instituto Geográfico Português [CA 315].

A constante atracção da população à costa litoral, aliciada pela crescente vitalidade marítima, esclarece o forte crescimento e consolidação da vila que caracterizou o século XV, onde seria já o mais populoso aglomerado entre o Douro e Tejo, à excepção de Lisboa.

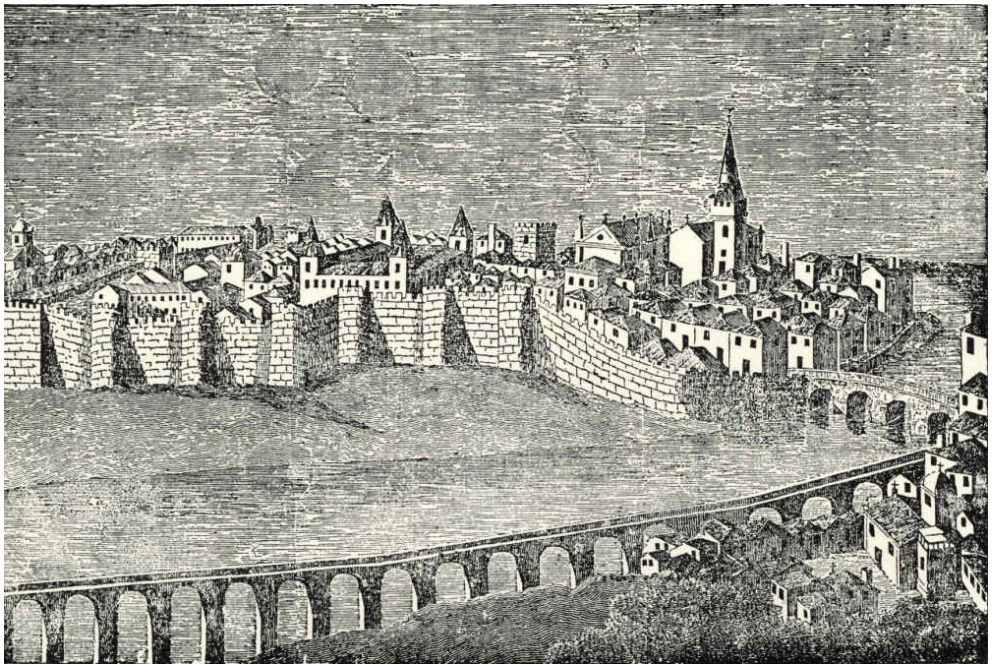
Aveiro encontra-se assim a viver um período de grande prosperidade, com base no desenvolvimento das actividades comercial, marítima e portuária, quando emerge um elemento marcante na sua malha urbana – a muralha[29]. De sólida construção, começada a erguer no início do século XV, abrange uma área superior à construída, antevendo presumivelmente uma futura expansão urbana. Composta por seis lanços, estes eram interrompidos por nove entradas, para além de quatro postigos e várias torres[30]. A meio do lanço voltado a sul, encontrava-se a *porta da Vila*, a partir da qual começava a principal via intramuros, a rua Direita, que seguindo para norte e adoptando o nome de rua Costeira, terminava com a *porta da Ribeira*. Estas duas portas asseguravam assim, por via terrestre e marítima, as principais entradas ao centro da vila.

No entanto, tornavam-se mais atraentes os espaços nas cotas baixas, exteriores à área delimitada pela muralha, por ser junto da ria que se localizavam todas as estruturas necessárias ao desenvolvimento das actividades comerciais. Despoletavam outras vontades e outras dinâmicas para o desenvolvimento do núcleo inicial – o *fundo da vila*[31] tornava-se o local escolhido para a fixação da

[29] A interioridade de Aveiro relativamente ao oceano Atlântico, não solicitou a sua construção por questões defensivas, mas para dignificar a povoação pela importância económica que a sua posição e produção começavam a assumir. Por iniciativa de D.João I, ainda que grandemente impulsionada pelo infante D.Pedro, começou a ser construída em 1418.

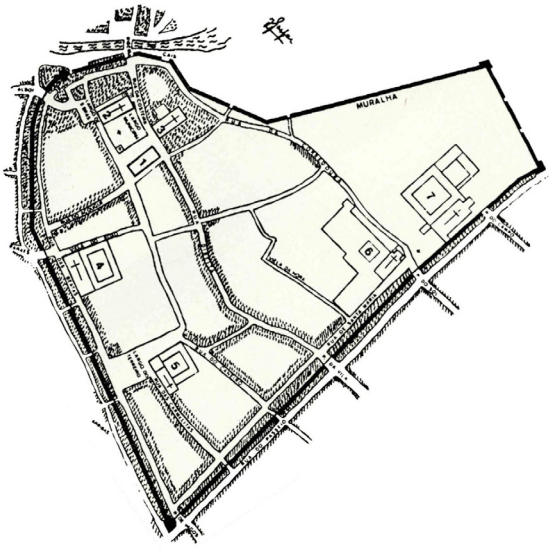
[30] Veja-se memória das muralhas de Aveiro por Christovão de PINHO QUEIMADO (1687), que Marques GOMES inseriu no seu livro intitulado *Subsídios para a História de Aveiro*, 1899, p.262. Observe-se igualmente, o levantamento topográfico da cidade [1780-81?] que oferece informação pertinente, em relação ao traçado da muralha e à localização das respectivas portas e torres.

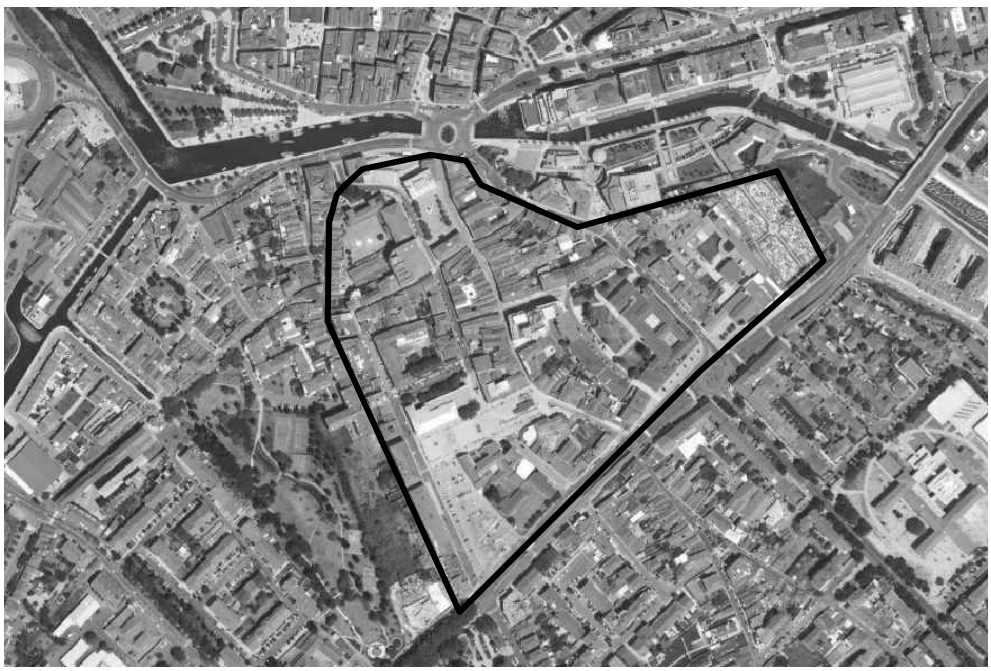
[31] Constituía o centro buliçoso da vila, com a presença do cais, da alfândega, mercado e feira, onde reinava a agitação entre comerciantes e mareantes, em oposição ao *cimo da vila*. Esta área, ligada à vida agrícola, seria menos povoada, possivelmente pelas más condições que oferecia, visto ser uma área muito húmida e caracterizada pelo mau escoamento de águas.



24| Gravura da vila de Aveiro com a sua muralha e, em primeiro plano, o aqueduto.

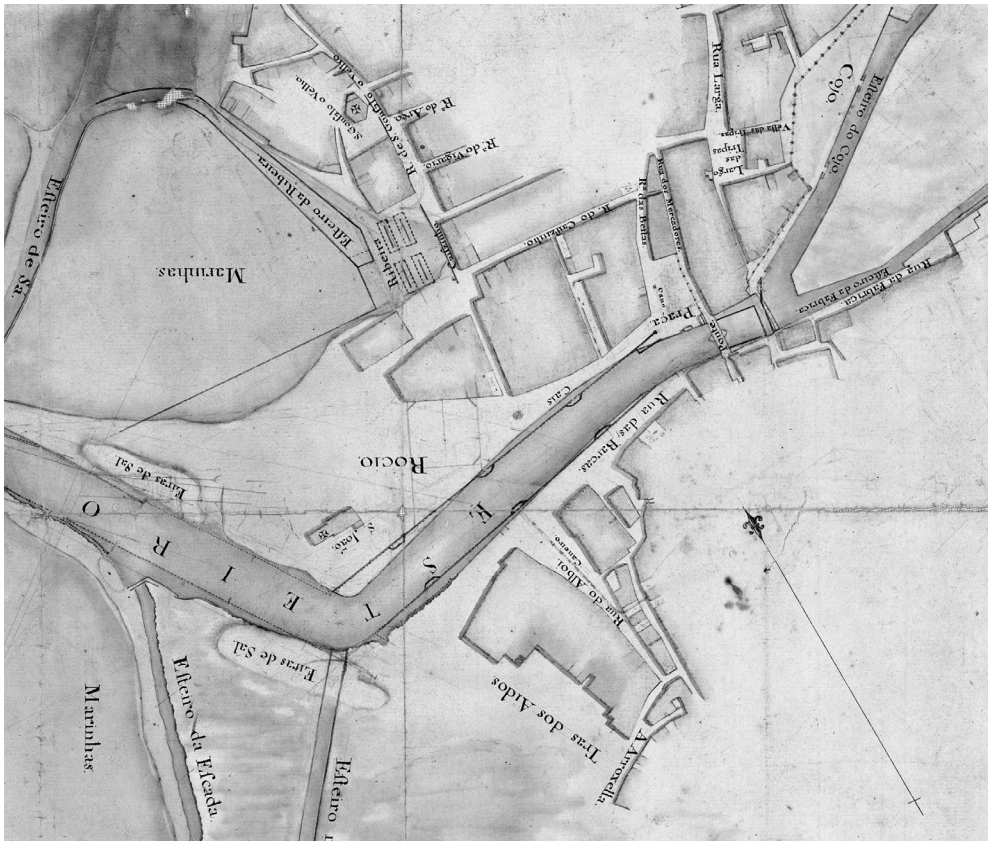
(fonte: http://www.prof2000.pt/users/avcultur/aveidistrito/Boletim19/Imagens/Aveiro1024px.jpg)





25| Vila de Aveiro *intramuros* - século XV-XVI. (fonte: GASPAR, 1983, p.206)

26| Traçado da muralha sobre fotografia aérea do centro da cidade de Aveiro.



27| Excerto do *Mappa Thopográfico do Esteiro da Cidade de Aveiro,* 1781. Instituto Geográfico Português [CA 318]. Note-se o claro desenvolvimento da urbe, exterior ao perímetro muralhado, junto às margens do esteiro.

povoação, e junto ao cais, os novos arruamentos povoados de comerciantes e mercadores rapidamente convertiam esta riba num grande entreposto comercial[32].

Aveiro crescia, como aglomerado urbano estimulado pelas suas qualidades mercantis, que se reflectiam na própria composição do seu tecido urbano. Com o carácter que vinha assumindo e a exportação que se vai tornando mais evidente, a povoação estendera-se às cotas baixas das margens do canal, ultrapassando-o.

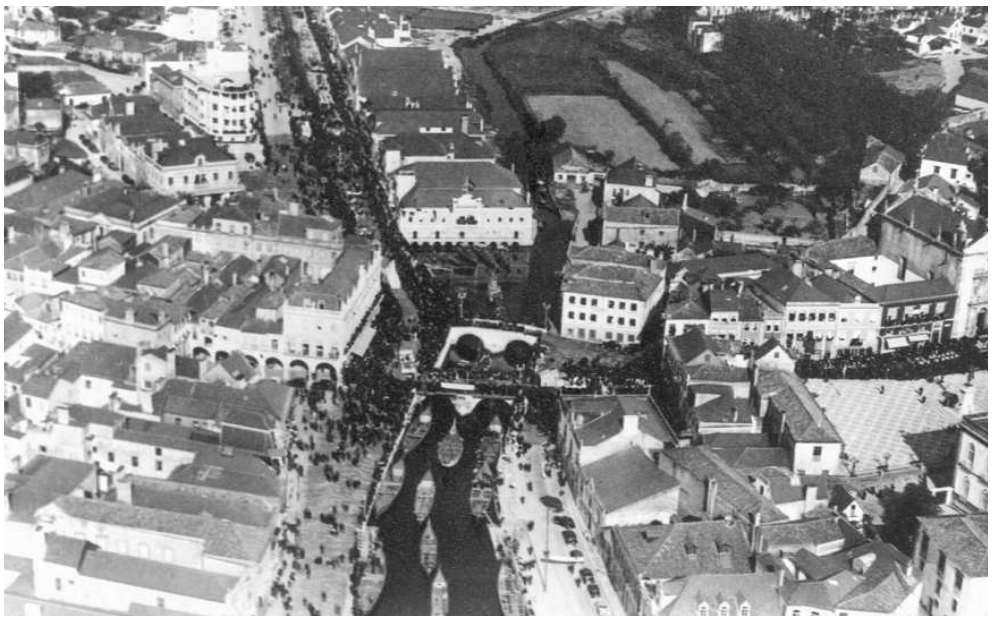
De facto, com a edificação da muralha, teve-se uma visão ampla e ambiciosa – nem todo o espaço oferecido foi ocupado, no entanto, a superfície construída quase duplicou. Essa explosão urbana veio concentrar-se sobretudo a norte do canal, onde um novo núcleo populacional, que timidamente se tinha começado a desenvolver, crescia física e demograficamente em finais do século XVI[33].

O cinto das muralhas absorve toda a área habitada, à excepção da recente *Vila Nova*, que dada a existência do canal não pôde englobar. Até então, fora mero prolongamento da cidade, com hortas, vinhas e salinas, onde habitavam algumas gentes dedicadas às actividades marítimas.

A muralha ao contrário de unificar a mancha urbana veio confirmar a sua divisão. O limite imposto assinalou o zoneamento de duas áreas urbanas distintas: *Vila Nova*, extramuros, inicialmente um bairro pobre, mas notável pela intensa actividade mercantil e social, e a *Vila*, intramuros, que acolhia a população mais antiga, traduzida por um núcleo mais tradicional e nobre. O território distinguia assim dois conjuntos urbanos com funções diferentes no panorama citadino, não entrando por isso em colapso, uma vez que se completavam nas necessidades funcionais da urbe.

[32] Desenvolveram-se a sul do esteiro, marginando-o, os bairros do Alboi e da Ribeira, consequência do forte incremento que marcou o século XIV, quando à indústria salineira se juntou a das pescarias; ambos habitados por mercadores e comerciantes, que aí se estabeleceram, dando seguimento à actividade que se ia tornando cada vez mais auspiciosa.

[33] Vejam-se os dados demográficos apresentados na p.147. Atente-se o número de habitantes da freguesia de Vera-Cruz, a norte do esteiro, no ano de 1572, onde apresenta já uma população significativa. No início do século XVIII, os valores da sua população ultrapassam mesmo os da freguesia de S.Miguel, no núcleo intramuros.



28| Vista sobre o centro da cidade, século XX.

(fonte: http://www.prof2000.pt/users/avcultur/fmsarmento/AveiFoto/Aveiro/030_Aveiro.jpg)

29| As pontes da Ribeira e do Côjo, que viriam a ser substituídas em meados do século XX, pela actual Ponte-Praça. (fonte: http://www.prof2000.pt/users/avcultur/fmsarmento/AveiFoto/Aveiro2/139_Aveiro.jpg)

Devido ao contínuo crescimento desta vila de surto tardio, em que os seus habitantes se dedicavam quase exclusivamente às fainas do mar, comércio e às actividades salineiras, houve necessidade de estabelecer, entre as margens do canal, um contacto permanente, que permitisse a ligação deste núcleo à parte mais nobre da vila. A ligação veio a ser assegurada, pelas pontes da *Ribeira* e do *Côjo*[34], na parte baixa da povoação, junto à ria. Numa proximidade imediata, a cidade vencia assim um *obstáculo* – a ria, que foi sem dúvida, para a cidade medieval, também uma estrada portadora de mercadorias.

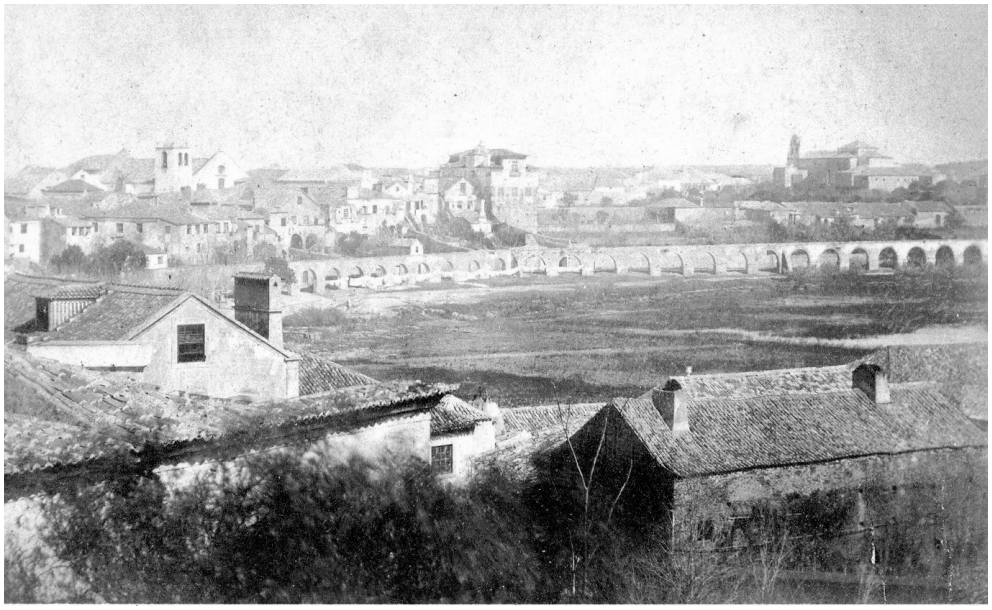
Após a construção da muralha, a vila intramuros cresceu como espaço delimitado, realçado apenas por uma maior densificação. O braço da laguna que entrava pela cidade, outrora uma imensa massa de água, transformara-se numa profusão de pequenos canais, e a expansão de Aveiro mais significativa na margem norte, baseando-se numa continuidade de eixos e na apropriação de espaços deixados pela água. Igualmente fora do perímetro muralhado, embora mais discreto, um novo povoado estabelecia-se ao longo do eixo que dava acesso ao centro da cidade, via terrestre, continuando a pontuar a rua Direita[35].

Datado de 1780-81, o primeiro levantamento topográfico da cidade de Aveiro, revela um perímetro que ainda limitado pela muralha apresentava já algumas zonas bem definidas no seu exterior[36]. Na zona sul da cidade registava-se o

[34] Estruturada em dois amplos arcos a ponte da *Ribeira* (também designada por ponte *da praça* ou ponte *dos Arcos*) era fronteira à porta da Ribeira. Paralela a esta a nascente, e construída posteriormente, a ponte do *Côjo* (ou ponte *das Almas*) embora mais modesta permitia também o acesso à margem norte. No início do século XX, são removidos os restos das duas pontes e substituídas pela presente *Ponte-Praça*, que constitui hoje o principal nó viário do centro da cidade. No entanto, esta actual realidade veio quebrar a leitura de continuidade que existia entre as duas margens, garantida pelas seculares pontes, particularmente da rua Direita com a rua dos Mercadores, fundamental para a percepção da cidade anterior ao século XX. Veja-se apêndice gráfico, pp.166-167.

[35] Também a sul, situado próximo da porta do Sol, estabelece-se o bairro dos Oleiros – este, rapidamente ultrapassou a muralha para sul da referida porta, fundando provavelmente o princípio da actividade cerâmica na cidade, que adquire grande relevo durante no século XVIII.

[36] Veja-se o levantamento datado de 1780-81, reproduzido na p.24.



30| Vista para o núcleo de *Vila Nova*, a norte do esteiro, limitado a sul pelo aqueduto que abastecia a fonte da Praça. (fonte: *Aveiro Antigo*, 2001, p.16)

31| Fonte da Praça, também designada por fonte dos Arcos. (fonte: *Aveiro Antigo*, 2001, p.16)

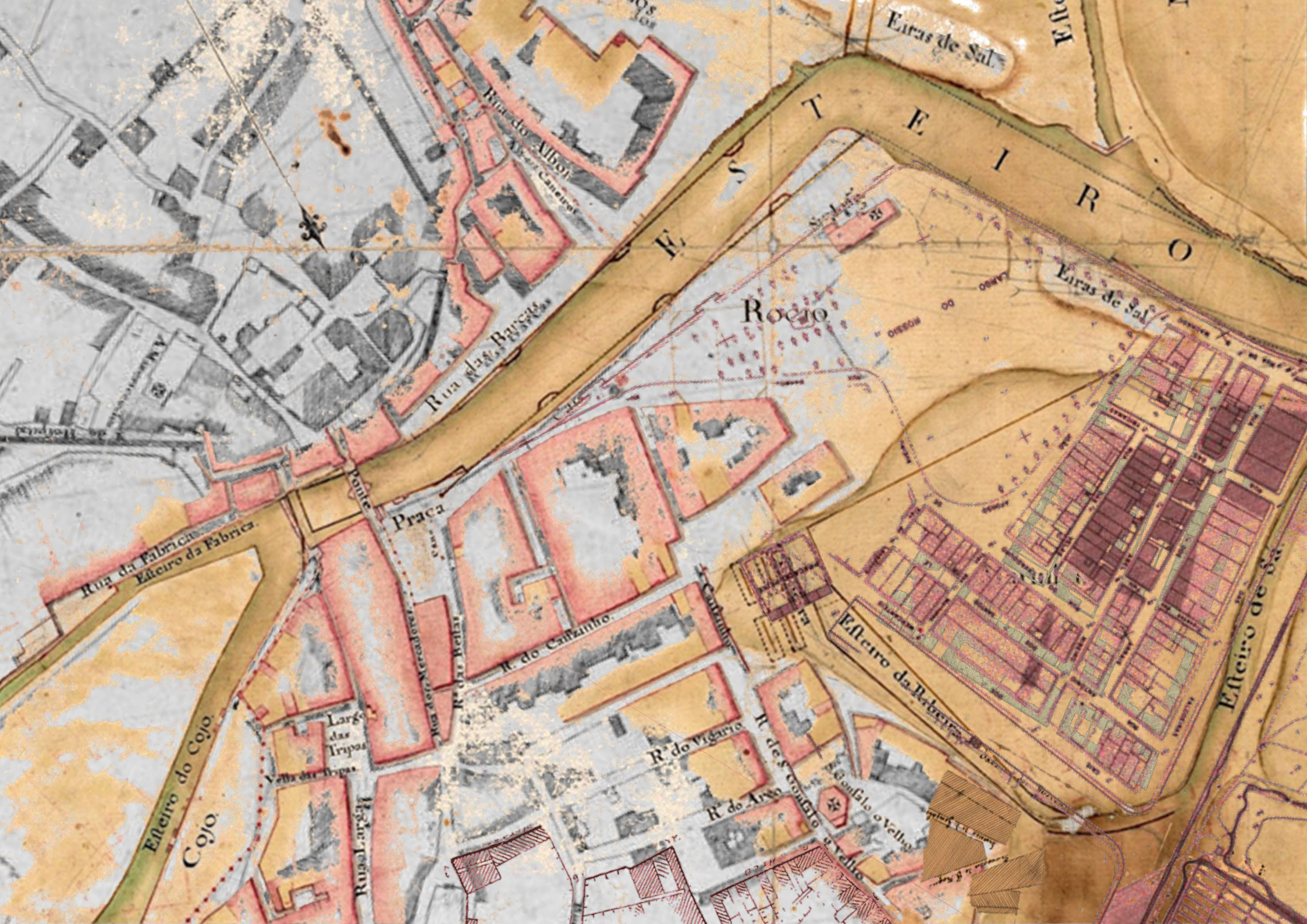
crescimento do *cimo da vila* e o bairro dos Oleiros, mais a poente, começavam a ganhar forma os campos do Alboi e da Ribeira. Acompanhando a margem norte do esteiro central e tendo a sua nascente no lugar da Forca, a água que abastecia a urbe era conduzida por um aqueduto[37] que a levava até à arcada do Côjo, onde se situava a Fonte da Praça. Daí, estendia-se *Vila Nova* que se afigurava já bastante consolidada, unindo-se à freguesia de Sá.

Ao longo do período mais afectado pelo estado da barra, marcado pela decadência económica e populacional que a cidade atravessou até finais do século XIX, a mancha da cidade não se alterou consideravelmente. As atenções concentravam-se sobretudo na barra e nas consequências da sua degradação.

Conservadas até finais do século XVIII, é demolida a muralha, a fim de fornecer as obras de abertura da barra tão necessárias[38]. Ainda que nunca tenha sido obstáculo para o crescimento de Aveiro, a demolição de tais limites veio promover parte da expansão e crescimento da cidade que caracterizou o século XIX.

[37] Esta infraestrutura perdurou até 1869, ano em que foi demolida. A arcada é substituída posteriormente pelo encanamento subterrâneo da água, abastecendo não só a fonte da Praça do Comércio, mas também as construídas mais tarde nos largos da Vera Cruz e Praça do Peixe.

[38] Numa região onde a pedra vinha de longas paragens, a pedra da muralha, tornava-se fundamental para as obras da barra. Sobre a demolição das muralhas veja-se, a carta régia publicada em Marques GOMES, *Subsídios para a História de Aveiro*, 1899, p.256.



Eiras de Sal
Rua do Albor
Rua das Barcas
Rocio
Eiras de Sal
Praça
Ponte
Rua da Fabrica
Esteiro da Fabrica
R. do Cauzinho
Esteiro da Ribeira
Esteiro de Sa
Largo das Tripas
Esteiro do Cojo
Cojo
R. do Vigario
R. do Arco

parte II

1| Aspecto do centro da cidade, pelo início do século XX, mostrando a ponte da Ribeira e a Praça do Comércio, actual Dr. Joaquim de Melo Freitas, onde permanecera até ao primeiro quarto do século a Fonte da Praça. (fonte: SARABANDO, 2007, p.77)

2| Rua dos Mercadores como continuidade da ponte da Ribeira. Note-se, a arcada que define o seu início. (fonte: http://www.prof2000.pt/users/avcultur/FMSarmento/AveiFoto/Aveiro/006_Aveiro.jpg)

traços de ocupação

Ainda que separada por uma linha de água de grande expressão, toda a estrutura urbana extramuros a norte do esteiro central, cresceu como prolongamento da vila. Se por meados do século XV aquele território desligado do núcleo central, quer pelo muro quer pelo esteiro de ria que corria entre os dois, "*não passava de um pequeno agrupamento de casas extra-muros*"[1], com a intensificação das actividades piscatórias e a exploração de sal, um novo bairro, habitado sobretudo por pescadores e mareantes, começava a ganhar forma. Do cais já se podia observar a *nova calçada*[2] que do outro lado da ponte da ribeira ia acrescentando a *Vila Nova*.

Após um crescimento espontâneo inicial, que não fora mais que um prolongamento, do eixo delineado pela rua Direita até à margem norte do esteiro, a povoação estendia-se ao longo de espaços que marginavam o canal apelidados de *Ribeira* e *Balcões*[3]. Esta área e os seus arruamentos contíguos tomavam pelo seu espaço, o uso de praça que se estendia pela rua dos Mercadores[4].

Apropriando-se de novos solos, anteriormente zonas alagadiças e marinhas, e, encontrando como matriz para o seu crescimento a marginal do esteiro e o

[1] Marques GOMES, *Subsídios para a História de Aveiro*, 1899, p.13.

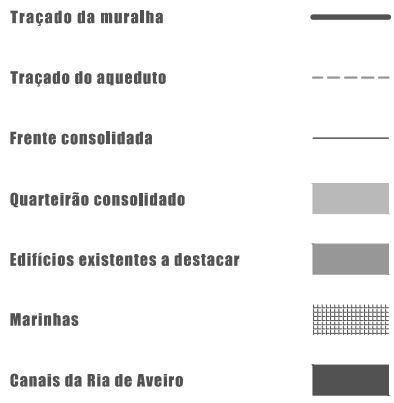
[2] Maria João Violante B.M. SILVA, *Aveiro Medieval*, 1991, p.34.

[3] Possivelmente onde se realizavam feiras e ajuntamentos, esta área aproxima-se à actual Praça Joaquim de Melo Freitas.

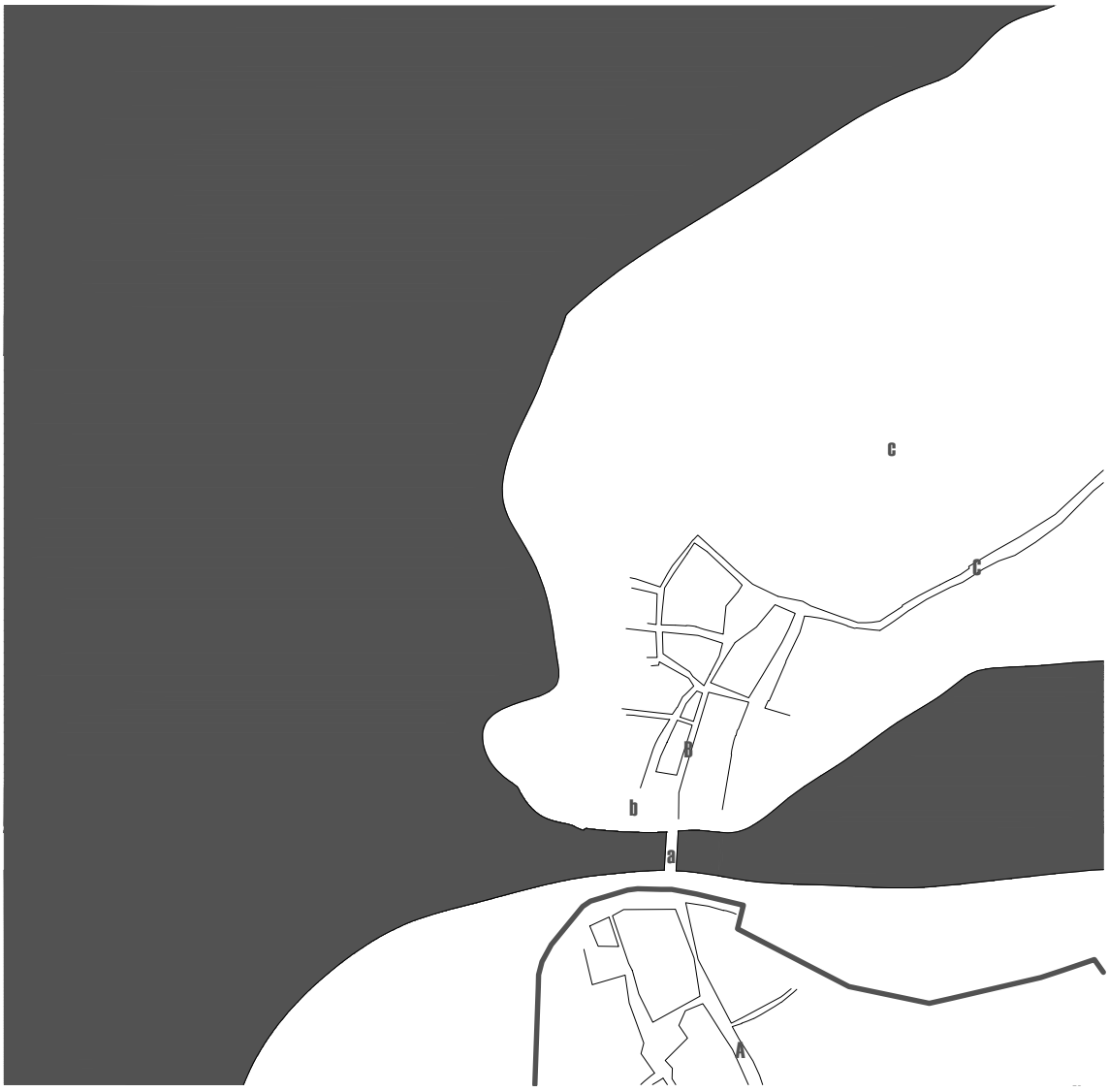
[4] Esta rua, à qual se tinha acesso através da margem sul pela ponte da *Ribeira*, é das poucas ruas que ainda conserva o seu nome primordial, elucidativo da sua importância na definição do núcleo urbano do bairro de *Vila Nova*.

a Travessia do Esteiro das Azenhas
b Ribeira ou 'Balcões'
c Granja de Vila Nova

A Rua Direita
B Rua dos Mercadores
C Rua de Vila Nova



Desenvolvimento urbano de *Vila Nova* em finais do século XV.



Escala 1 : 5 000

10 50 100 250 metros

N

3| Vista para o Cais e Praça do Comércio com a respectiva fonte de abastecimento de água.
(fonte: NEVES; RAMOS, 1985)

4| Aspecto do canal central e do Rossio, provavelmente na primeira década do século XX, antes da demolição da capela de S.João. Veja-se, a mesma área em períodos posteriores na p.160 e 161.
(fonte: http://www.prof2000.pt/users/avcultur/fmsarmento/AveiFoto/Aveiro/102_Aveiro.jpg)

eixo perpendicular ao canal, novos arruamentos se desencadearam a poente, acompanhando os limites indefinidos e incertos da ria rumo ao esteiro de Sá (depois dito canal de S.Roque). Ainda em princípios do século XVI, junto ao esteiro do Côjo, apresentar-se-ia um vasto campo, denominado de *Rossio*, presumivelmente regularizado numa considerável extensão, onde fora erguido o pelourinho da vila.

Encontrando junto à ria todas as estruturas necessárias às várias actividades marítimas, o novo aglomerado crescia acompanhando a modificação interna da laguna, através da conquista dos terrenos desafogados pelo grande esteiro, que se reorganizava agora em pequenos canais.

Com um crescimento urbano constante *Vila Nova* alargara o seu espaço urbano, encontrando-se, na segunda metade do século XVI, dividida em duas freguesias, tendo cada uma como sede a igreja da mesma invocação. A vila ia actualizando a sua fisionomia com a construção de novos edifícios de cariz religioso, que reforçavam e pontuavam antigos eixos de crescimento promovendo novas áreas residenciais. Situada numa pequena elevação na proximidade do esteiro que bordejava o bairro a poente, é erguida nos princípios do século XVI a ermida de S.Gonçalo[5], e nas proximidades do percurso que ligava o bairro à vila de Sá, a Igreja de Vera Cruz.

Enriquecera-se a malha urbana a norte da ria pelos numerosos arruamentos povoados, e pelo início do século XVI, *Vila Nova* estendera-se para nordeste a ponto de se ligar com Sá. O caminho rural, que ligava Aveiro a Esgueira e ao Norte, revelou-se determinante na sua expansão, sendo habitado ao longo da rua que adoptou o seu nome, a rua de Vila Nova[6]. O culto a Nossa Sra. da Alegria e

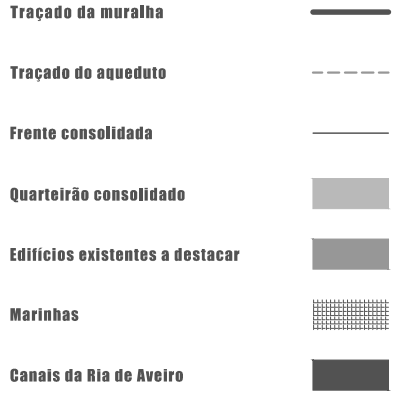
[5] Havia unicamente dentro desse território a capela de S.Gonçalo, que, depois de reconstruída, ficou vulgarmente denominada de S.Gonlçalinho. A implantação desta ermida veio confirmar a importância e notabilidade do *caminho* polarizado a mesma e a capela de S.Roque, que assumiu um papel determinante na urbanização da margem norte da povoação, durante este período.

[6] Existia nesta rua, também apelidada de rua de Vera Cruz e actualmente de Manuel Firmino, em tempos remotos, um hospital de pescadores e contígua a ele, uma capela de invocação a Nossa Sª da Graça. Veja-se José SOUSA, 'Memória de Aveiro no século XIX', *Arquivo do Distrito de Aveiro*, 1940, p.185-186.

a Travessia do Esteiro das Azenhas
b Praça
c Prazo de Gil Homem
d Rossio

A Rua Direita
B Rua dos Mercadores
C Rua de Vila Nova
D Rua Larga
E Rua de S.Gonçalo-o-Velho para S.Roque
F Rua do Vento
G Rua do Norte

1 Ermida de S.Gonçalo
2 Igreja de N.Sra. da Apresentação
3 Igreja de Vera-Cruz
4 Capela de S.Roque
5 Ermida de S.Bartolomeu
6 Casa Senhorial pertencente aos promotores da urbanização das ruas do Vento e Norte
7 Pelourinho



Desenvolvimento urbano de *Vila Nova* em finais do século XVI.

Escala 1 : 5 000

10 50 100 250 metros

N

5| Canal de S.Roque antes da construção da regularização do cais. (fonte: *Aveiro Antigo*, 2001, p.39)

6| Canal de S.Roque e antiga a Ponte dos Carcavelos, que veio a ser substituída pela actual em meados do século XX. Veja-se p.000. (fonte: http://www.prof2000.pt/users/avcultur/atita/Imagens/pg53b.jpg)

a importância da confraria de pescadores e mareantes atraíram novos habitantes, que assim foram preenchendo o espaço pouco habitado no caminho que ligava as duas vilas.

O núcleo de *Vila Nova* encontrava-se pois definido por uma extensão que balançava entre dois pólos, onde para além de gente do mar se vieram instalar outros mercadores. Ao longo deste percurso confluíram outras vias, em direcção à rua de S.Gonçalo-o-Velho para S.Roque – a vila foi crescendo estendendo-se a nascente, no vasto *Prazo de Gil Homem*[7] ocupado até então por vinhas e hortas.

O processo de crescimento e expansão que caracterizou o seu desenvolvimento até então termina, com a instituição de um traçado regular, em meados do século XVI, quando "*Gil Homem* [Cavaleiro Fidalgo da Casa de el-rei] *e os seus herdeiros foram dando de aforamento diversos lanços da Granja e com eles se formou quase todo o bairro piscatório ou bairro da beira-mar, e ainda ficaram com uma grande quinta, onde e desde 1904 se começou a formar o bairro da Apresentação, que fica próximo da igreja com o mesmo nome*"[8].

Efectivamente em 1561, um dos principais proprietários desse grande território, recebeu permissão para subemprazar uma rua de casas[9], que tinha na Granja. Esta rua, que se veio a designar por rua do Vento, "*deveria ser feita até à que ia*

[7] No início do século XVI, o prazo de Gil Homem compreendia todos os terrenos a nascente da rua de S.Gonçalo-o-Velho e a norte da Igreja de Vera Cruz até aos limites da vila de Sá. Esta herdade jazia no lugar, a que chamava a *Granja de Vila Nova*.

[8] Rangel QUADROS, *Aveiro: apontamentos históricos*, 2009, p.566-567.

[9] Rangel QUADROS, *Aveiro: apontamentos históricos*, 2009, p.600-601. Segundo o mesmo autor, seriam possuidores deste grande território, denominado a Granja, sob a condição de que "*dariam a el-rei e aos sucessores dele, em cada ano de foro para sempre, quarenta soldos* [e nem os mesmos] *poderiam vender, nem dar, nem partir, nem por nenhuma outra maneira alhear a dita herdade* […] *e se tal pretendessem, deveriam primeiro participar a el-rei* […]".

[10] Rangel QUADROS, *Aveiro: apontamentos históricos*, 2009, p.601.

[11] A pequena e singela capela de S.Bartolomeu, datada de 1568, é um diminuto templo, de planta circular, sito na rua do mesmo nome, rua de S.Bartolomeu, também designada por rua do Norte (actual Rua de Manuel Luís Nogueira). Apresenta-se virada a norte, em direcção ao canal de S.Roque e presentemente desenquadrada da casa senhorial a que pertencia. Veja-se Amaro NEVES, *Aveiro: história e arte*, 1984, p.146-149.

7| Aspecto do Rossio em finais do século XIX, antes da demolição da respectiva capela de S.João.
(fonte: *Aveiro Antigo*, 2001, p.26)

8| Canal da praça do peixe e Cais dos Botirões. (fonte: *Aveiro Antigo*, 2001, p.112)

de S.Roque, às pessoas, que quisessem e pelos preços, que se concertassem […] *com a condição de cada foreiro ficaria pagando em cada ano* […] *por cada casa, que tomasse de aforamento*"[10]. Em 1580, e paralela a esta a nascente, os mesmos proprietários "*pretendiam outrossim que se abrisse uma rua,* [entre a Capela de S.Bartolomeu[11] e a rua de S.Roque designada por rua de Norte] *que era muito necessária a serventia desta Vila Nova e à construção de sessenta ou setenta moradias, cujos chãos seriam aforados às pessoas que os quisessem tomar*"[12].

Em finais daquele século, o novo bairro estava quase completamente habitado, dividido em duas freguesias, S.Gonçalo e Vera Cruz. A primeira a poente, posteriormente chamada de Nossa Senhora da Apresentação, englobava o campo do Rossio, as ruas que terminavam no esteiro de S.Gonçalo (actual canal da Praça do Peixe), a rua de S.Gonçalo-o-Velho para S.Roque, e a metade poente do Prazo de Gil Homem[13]. A população residente nas ruas Larga, de Vila Nova, do Vento e do Norte (a nascente do Prazo de Gil Homem) pertenciam à freguesia de Vera Cruz.

Ainda durante o século XVII e rematando a direcção da rua dos Mercadores, num pequeno largo ergue-se a Igreja de Nª Senhora da Apresentação (1606) e no extremo do Rossio junto ao cotovelo do canal central, a Capela de S. João[14].

Provavelmente não seria muito diferente, do século XVI, o perímetro de *Vila Nova* em meados do século XIX, dado que Aveiro após este período de expansão estagnou o seu desenvolvimento até às reformas urbanas que marcam o final do século XIX e todo o século seguinte[15]. Os limites da povoação andavam muito

[12] António CHRISTO, João Gonçalves GASPAR, *Calendário Histórico de Aveiro*, 1986, p.469.

[13] Esta metade corresponde ao miolo vazio, que se designou posteriormente de *Quinta da Apresentação.*

[14] Provavelmente erguida no ano de 1607, apresentava-se como um "*modesto templo desprovido de qualquer interesse arquitectónico*". Eduardo CERQUEIRA, 'Aspectos e modificações do Rossio', *Arquivo do Distrito de Aveiro*, 1949, p. 276.

[15] Sugerido no levantamento topográfico da *Cidade de Aveiro* [1780-81?], atribuído ao engenheiro Izidoro Paulo Pereira e no levantamento, datado de 1865, realizado pela Secção Hydrographica da Direcção Geral dos Trabalhos Geodésicos do Reino.

a Ponte da Ribeira (ou Ponte dos Arcos)
b Praça
c Prazo de Gil Homem
d Rossio
e Esteiro do Côjo
f Esteiro de Sá
g Adro da Igreja de N.Sra. da Apresentação
h Ribeira
i Marinha Rossia
j Praia da Cruz
l Praia de S.Roque

A Rua Direita
B Rua dos Mercadores
C Rua de Vila Nova
D Rua Larga
E Rua de S.Gonçalo-o-Velho para S.Roque
F Rua do Vento
G Rua do Norte

1 Ermida de S.Gonçalinho
2 Igreja de N.Sra. da Apresentação
3 Igreja de Vera-Cruz
4 Capela de S.Roque
5 Ermida de S.Bartolomeu
6 Casa Senhorial pertencente aos promotores da urbanização das ruas do Vento e Norte
7 Pelourinho
8 Capela de S.João

Traçado da muralha
Traçado do aqueduto
Frente consolidada
Quarteirão consolidado
Edifícios existentes a destacar
Marinhas
Canais da Ria de Aveiro

Desenvolvimento urbano de *Vila Nova* em finais do século XVIII.

A
a
b
c
d
e
f
g
h
i
j
k
l
1
2
3
5
6
7
8
Escala 1 : 5 000
10
50
100
250 metros
N

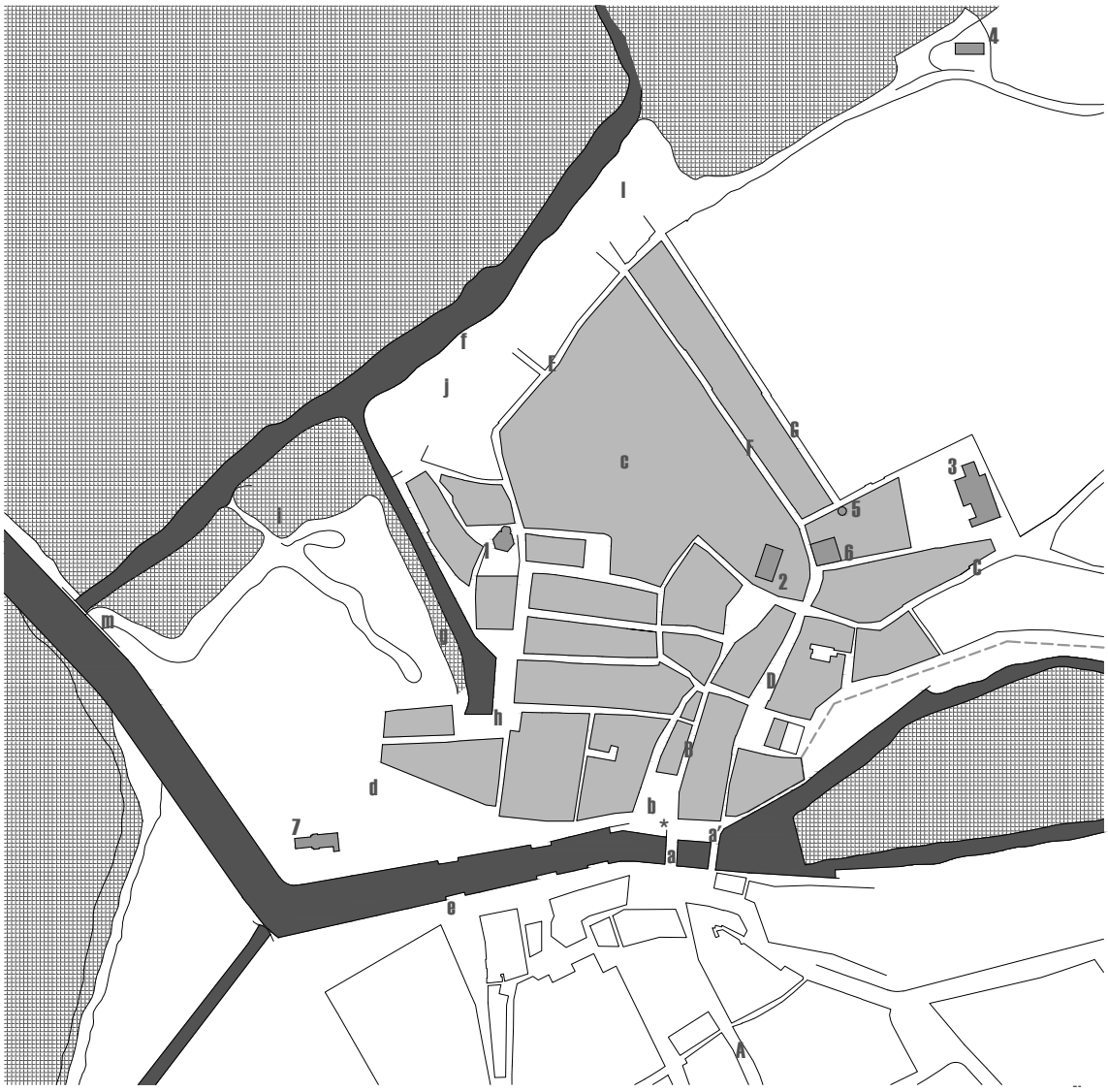
a Ponte da Ribeira (ou Ponte dos Arcos)
a′ Ponte do Côjo (ou Ponte das Almas)
b Praça
c Prazo de Gil Homem
d Rossio
e Esteiro do Côjo
f Esteiro de Sá
g Esteiro da Praça do Peixe
h Praça do Peixe
i (Marinha Rossia)
j Praia da Cruz
l Praia de S.Roque
m Ponte de S.Gonçalo
* Fonte da Praça (ou dos Arcos)

A Rua Direita
B Rua dos Mercadores
C Rua de Vila Nova
D Rua Larga
E Rua de S.Gonçalo-o-Velho para S.Roque
F Rua do Vento
G Rua do Norte

1 Ermida de S.Gonçalinho
2 Igreja de N.Sra. da Apresentação
3 Igreja de Vera-Cruz
4 Capela de S.Roque
5 Ermida de S.Bartolomeu
6 Casa Senhorial pertencente aos promotores da urbanização das ruas do Vento e Norte
7 Capela de S.João

Traçado da muralha
Traçado do aqueduto
Frente consolidada
Quarteirão consolidado
Edifícios existentes a destacar
Marinhas
Canais da Ria de Aveiro

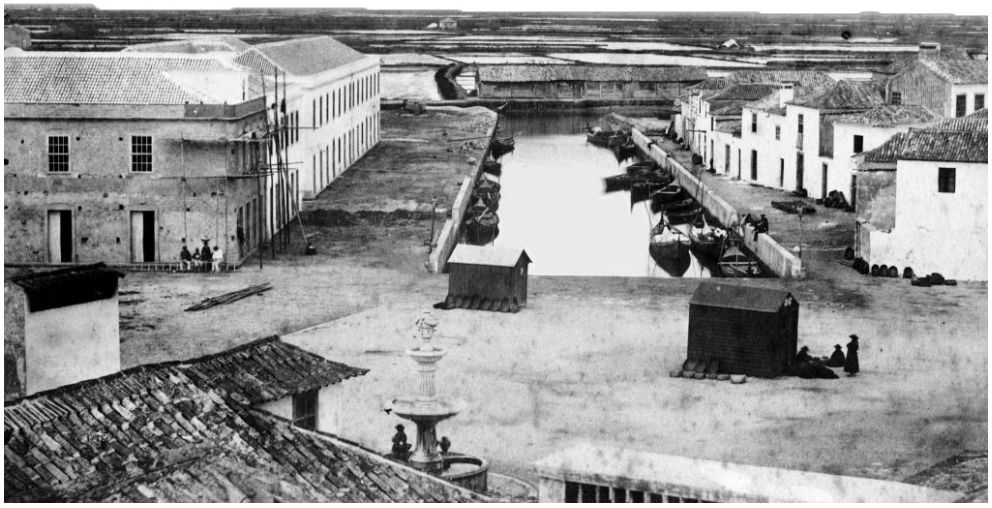
Desenvolvimento urbano de *Vila Nova* no século XIX.

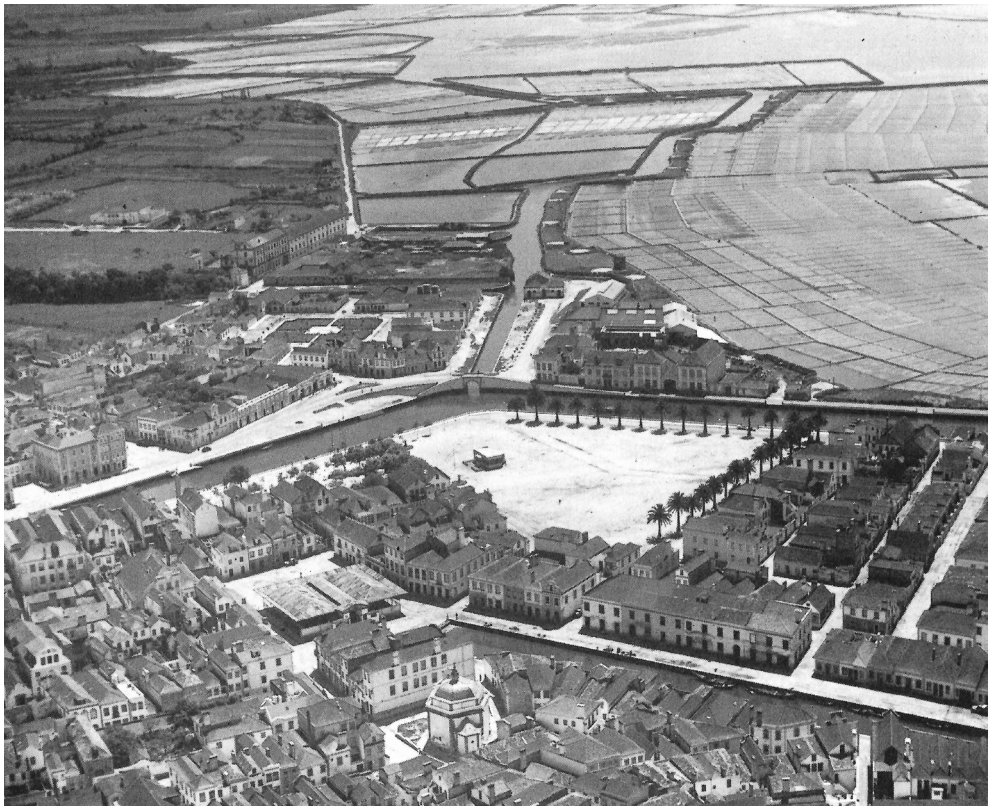


Escala 1 : 5 000

10 50 100 250 metros

N





9| Regularização do canal da Praça do Peixe e as primeiras construções a poente. Veja-se, a mesma área em períodos posteriores p.163-165. (fonte: NEVES; RAMOS, 1985)

10| Vista de Aveiro, em meados do século XX. Note-se o recente e populoso bairro João Afonso, e o Rossio após a demolição da capela de S.João. (fonte: SARABANDO, 2007, p.91)

próximos da *marinha rossia*[16] e da *praça do peixe*, a poente e bordejando a norte o esteiro de S.Roque, onde a expansão se sucedia acompanhando os espaços deixados pela água. Na direcção oposta, estendia-se até à igreja de Vera Cruz, seguindo linearmente até ao lugar de Sá.

Consequência de um significativo aumento populacional, em meados do século XIX, desperta uma nova carência habitacional no núcleo da classe piscatória. Existiam, no populoso bairro de vila nova, "*famílias aglomeradas em casas que não comportam um tão grande número de moradores*"[17] em lamentáveis condições, situação que a câmara reconheceu. Considerando real a "*falta de casas na cidade, e que o bairro dos pescadores, especialmente, é insuficiente para aquela classe*"[18], é sugerido o terreno da marinha, pela proximidade ao respectivo bairro, o mais adequado para alargá-lo[19].

A par do aterro da marinha, ainda não concluído em 1875, é regularizada pela Repartição das Obras Públicas, a margem sul do esteiro de S. Roque e a construção do cais do lado poente que vai do esteiro de S.Roque até à praça do peixe. Tornara-se pois oportuno, "*aforar em volta da Praça do Peixe, até à Ponte de S.Gonçalo* [actual ponte de S.João] *uma facha de terreno, para edificações urbanas, com o que não só ficava aformoseado e abrigado o largo, mas também se alargava o terreno do bairro das pescadeiras, onde a população se achava excessivamente aglomerada*"[20]. Contudo, o plano de edificações do Rossio "*estabelecia que na rua do Cais – actual cais dos Mercantéis – todos os prédios tivessem um primeiro andar, e fossem térreos os da rua da Ponte de S.Gonçalo – certamente o hoje chamado Cais*

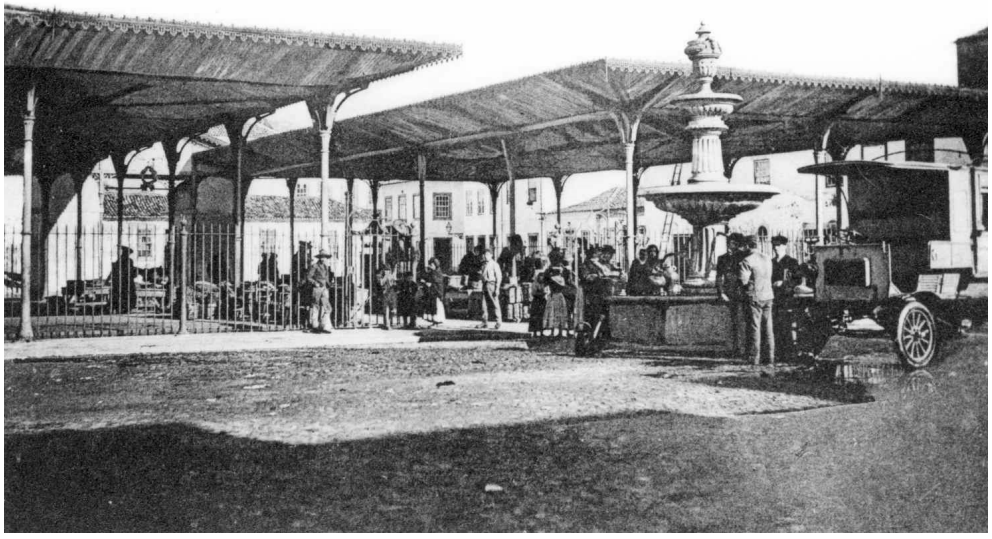
[16] O espaço hoje ocupado pelos quarteirões a poente da praça do peixe e todo o Bairro João Afonso, era uma pequena marinha, que mais tarde a Câmara vem a expropriar, com o fim de aumentar o campo do Rossio.

[17] 'Bairro do Rossio', *Semanário Litoral*, nº 725, 1968.

[18] 'Bairro do Rossio', *Semanário Litoral*, nº 725, 1968.

[19] Anteriormente, teria sido já apresentada a proposta de aterrar a marinha, com vista a dar ao largo do rossio uma forma regular, arborizando-o e embelezando-o, como também proporcionar ocasião a novas construções que se tornavam necessárias.

[20] Eduardo CERQUEIRA, *'*Aspectos e modificações do Rossio*', Arquivo do Distrito de Aveiro,* 1949, p.292.



11| Canal da Praça do Peixe e respectivos Cais, Botirões e Mercantéis, em inícios do século XX. (fonte: SARABANDO, 2007, p.82)

12| Mercado do Peixe, e em primeiro plano, o chafariz que abastecia a população próxima à Praça do Peixe. (fonte: NEVES; RAMOS, 1985)

das Falcoeiras – e provavelmente, os das artérias paralelas a esta"[21].

Depressa foram crescendo os primeiros edifícios para norte alinhados rumo ao canal de S. Roque, alargando-se o bairro piscatório e voltando a presença da água a funcionar como elemento catalisador de urbanização. Ficou assim a Praça do Peixe inscrita na cidade, mais vasta e regular, com o chafariz e um o mercado coberto para venda do peixe[22].

Concluído o aterro da marinha, deliberou-se, que se procedesse sem demora "*ao estudo do terreno da marinha Rossia, e ao traçado das ruas que ela comportar, sem prejuízo do uso público e aformoseamento da cidade, e que a parte destinada a edificações se dê aforamento em hasta pública, em glebas iguais*"[23]. Demarcadas no seu terreno as ruas e chãos para as casas, que logo se começaram a construir, conhecia-se assim um novo e populoso bairro que tomou a designação de Bairro João Afonso.

Por meados do século XIX, a cidade começara a beneficiar de diversos melhoramentos, que se continuaram a evidenciar durante os primeiros anos do século seguinte. A edilidade municipal começou pois a dispensar especial atenção no arranjo e compostura do Rossio, que permanecia como o largo mais espaçoso da cidade.

Aterrada a marinha que permaneceu até fins do século como obstáculo permanente à sua desejada expansão e regularização, este continuava ainda assim atravancado pela capela de S. João, que vêm a ser demolida com vista a resolver o problema urbanístico com que se debatia. Com o seu desaparecimento em 1911, o rossio adquire, praticamente inalterada, a forma que actualmente mantém, contudo, consentiu ainda alterações quanto ao seu uso ao longo dos tempos.

[21] Eduardo CERQUEIRA, Aspectos e modificações do Rossio*', Arquivo do Distrito de Aveiro,* 1949, p.293.

[22] A Praça do Peixe e respectivo mercado, ao ser projectada não fez mais do que contemplar a vida daqueles que residiam à sua volta, quase exclusivamente gentes ligadas à vida marítima.

[23] 'Bairro do Rossio', *Semanário Litoral*, nº 725, 1968.

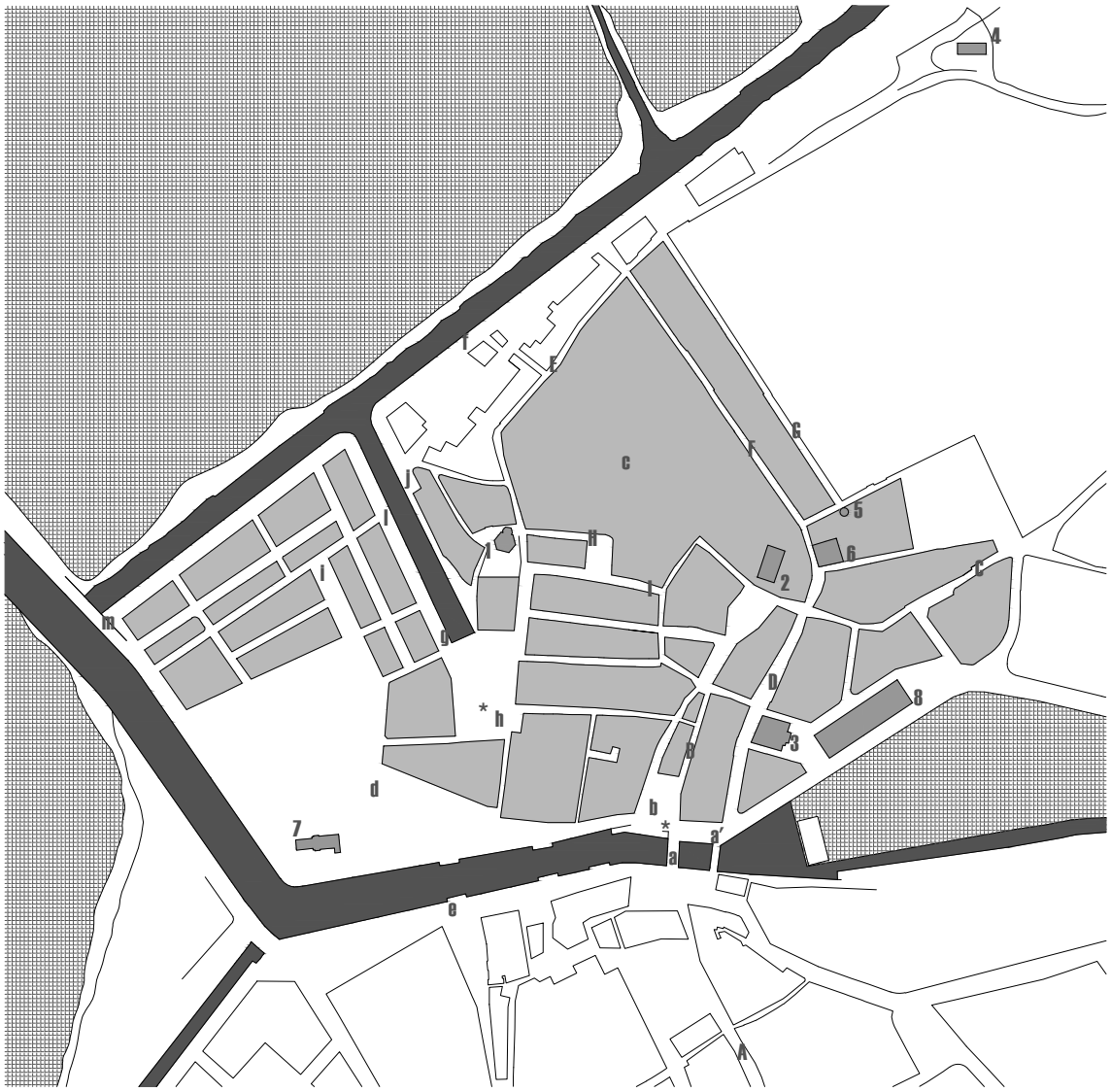
a Ponte da Ribeira (ou Ponte dos Arcos)
a′ Ponte do Côjo (ou Ponte das Almas)
b Praça
c Prazo de Gil Homem
d Rossio
e Esteiro do Côjo
f Esteiro de Sá
g Esteiro da Praça do Peixe
h Praça do Peixe
i Bairro João Afonso
j Cais dos Botirões
l Cais dos Mercantéis
m Ponte de S.Gonçalo
* Fonte da Praça (ou dos Arcos) e Chafariz da Praça do Peixe

A Rua Direita
B Rua dos Mercadores
C Rua de Vila Nova
D Rua Larga
E Rua de S.Gonçalo-o-Velho para S.Roque
F Rua do Vento
G Rua do Norte
H Rua do Arco
I Rua da Palmeira

1 Ermida de S.Gonçalinho
2 Igreja de N.Sra. da Apresentação
3 Caixa Económica de Aveiro
4 Capela de S.Roque
5 Ermida de S.Bartolomeu
6 Casa Senhorial pertencente aos promotores da urbanização das ruas do Vento e Norte
7 Capela de S.João
8 Mercado Manuel Firmino

Traçado da muralha
Traçado do aqueduto
Frente consolidada
Quarteirão consolidado
Edifícios existentes a destacar
Marinhas
Canais da Ria de Aveiro

Desenvolvimento urbano de *Vila Nova* em finais do século XIX.



Escala 1 : 5 000

10 50 100 250 metros

N

13| Canal de S.Roque com a actual Ponte dos Carcavelos. Veja-se actual realidade na p.162.

(fonte: http://www.prof2000.pt/users/secjeste/arkidigi/Carvalhinho/Aveiro/ACS044.jpg)

14| Cais do canal de S.Roque.

(fonte: http://www.prof2000.pt/users/secjeste/arkidigi/C_da_Silva/Aveiro/01CanaldeSRoque1921.jpg)

Fomentando, ainda assim, um melhoramento e alargamento de *Vila Nova*, é cedido por parte do proprietário da *Quinta da Apresentação*, António Luís de Sousa, esse tracto de terreno para a construção de novas habitações. O mesmo "*cede gratuitamente á camara o necessario para a abertura de ruas, que virão a occupar uma superficie approximada de 3:000 metros quadrados, com 6 de largura cada uma, tomando a camara o encargo da sua regularisação e das expropriações necessarias para a ligação d'estas com as actuaes.*"[24]

Conforme o projecto, aprovado em 1902, "*o novo bairro ficará com três ruas longitudinaes, quasi na direcção norte-sul sendo a principal a que vae do Largo d'Apresentação á rua de S.Roque, com a extensão de 180 metros. As ruas transversaes são perpendiculares a estas no prolongamento da travessa da Palmeira e rua do Arco, e communicam com a rua do Vento. Formam todas ellas assim 8 quarteirões. A rua de S.Roque é cortada por três novas ruas, e a do Vento por duas, ficando assim estabelecida a ligação do velho com o novo bairro.*"[25]

Realizadas as expropriações necessárias à abertura dos novos arruamentos, a partir do ano 1904, esta iniciativa de expansão, a norte do canal central, no começo do século XX, contribuía para uma maior consolidação e expansão do bairro da *Beira-Mar*, na derivação da *Vila Nova*.

[24] 'Bairro novo', *Campeão das Províncias*, nº 66, 1902.

[25] 'Bairro novo', *Campeão das Províncias*, nº 66, 1902.

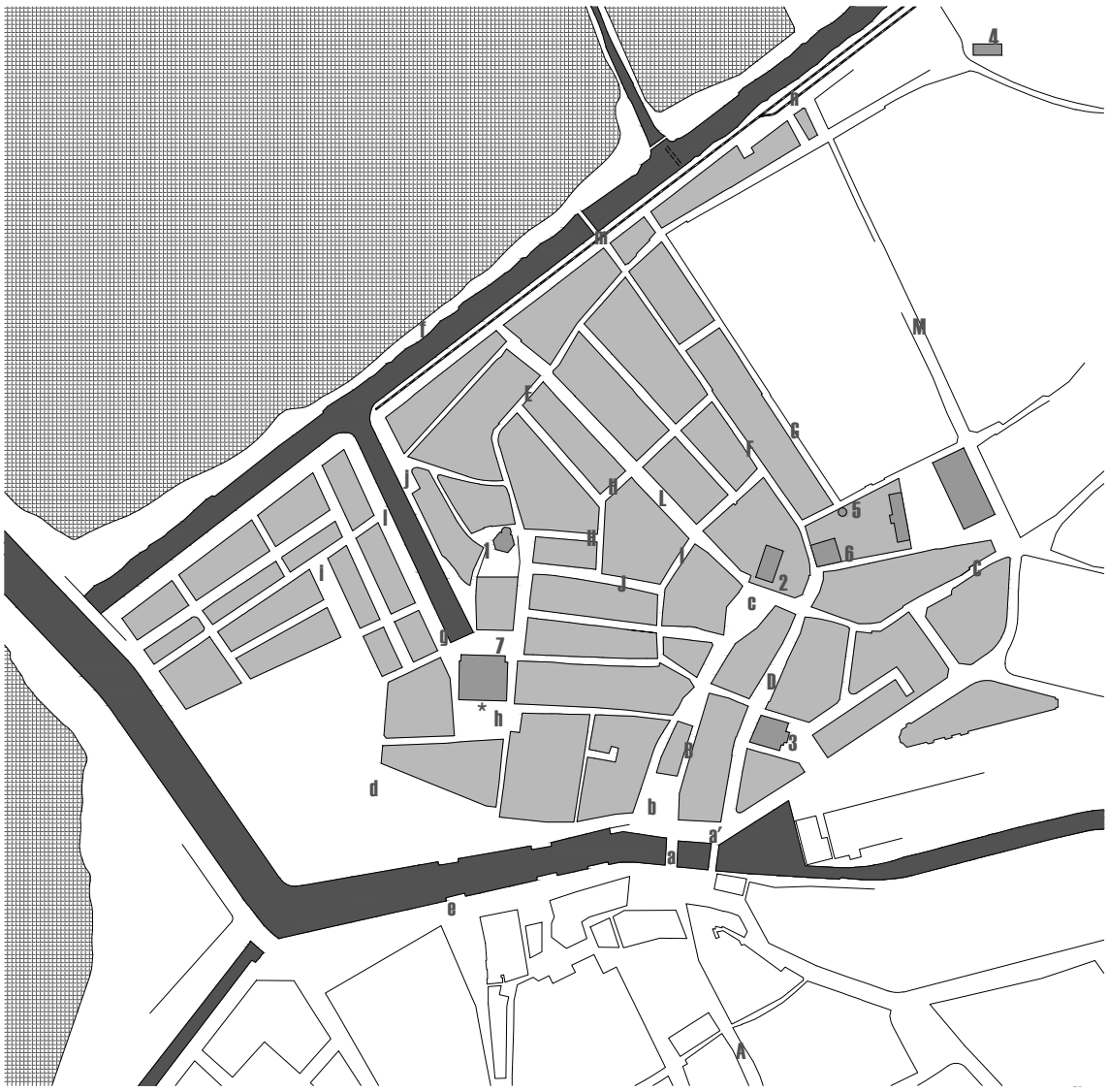
a Ponte da Ribeira (ou Ponte dos Arcos)
a′ Ponte do Côjo (ou Ponte das Almas)
b Praça do Comércio
c Largo da Apresentação
d Rossio
e Esteiro do Côjo
f Esteiro de S.Roque
g Esteiro da Praça do Peixe
h Praça do Peixe
i Bairro João Afonso
j Cais dos Botirões
l Cais dos Mercantéis
m Ponte dos Carcavelos
n Ramal ferroviário do Canal de S.Roque
* Chafariz da Praça do Peixe

A Rua Coimbra
B Rua dos Mercadores
C Rua Manuel Firmino
D Rua José Estêvão
E Rua Antónia Rodrigues
F Rua Dr. António Christo
G Rua Manuel Luís Nogueira
H Rua do Arco
I Rua da Palmeira
J Rua das Salineiras
L Rua Dr. Jorge Lencastre
M Rua 1ºVisconde da Granja

1 Ermida de S.Gonçalinho
2 Igreja de N.Sra. da Apresentação
3 Caixa Económica de Aveiro
4 Capela de S.Roque
5 Ermida de S.Bartolomeu
6 Casa Senhorial pertencente aos promotores da urbanização das ruas do Vento e Norte
7 Mercado da Praça do Peixe

Traçado da muralha
Traçado do aqueduto
Frente consolidada
Quarteirão consolidado
Edifícios existentes a destacar
Marinhas
Canais da Ria de Aveiro

Desenvolvimento urbano de *Vila Nova* na 1ª metade do século XX.



Escala 1 : 5 000

10 50 100 250 metros

N

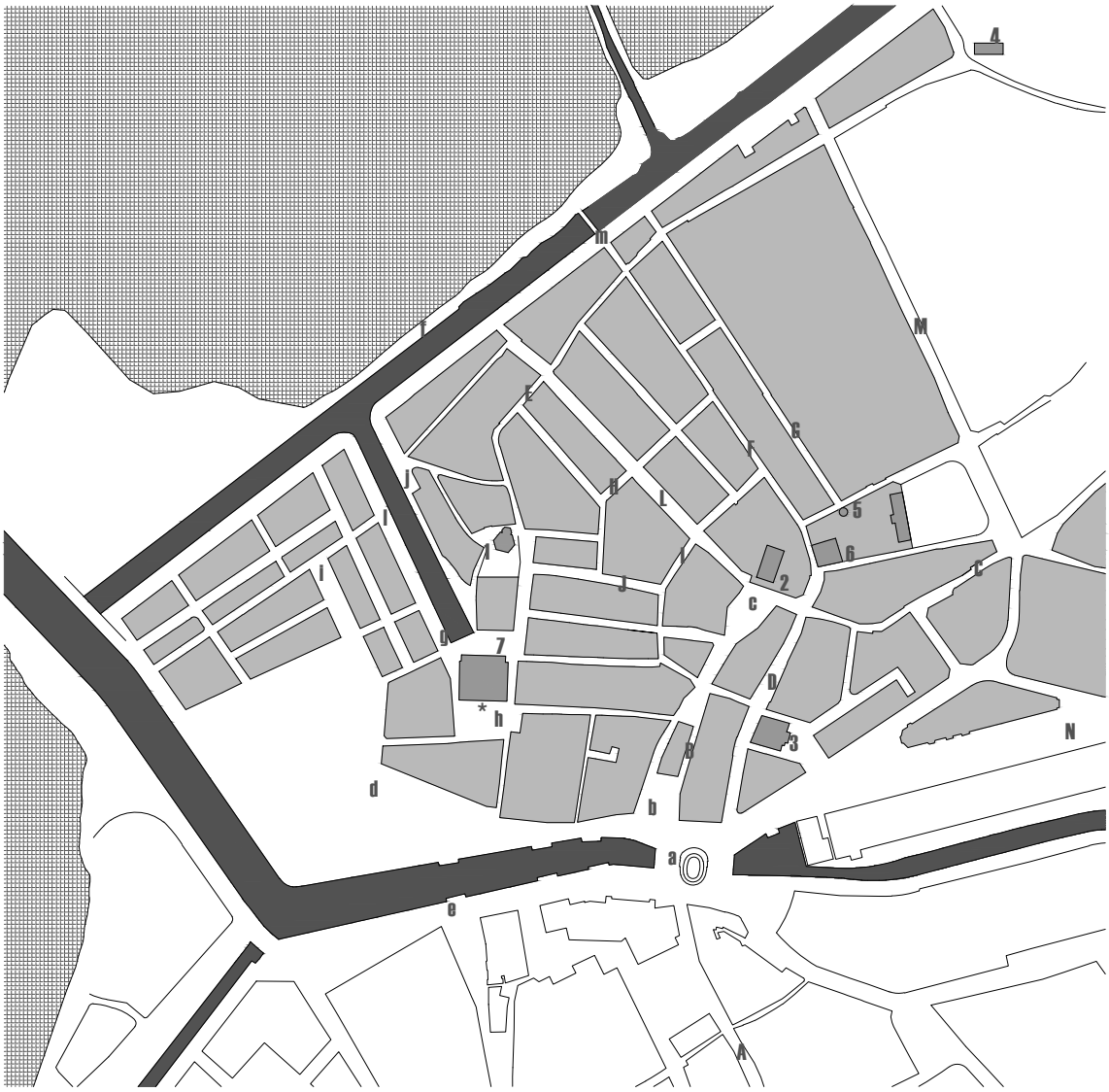
a Ponte-Praça
b Praça Joaquim de Melo Freitas
c Largo da Apresentação
d Rossio
e Esteiro do Côjo
f Esteiro de S.Roque
g Esteiro da Praça do Peixe
h Praça do Peixe
i Bairro João Afonso
j Cais dos Botirões
l Cais dos Mercantéis
m Ponte dos Carcavelos
* Chafariz da Praça do Peixe

A Rua Coimbra
B Rua dos Mercadores
C Rua Manuel Firmino
D Rua José Estêvão
E Rua Antónia Rodrigues
F Rua Dr. António Christo
G Rua Manuel Luís Nogueira
H Rua do Arco
I Rua da Palmeira
J Rua das Salineiras
L Rua Dr. Jorge Lencastre
M Rua 1ºVisconde da Granja
N Avenida Dr. Lourenço Peixinho

1 Ermida de S.Gonçalinho
2 Igreja de N.Sra. da Apresentação
3 Caixa Económica de Aveiro
4 Capela de S.Roque
5 Ermida de S.Bartolomeu
6 Casa Senhorial pertencente aos promotores da urbanização das ruas do Vento e Norte
7 Mercado da Praça do Peixe

Traçado da muralha
Traçado do aqueduto
Frente consolidada
Quarteirão consolidado
Edifícios existentes a destacar
Marinhas
Canais da Ria de Aveiro

Desenvolvimento urbano de *Vila Nova* na 2ª metade do século XX.



Escala 1 : 5 000

10 50 100 250 metros

N

regularidade dos traçados urbanos

Irrepreensível é o facto da cidade, a par do crescente dinamismo da intensa exploração marítima, adquirir uma expressão urbanística fruto da sua prosperidade económica, afirmando-se determinada a instalar-se nas cotas baixas da margem norte.

Apoiada no comércio, a recente organização territorial extramuros, estrutura-se inicialmente pela continuidade dos eixos de circulação vindos da cidade, e usufruindo da sua relação privilegiada com a ria e pelo fluxo contínuo de viajantes e comerciantes, transforma-se no principal nervo de vida económica da urbe.

O percurso que ligava o centro da urbe às aglomerações vizinhas, a norte, manifesta-se desde logo como elemento gerador e estruturante do novo núcleo, sendo a partir dela que despontam novos arruamentos. Mais do que um sentido de direcção e expansão, revela-se como um eixo ordenador de todo o espaço, preenchido progressivamente por travessas perpendiculares.

A cidade, que crescera até então ao longo de caminhos, anuncia em meados do século XVI, ainda que de uma forma retraída, a presença de uma nova forma de crescimento urbano, onde novos arruamentos se desenvolvem perpendicularmente a um caminho-rua-eixo.

Definida pelas actuais ruas Tenente Resende, Marnotos, Srg. Clemente Morais e Salineiras, esta intervenção urbana evidencia-se, do tecido inicial do núcleo de Vila Nova, pela sua regularidade, afigurando-se como um primeiro esquema baseado numa estrutura de *rua-travessa*[26].

a Rua das Salineiras
b Rua Srg. Clemente Morais
c Rua dos Marnotos
d Rua Tenente Resende

Análise da intervenção urbana do século XVI – ruas Tenente Resende, Marnotos, Srg. Clemente Morais e Salineiras – sobre levantamento cartográfico do século XVI (a), fotografia aérea (b) e levantamento actual (c). Desenvolvimento urbano de finais do século XV e XVI, sobre tecido urbano actual (p.seguinte).

Escala 1 : 5 000

10 50 100 250 metros

N

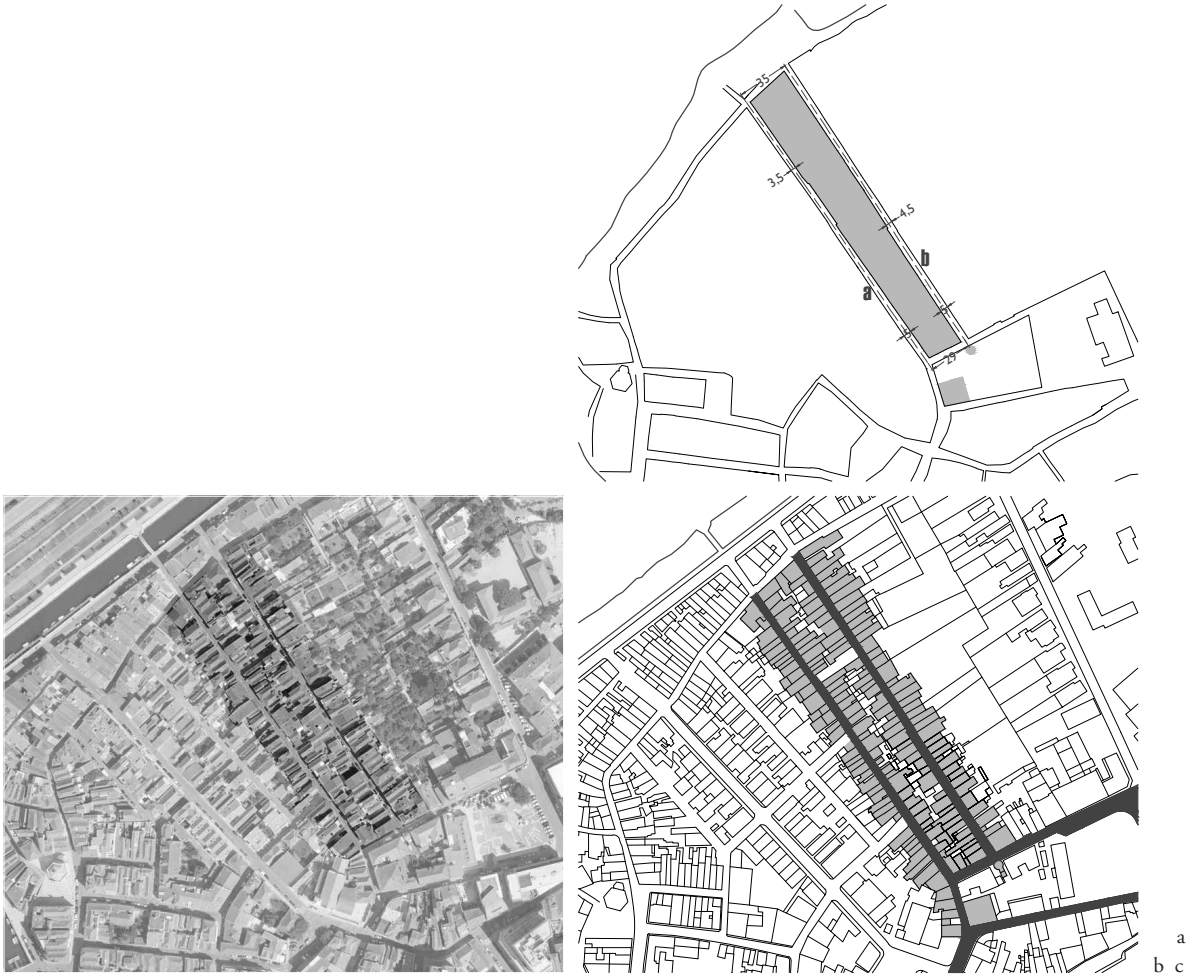
A sua composição incorpora os quarteirões que se desenvolvem adjacentes e perpendicularmente à rua dos Mercadores compondo uma malha linear. Curiosamente, e embora não se tenha encontrado qualquer registo que denuncie qualquer tipo de planeamento prévio, os referidos arruamentos apresentam ambos uma largura constante de 5 varas, e, os quarteirões por eles definidos apresentam também larguras semelhantes.

De facto, a expansão da urbe rumo a novos terrenos, livres de qualquer confrontação fundiária, permitiu o aparecimento de uma nova conceptualização do espaço mais regular, que se começa a delinear aqui, de uma forma muito incipiente para surgir com total clareza e intencionalidade na estrutura de Vila Nova em finais do século XVI.

Após o desenvolvimento inicial e espontâneo da povoação, um expressivo episódio de crescimento previamente planeado vem dar resposta às carências habitacionais, com que se manifestava a população essencialmente da classe piscatória. Fruto da impossibilidade da cidade primitiva dar resposta às grandes transformações sociais e económicas que se operam sobretudo a partir da segunda metade do século XV, a cidade tende a alargar os seus limites a norte, com a urbanização de zonas rurais adjacentes.

Será a existência de um vasto domínio na posse de um único proprietário, que permitirá no século XVI a mais significativa operação de loteamento. Esta vem também ao encontro dos interesses dos proprietários fundiários, a quem pertencia a propriedade do solo que, distribuindo-o pela população, mediante o pagamento de um foro anual, tornaram-se nos seus principais impulsionadores, incumbindo aos mesmos a responsabilidade de desenhar o território. Surge associada à ideia de soberania, ao poder de planear e impor a concretização de um traçado específico, uma actuação previamente planeada e intencional sobre o território.

[26] Referido por Hélder CARITA, em *Lisboa Manuelina e a formação de modelos urbanísticos da época moderna*, 1999, pp.36-37, onde designa por *rua-travessa* o modelo de crescimento urbano que se desenvolve a partir de um eixo central de onde rompem perpendicularmente novos arruamentos.



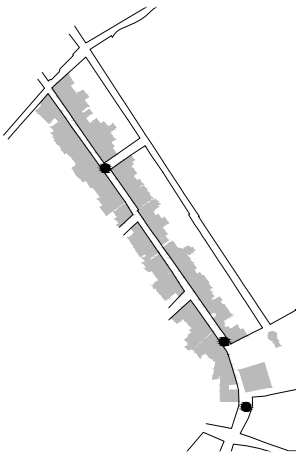
a Rua do Vento
b Rua do Norte

Análise da intervenção urbana de finais do século XVI – ruas do Vento e do Norte – sobre levantamento cartográfico do século XVI (a), fotografia aérea (b) e levantamento actual (c).
Desenvolvimento urbano de finais do século XVI, sobre tecido urbano actual (p.seguinte).

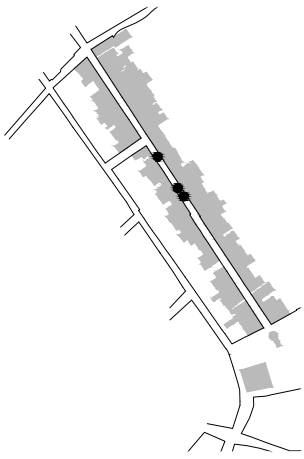
Escala 1 : 5 000

10 50 100 250 metros

N



Rua do Vento, actual Dr. António Christo.



Rua do Norte, actual Manuel Luís Nogueira.

A nova base regular, definida pela rua do Vento e do Norte (actuais ruas Dr. António Christo e Manuel Luís Nogueira respectivamente), é implementada segundo um programa concreto e adaptada à necessidade de instalar uma população em desenvolvimento. O seu esquema formal baseia-se em duas ruas paralelas, rematadas no extremo norte pelo esteiro de S. Roque que as bordeava. Ambas abrangem um mesmo programa e coerência no seu desenvolvimento, evidenciando uma proximidade e articulação do recente núcleo extramuros com a ria.

A rua do Vento, envolvida por um loteamento contínuo, reconhece como elemento de alinhamento, a casa senhorial, pertencente aos promotores do próprio processo de urbanização, e afigurando-se como prolongamento da rua José Estêvão, acompanha a ligeira descida topográfica, até ao canal de S. Roque, onde termina a sua extensão[27]. A este eixo inicial, é associado um outro a nascente, enquadrando a capela de S. Bartolomeu, a rua do Norte, onde à primeira fileira de lotes se encosta uma outra, que aparelhando costas com costas as parcelas individuais, formam um longo e estreito quarteirão. As duas ruas que o limitam, a nascente e poente, apresentam uma variabilidade na largura, oscilando entre as 4,5 e 5 varas ao longo da sua extensão[28].

Subdivididas em lotes idênticos, são orientadas segundo o sentido norte-sul, o mais indicado para o escoamento de águas e proporcionando aos topos dos lotes, as únicas fachadas livres, uma melhor exposição solar, a nascente e poente. Este factor é tanto mais significativo se observarmos as reduzidas larguras dos lotes e os respectivos desenvolvimentos em profundidade.

Ao longo dos dois eixos agregam-se uma série de lotes estreitos, longos e de uma só frente, dispostos com os topos menores voltados para a rua[29]. Esta organização do parcelado resulta, naturalmente, da necessidade de cada lote dispor de contacto

[27] Como prolongamento da rua do Vento a actual ponte dos Carcavelos garante a travessia do esteiro de S.Roque.

[28] À excepção da rua do Vento, no extremo norte que apresenta uma largura mínima de 3,5 varas.

[29] Normalmente designado pela bibliografia da especialidade como *lote gótico*.

directo com a rua e garantindo um melhor aproveitamento do espaço urbano.

Desenvolvendo-se de uma forma contínua ao longo das ruas, os edifícios vão-se concentrando no perímetro do quarteirão, em contacto directo com a rua, deixando livre a zona posterior de cada lote. As construções das parcelas encostam-se lateralmente umas às outras, sendo a fachada principal a única liberta de construções, confrontando directamente com a rua. O fundo do lote revela-se como o único espaço não edificado de cada parcela, funcionando como ponto de arejamento e iluminação. Quando não existem logradouros ou quintais nos fundos dos lotes, as habitações encostam directamente umas nas outras, limitando a entrada de ar e luz aos vãos rasgados na fachada principal.

Tratando-se de terrenos desprovidos de qualquer condicionante, a rua é reconhecida como unidade estrutural de um novo espaço, uma rua mais direita e alinhada, definida por lotes mais uniformes, formando uma mancha tendencialmente linear. Além de ligada aos aspectos práticos – pela facilidade do traçado e pela repartição homogénea e geometrizada do espaço – a preferência pela forma regular na procura de uma maior rentabilização do espaço, insinua-se decorrente de interesses, para quem a cidade se converteu numa fonte de negócio.

De acordo com o número de habitantes previstos ou em virtude do desenvolvimento posterior, o recente bairro aparentava crescer pela multiplicação de novos arruamentos paralelos. No entanto, esta expectativa quanto ao seu desenvolvimento não se confirmou.

Com os primeiros sintomas da decadência do movimento portuário, em finais do século XVI, o crescimento abrandou, e o fecho total da barra ajudou à sua travagem. O decréscimo populacional, provocado pelos flagelos das pestes e os movimentos migratórios para outras regiões, conduz a um progressivo abandono local.

Somente no século XIX, a expansão de Vila Nova é reanimada, iniciando-se o prolongamento do casario para poente. O seu desenvolvimento é despoletado pela dinâmica que a cidade assume, proveniente do desenvolvimento das vias de comunicação, mas também fruto das obras efectuadas na sua ria e Barra – trata-se

de uma segunda fase de expansão urbana, um segundo fôlego que decorre entre o século XIX e se prolonga pelo seguinte.

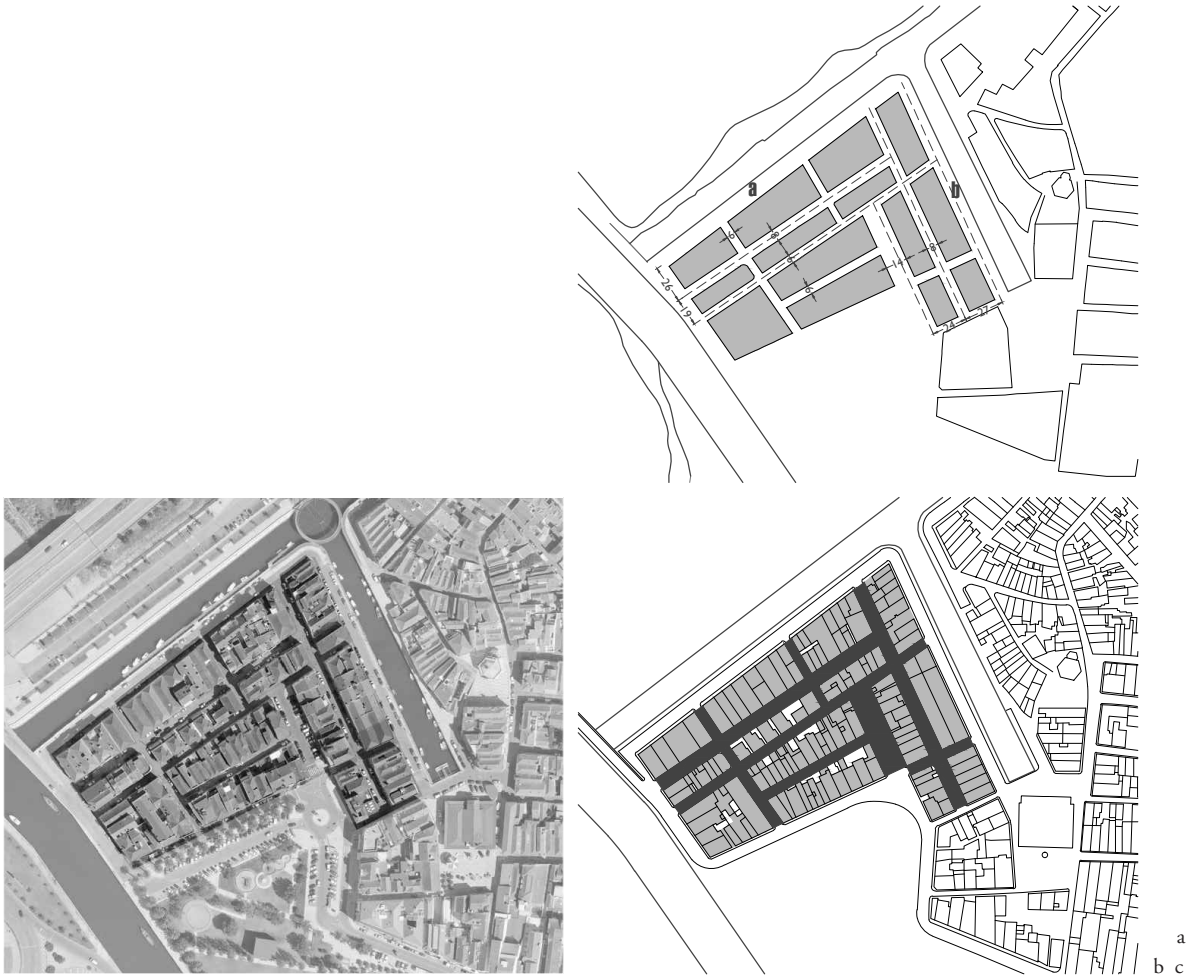
Contudo, esta nova fase de expansão só viria a expressar-se num aumento da procura de novos espaços de habitação em finais do século XIX. Até ao início do século XX, essa procura era facilmente satisfeita pela sobreocupação de antigos edifícios e preenchimento dos perímetros livres de quarteirões já definidos. A densidade populacional avolumava à medida que muitos dos edifícios eram aumentados com a construção de estruturas independentes na parte posterior das respectivas parcelas, que justifica a actual irregularidade da linha de fundo dos lotes. Esta tendência clara de uma maior rentabilidade do solo, relacionada com a qualidade de centralidade que o bairro ganha em relação à cidade vai aspirar igualmente a construção de novos pisos, que eram assim acrescentados aos prédios existentes para albergar a população em crescimento.

Nas ruas do Vento e do Norte, ainda é possível encontrar exemplos de edifícios primitivos que sofreram menos alterações, e da sua análise concluí-se que a altura padrão das habitações seria de um piso (rés-do-chão) e eventualmente dois pisos (rés-do-chão e primeiro piso)[30]. O aumento de cérceas vem de algum modo desqualificar as ruas que perdem parte das suas qualidades de iluminação e boa ventilação.

A forte densidade de área construída a norte do canal e o seu índice de ocupação vai acentuar-se progressivamente em finais daquele século, traduzindo-se num empobrecimento geral da Beira-Mar.

Apenas na primeira metade do século XX surgiu a necessidade de construir novas habitações dada a saturação do tecido habitacional. As intervenções urbanísticas no começo do século derivam de necessidades objectivas que exigiam e justificavam essas mesmas reformas. À explosão demográfica que se registava e à necessária expansão urbana que daí decorria, associavam-se as novas necessidades urbanas de ordem sanitária e funcional que caracterizavam um novo modo de habitar, a que era preciso dar resposta.

[30] Veja-se análise p.153.



a Cais das Falcoeiras
b Cais dos Mercantéis

Análise da intervenção urbana de finais do século XIX – Bairro João de Afonso – sobre levantamento cartográfico do século XIX (a), fotografia aérea (b) e levantamento actual (c).
Desenvolvimento urbano de finais do século XIX, sobre tecido urbano actual (p.seguinte).

Escala 1 : 5 000

10 50 100 250 metros

N

A freguesia de Vera Cruz alcançava densidades habitacionais muito elevadas, e a desmedida procura de habitação não podia continuar a ser satisfeita pela concentração populacional, sendo a expansão e a construção de novas habitações o único meio de proporcionar alojamento necessário.

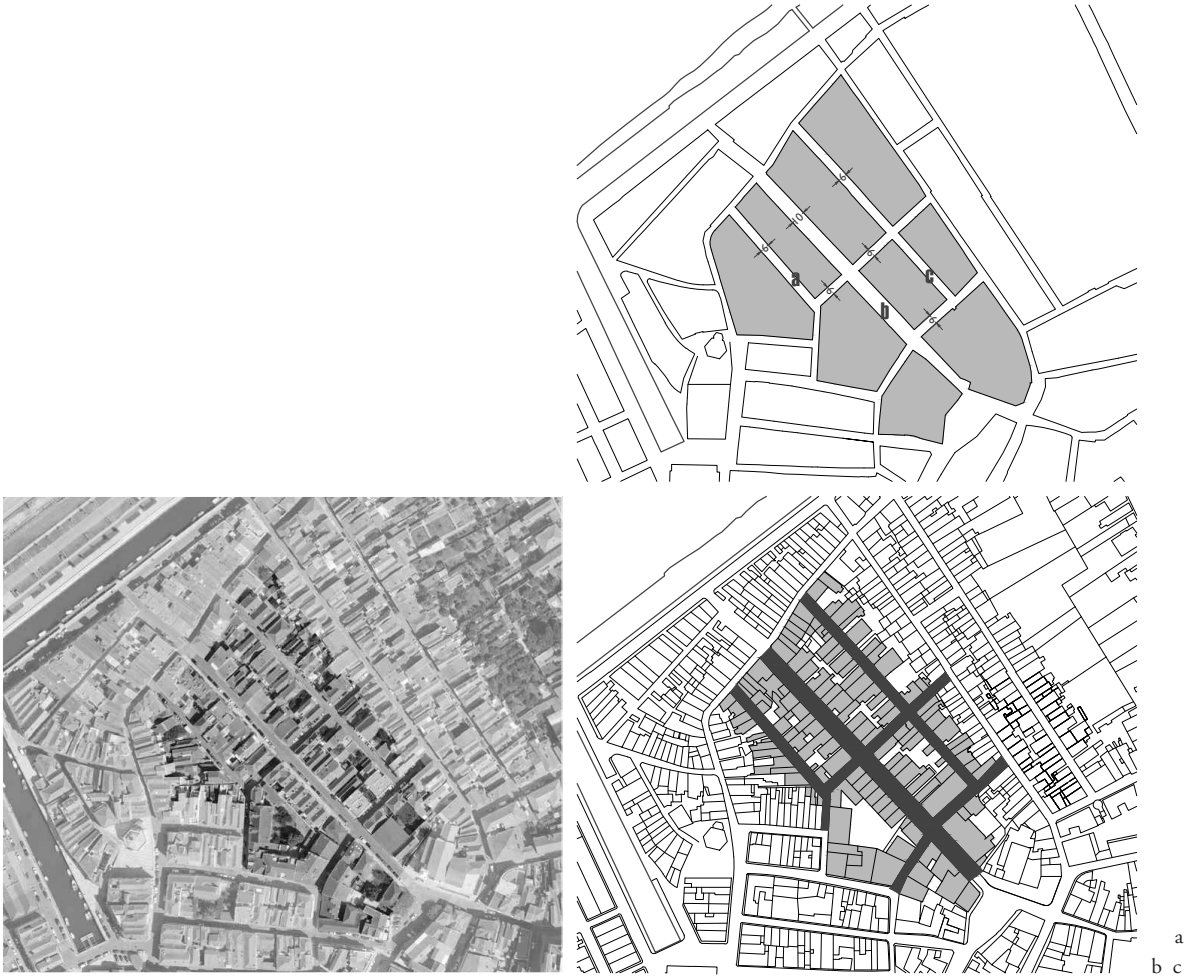
O terreno da marinha rossia é apontado, na segunda metade do século XIX, como o mais adequado, pela sua proximidade, para alargamento do populoso bairro. Realizado um plano prévio ao nível do traçado das ruas que o próprio poderia comportar, é erguido e rapidamente povoado um novo bairro.

O seu traçado define as frentes urbanas do Cais das Falcoeiras e do Cais dos Mercantéis, voltadas para o canal de S.Roque e da Praça do Peixe, respectivamente. Os quarteirões, mais a poente, desenvolvem-se paralelos ao canal de S.Roque, e segundo fontes documentais, seriam constituídos inicialmente por habitações térreas. Orientados segundo o sentido norte-sul, os quarteirões voltados ao esteiro da Praça do Peixe, e os primeiros a edificar, são complementados por segundos pisos.

A nova malha regular, não sugere a existência de uma qualquer hierarquia de vias, contudo definem-se ruas e travessas pela interrupção ritmada dos quarteirões. Apesar das distintas dimensões, estes são subdivididos em lotes idênticos, de duas frentes, dispostos com os topos menores voltados para a rua, e, onde a sua edificação corresponde à sua área total.

Evidente, é a determinação deste bairro definir as frentes de ria e regularizar o largo do Rossio. Note-se, como já referido, as duas orientações para organização dos quarteirões, perpendiculares entre si, de modo a possibilitar frentes para ambos os canais. Do mesmo modo, nos quarteirões a poente a disposição dos lotes é excepcional, presumivelmente, por permitir esse mesmo propósito.

Ainda assim, o novo bairro que se encontrava povoado em finais do século, não se revelara vasto o suficiente para suprimir as carências habitacionais da época. Os terrenos a norte do canal, anteriormente disponíveis, haviam sido já ocupados e o aglomerado encontrava-se limitado pelas linhas fluviais, que impediam o seu alargamento. Tornara-se essencial favorecer a urbanização de novos solos.



a Rua António da Benta
b Rua Dr. Jorge Lencastre
c Rua Dr. Edmundo Machado

Análise da intervenção urbana do século XX – Quinta da Apresentação – sobre levantamento cartográfico do século XX (a), fotografia aérea (b) e levantamento actual (c).
Desenvolvimento urbano de finais do século XX, sobre tecido urbano actual (p.seguinte).

Escala 1 : 5 000

10 50 100 250 metros

N

Rua Dr. Jorge Lencastre.

Travessa da Palmeira e rua Dr. Edmundo Machado.

Será o miolo vazio, que permanecera por construir até a primeira década do século XX, que vem por fim impulsionar o desenvolvimento e consolidação do bairro da Beira-Mar.

A Quinta da Apresentação, que remetia a um extenso terreno vago no interior de um quarteirão, terá crescido ocupando somente o seu contorno, e na posse de um proprietário privado, seria cedido nos inícios do século pelo mesmo com vista à sua urbanização. Concedido por aforamento pelo seu proprietário, voltamos a assistir a uma racionalização e a um uso intensivo do solo através de um loteamento regular.

O traçado desta expansão programada reformula o perímetro construído do quarteirão[31], através da abertura de novas ruas, que se desenvolvem longitudinalmente e o prolongamento de travessas, que actuam como eixos de expansão, onde novos quarteirões equilibram as necessidades habitacionais de um renovado crescimento demográfico.

Evidenciando uma clara preocupação no ordenamento urbano, este novo traçado reafirma a direcção já assumida no século XVI, com as ruas do Vento e do Norte. O seu programa formal compreende três eixos longitudinais, que estruturam novos quarteirões, definidos pelas ruas Dr. Jorge Lencastre, Dr. Edmundo Machado e António da Benta. Duas ruas travessas, já existentes e agora prolongadas, permitem o atravessamento dos quarteirões rectangulares e alongados[32], que alinhados, voltam o lado maior às ruas longitudinais.

A rua central, com inicio no largo da Apresentação estende-se até à rua Antónia Rodrigues assumindo-se como o eixo principal apresenta uma largura que varia entre os 9,5 e os 10 metros ao longo do seu traçado. As ruas que limitam os quarteirões a nascente e poente, assim como as travessas que os dividem, as ruas do Arco e da Palmeira, manifestam uma largura mais moderada de aproximadamente 6 metros.

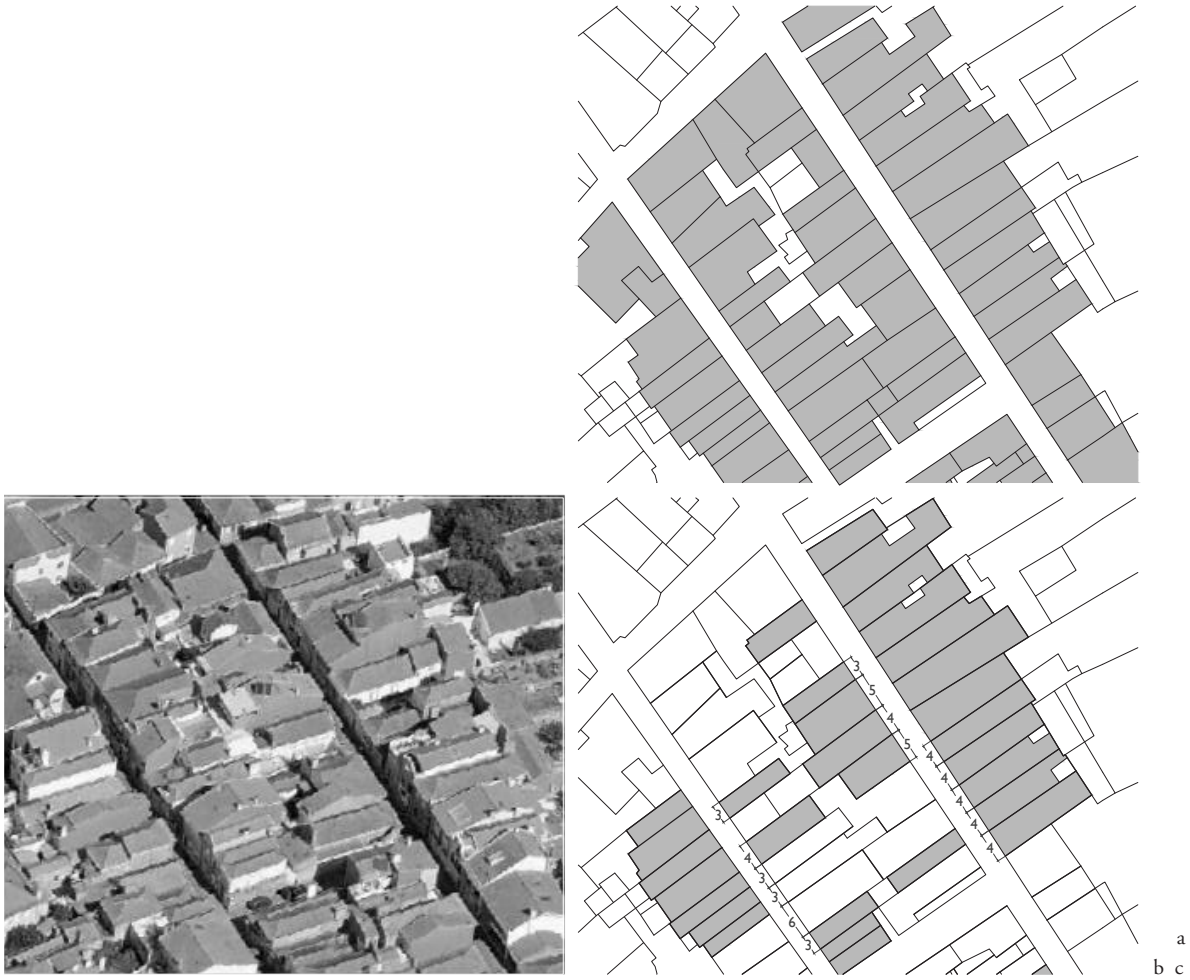
[31] Veja-se, na p. 154-155, as expropriações necessárias à urbanização do início do século XX.

[32] Verifica-se igualmente uma fragmentação, do já consolidado quarteirão definido pelas ruas do Vento e do Norte, através da abertura da rua da Tapada.

Apesar do distanciamento temporal, a regra de composição do tecido urbano segue os mesmos moldes verificados anteriormente no século XVI. Esta nova fase construtiva incorpora progressivamente traços de uma anterior ocupação, perceptível nos topos dos quarteirões mais a norte e nos quarteirões a poente e nascente, em que estes resultam de um processo de conformidade e adaptação a um espaço já parcialmente ocupado e confinado.

Continuamos, portanto, perante um crescimento fundamentado num conjunto de princípios elementares de eixos rectilíneos loteados por quarteirões que comportam duas frentes, subdivididas estas em lotes idênticos. Os edifícios desenvolvem-se nos seus perímetros, deixando como espaço não construído a zona posterior de cada parcela. O casario apresenta apenas uma fachada livre de construção, a fachada principal voltada para a rua, à excepção dos lotes em confronto com as ruas transversais. Neste caso, as travessas são marginadas pelos topos dos quarteirões, ou seja, pelas fachadas laterais dos edifícios. Assim, os lotes que com ela confrontam dispõem de uma maior superfície de fachada voltada para a rua.

Facilmente se observa, que a mancha construída neste segundo momento é significativamente menos densa. Aos arruamentos mais largos associam-se quarteirões mais ritmados pela abertura de vias transversais, contrariando o carácter densamente construído, visível a partir das fachadas que se prolongam em longos panos contínuos sem interrupções que caracterizam a urbanização do século XVI.



Loteamento do século XVI

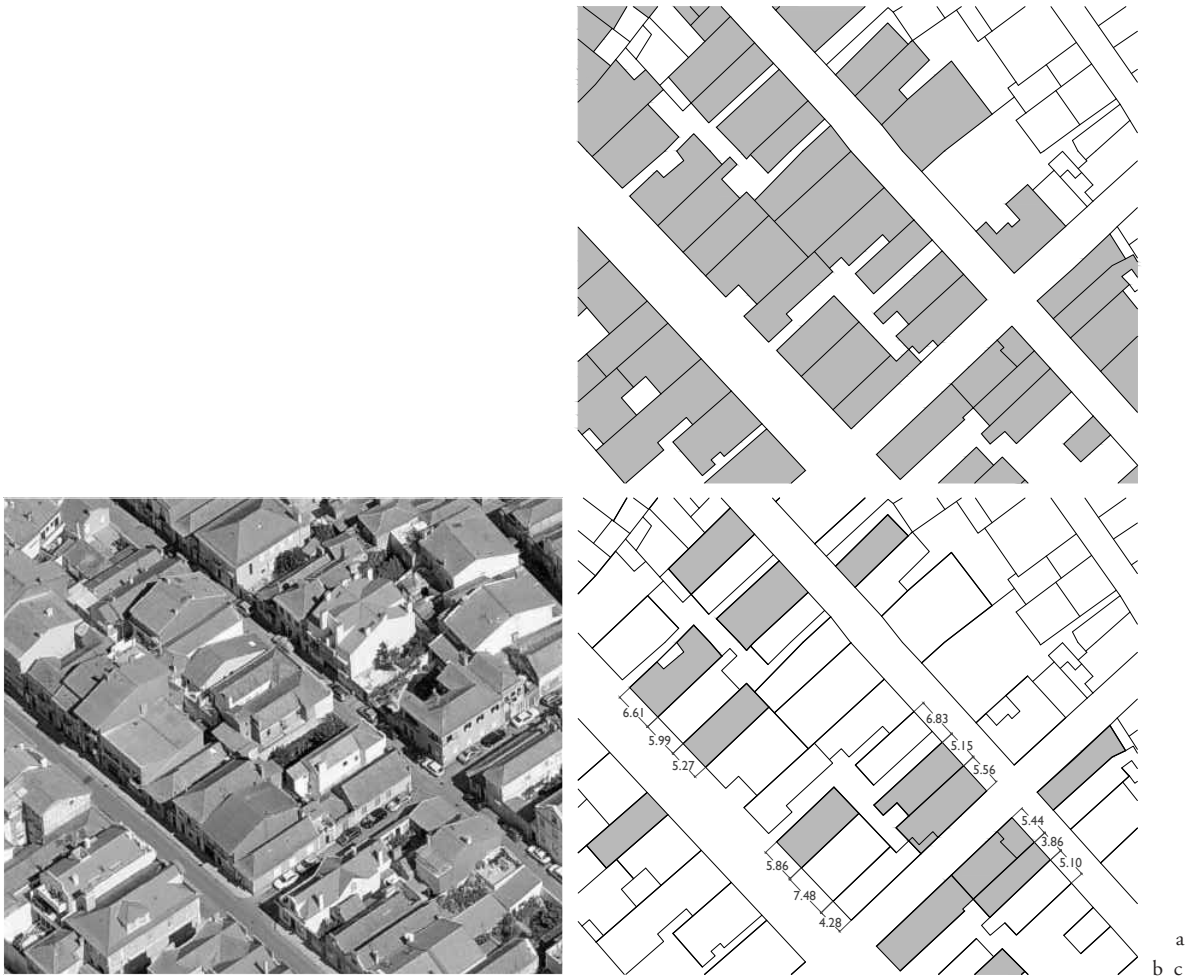
Cadastro actual (a), fotografia aérea (b) e análise da largura dos lotes (c), em varas [1vara=1,10metros].

Análise dos lotes que servem de base à profundidade e largura padrão (p.seguinte).

Escala 1 : 2 000

5 10 50 100 metros

N



Loteamento do século XX
Cadastro actual (a), fotografia aérea (b) e análise da largura dos lotes (c), em metros.
Análise dos lotes que servem de base à profundidade e largura padrão (p.seguinte).

Escala 1 : 2 000

5 10 50 100 metros

N

Numa tentativa de resgatar a regra de composição que esteve na base da repartição do terreno e as dimensões padrão estabelecidas, nos desenvolvimentos de finais do século XVI e do século XX, recorreu-se ao cadastro actual, tentando perceber qual o tipo de lote utilizado assim como as suas diferenças ao nível da proporção e regularidade.

A reconstituição aproximada do cadastro das ruas do Norte e do Vento em fim do século XIX apresenta lotes de larguras variáveis, entre as 3 e 6 varas[33], embora com predomínio dos mais estreitos. A profundidade dos lotes equivale aproximadamente a metade da largura do quarteirão.

O loteamento do início do século XX manifesta também uma repartição irregular dos quarteirões, que oscilam entre os 4 e os 7 metros de largura. Contudo, presenciamos aqui, claramente, lotes cuja área de construção é complementada por segundos e terceiros pisos.

Ao contrário do traçado dos arruamentos, que se traduzem numa acção única e planeada, nos dois momentos de expansão, a divisão interna dos quarteirões não revela essa mesma clareza e uniformidade de dimensões. Pressupõem-se que a utilização de um lote tipo não foi certamente uma questão primordial. Prevalecendo sobre uma repartição homogénea do espaço privado o carácter aleatório das vontades individuais na aquisição das parcelas. Existem contudo, conjuntos de lotes que se evidenciam pelas suas dimensões quer de largura quer de comprimento das parcelas edificadas mais uniformes.

À repartição do terreno parece associar-se uma uniformização do edificado. As frentes de rua resultantes de um idêntico preenchimento e desenvolvimento dos quarteirões revelam contudo, em termos tipológicos características volumétricas e cérceas distintas.

Efectivamente verificamos que os perfis das ruas do Vento e do Norte são caracterizados por construções simples onde prevalecem frentes de um e dois pisos, e avançando para poente, verifica-se na tipologia das construções um

[33] A medição das propriedades foi feita com recurso à unidade de medida de comprimento utilizada aquando da sua repartição – *vara*, correspondente hoje a 1,10m cada vara.

aumento da volumetria e altura das habitações. Ainda assim, a organização e desenho das fachadas traduzem os espaços internos do edifício na sua imagem exterior. A escassa largura dos lotes e o facto de usufruírem apenas uma frente livre de construção poderá conduzir-nos à pressuposição duma organização interna elementar e pouco diferenciada. E, como consequência lógica dessa compartimentação, um alçado simples constituído em função da frente de lote, com dois ou três vãos que asseguram o acesso e a iluminação do interior da habitação.

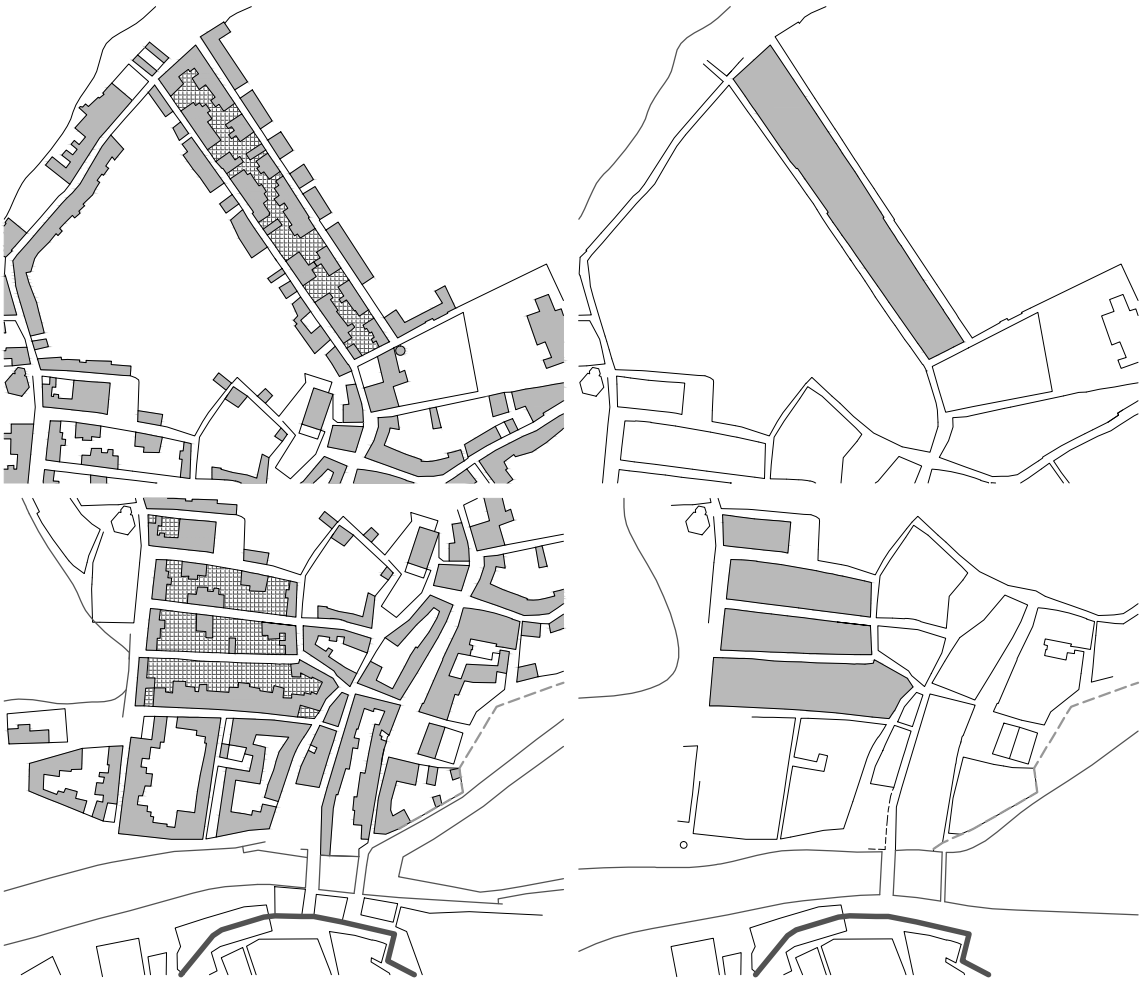
em jeito de conclusão: formas urbanas reguladas

Admitindo que o povoamento a norte do canal foi, sobretudo, alimentado sob pressão demográfica, pela existência de um número razoável de habitantes a instalar, conduziu a um planeamento urbanístico do novo território extramuros. Baptizado de Vila Nova – "*não só para assim se extremar da parte muralhada da villa como também por se dever considerar sua filha*"[34] – facto que só por si, já simboliza, eventualmente, a conquista de um novo espaço a povoar, mas também novos modos de apropriação do território.

A imprescindível expansão da urbe a novos terrenos fomenta uma nova política urbana, fundamentada em acções povoadoras e antecedida por uma ideia concreta de apropriação do espaço. O seu tecido desenvolve-se segundo concepções distintas, evidentes na sua organização e modelos de crescimento.

Durante o século XV, a evolução do núcleo extramuros mostrou que, a cidade se estendeu, progressivamente, ao longo do *caminho* rural que ligava o seu centro ao Norte, distinguindo uma trama deformada, no seu traçado principal, que definia a *rua*. A edificação disposta aleatoriamente ao longo deste percurso, conheceu frentes urbanas descontínuas e irregulares, de intervalos, saliências e reentrâncias várias que escapam a qualquer lógica planeadora, onde as habitações concebiam o seu próprio espaço, não estando subordinadas a ele, suscitando diferenciações nas áreas e formas dos lotes urbanos.

[34] Marques GOMES, *Subsídios para a História de Aveiro*, 1899, p.13.



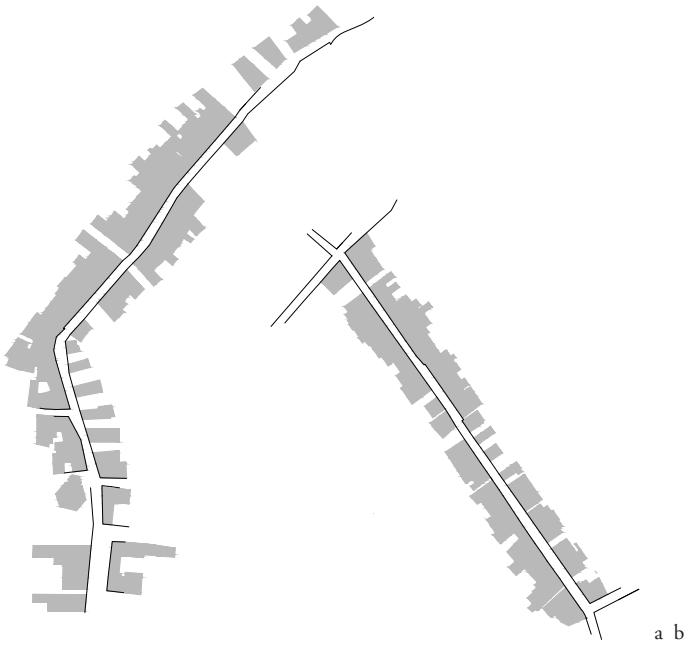
a
b

Desenvolvimentos urbanos do século XVI – ruas do Vento e do Norte (a), ruas Tenente Resende, Marnotos, Srg. Clemente Morais e Salineiras (b).
Redesenho da Planta da *Cidade de Aveiro* [1780-81?] (p.seguinte).

Escala 1 : 5 000

10 50 100 250 metros

N



a b

Desenho esquemático da concepção formal da *rua* como elemento urbano gerador de cidade – *caminho* de S.Gonçalo-o-velho para S.Roque (a), rua do Vento (b).

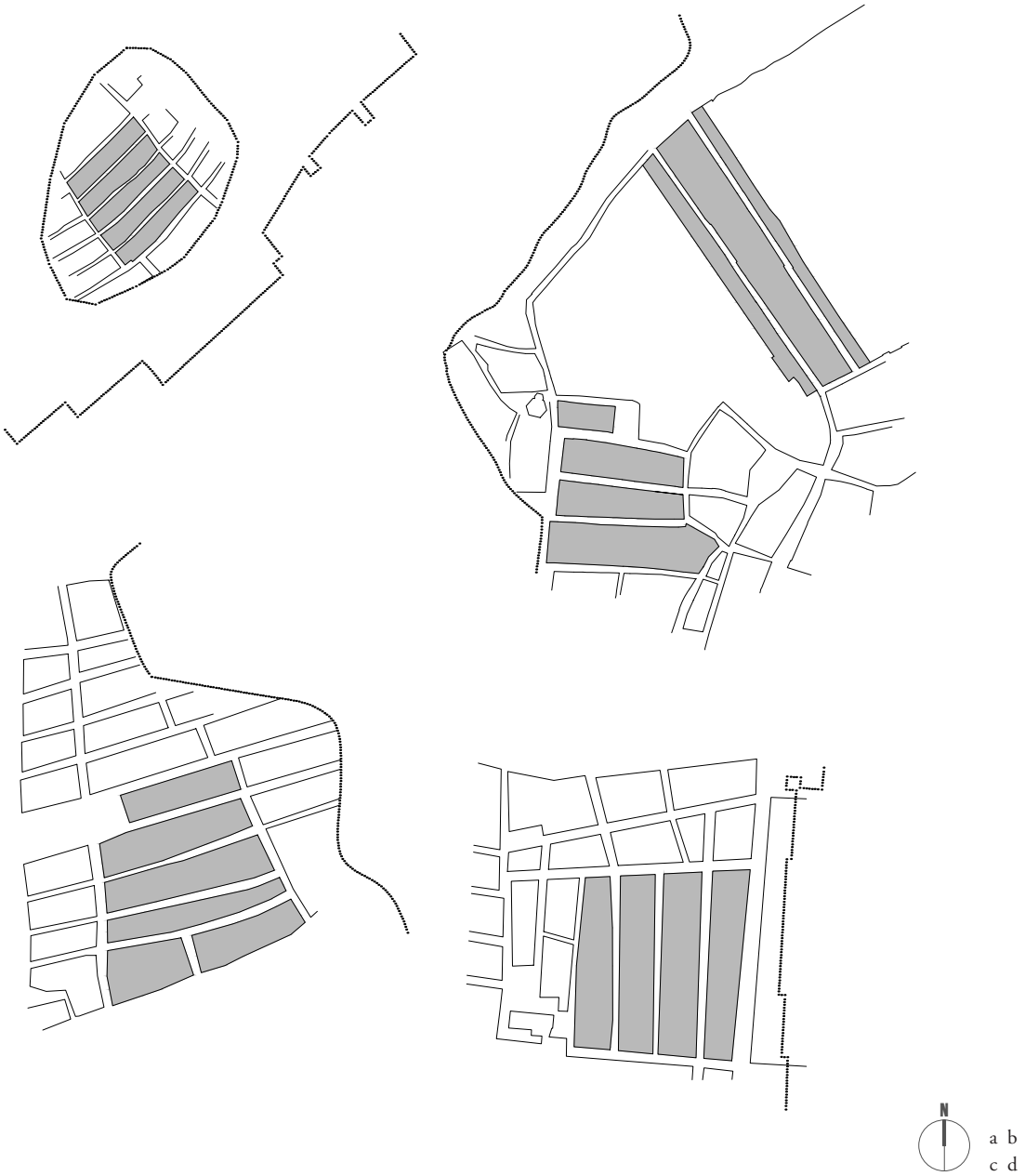
No século seguinte, a malha urbana que se definia perpendicularmente à via que atravessava o esteiro e da qual, do lado norte, a nova vila se apropriava, insinua já um novo modo de crescimento urbano. Voltados para a margem da laguna, um conjunto de quarteirões confirmavam a tendência clara de desenvolvimento do núcleo piscatório rumo aos espaços desafogados pela água.

As fontes documentais disponíveis não nos permitiu visualizar claramente o seu desenvolvimento – desde a abertura dos arruamentos à ocupação original dos lotes – e menos ainda, afirmar a existência de um qualquer ordenamento prévio. Ainda assim, segundo os levantamentos disponíveis, verificamos uma uniformidade entre os arruamentos e os quarteirões por eles definidos, que nos sugere a possibilidade de existir inicialmente uma delineação.

Dado carácter irregular dos núcleos que fazem frente com a rua dos Mercadores, é possível que esta frente urbana estivesse já consolidada. De acordo com este raciocínio, os novos arruamentos parecem resultar pois de um povoamento organizado, possivelmente pelos proprietários dos referidos quarteirões.

Contrariamente ao que se verificara até então, a lenta e dispersa progressão ao longo de vias parece ceder a um desenvolvimento deliberado e organizado, onde a urbanização precede o povoamento em vez de ser sua consequência. O que é confirmado com a urbanização de finais do século XVI – ruas do Vento e do Norte – onde esta é claramente dirigida.

A adopção de traçados lineares denuncia uma evidente intencionalidade na ocupação do espaço, por resultar numa configuração mais lógica e rentável de urbanizar uma nova propriedade, facilitando as posteriores operações de divisão do solo e consequentes aforamentos. Esta racionalização do traçado traduzida numa absoluta regularidade, como mecanismo de actuação sobre o território deve-se também, presumivelmente, à sua consciência como elemento de organização estrutural do desenho da cidade. No entanto, estas práticas e pressupostos subjacentes não se restringem ao desenvolvimento urbano de Aveiro, bem pelo contrário, residem noutros exemplos de cidades de fundação ou em expansões programadas de núcleos já consolidados.



Traçados medievais de Viana da Foz do Lima (a), Vila Nova de Aveiro (b), Vila de Baixo, Tomar (c) e Bairro Alto, Lisboa (d). [Escala aproximada 1: 5 000]

Assim, numa tentativa de aproximação e confronto de métodos de fazer cidade idênticos, por facilitar a descodificação dos respectivos objectivos e modelos teóricos, propomos como exemplos comparativos[35], os traçados medievais de *Viana da Foz do Lima* [Viana do Castelo], *Vila Nova do Andrade* [Bairro Alto] em Lisboa e a *Vila de Baixo* em Tomar.

Importa contudo distinguir, o núcleo primitivo de Viana do Castelo, por se tratar de uma cidade de fundação, ainda que resultado dum agrupamento e reorganização de uma povoação existente no lugar de modo disperso, terá sido programado no século XIII para a margem do Lima, um traçado de padrão geométrico notável, previsto com quarteirões uniformes inseridos num plano claramente regular[36]. O mesmo, de resto, é visível nas expansões urbanas de Lisboa e Tomar. O bairro habitacional de Vila Nova do Andrade[37] surge, em finais do século XV, como operação privada de loteamento construída fora dos limites das antigas muralhas fernandinas. Ainda que de um período mais recuado, é detectado o mesmo tipo de cadastro, composto por sucessivas ruas paralelas, na extensão urbana de Vila de Baixo[38], indício claro de uma acção dirigida, posta em prática ainda nos finais do século XII e consolidada no decorrer do seguinte.

Independentemente da escala de urbanização, e, ainda que bastante separados no tempo, os métodos e processos de povoamento detectados entre os traçados são comuns aos verificados na urbanização levada a cabo, no século XVI, em Aveiro. Pode mesmo dizer-se que estamos na presença de um instrumento pragmático de extensão urbana, por ser facilmente extensível, controlável e de fácil reprodução.

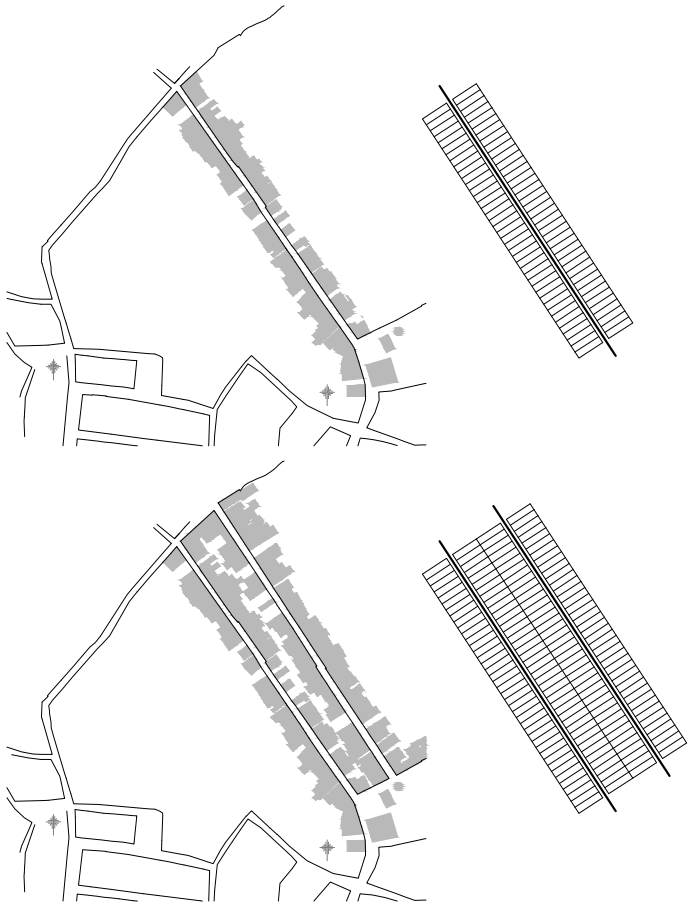
Tomadas as decisões, eleito o local de implantação e apurada a área do termo de acordo com o número de povoadores previstos, do qual decorria o número de

[35] Os fragmentos de cidades propostos foram escolhidos aleatoriamente, apenas com base na informação disponibilizada em estudos publicados.

[36] Sobre a evolução de Viana veja-se Mário FERNANDES, *Urbanismo e morfologia urbana no Norte de Portugal*, 2005.

[37] Veja-se Hélder CARITA, *O Bairro Alto: tipologias e modos arquitectónicos*, 1994.

[38] Sobre as linhas gerais de actuação sobre o território veja-se Luísa TRINDADE, *Urbanismo na composição de Portugal*, 2009, pp.503-523.



Representação esquemática da abertura das ruas do Vento e do Norte.

parcelas, as expansões programadas, ao que tudo indica, parecem crescer pela contiguidade de arruamentos paralelos, contrariando assim o tipo de crescimento urbano ao longo de antigos caminhos rurais ou em torno de edifícios religiosos.

Contudo, importa destacar o facto das características do local de implantação ditarem a forma urbana e a modo como a mancha do tecido habitacional se desenvolve. As terras planas ofereceram seguramente uma maior liberdade de actuação, que se amplificou quando se tratou de terrenos sem qualquer pré-existência.

Parece irrefutável que, sempre que num dado momento há uma grande afluência de gente a um local, e à cidade existente é imposta uma nova extensão urbana, esta admite um método de agrupamento e distribuição do solo favorável a desenvolvimentos regulares. Circunstância que facilmente se comprova no próprio cadastro aveirense que apresenta um traçado menos regular, no núcleo inicial, onde o seu processo de ocupação foi mais lento.

Na apropriação do espaço Aveiro afasta-se, porém, do esquema compositivo caracterizado pela sequência de quarteirões paralelos que definem uma mancha compacta, verificado nos traçados sugeridos, em benefício do esquema longilíneo adoptado. De facto, as ruas do Vento e do Norte afirmam-se como eixos, vectores de crescimento, ao contrário das referidas tramas urbanas que sugerem a aplicação de uma malha linear instituída por quarteirões regulares. Aqui, pode incluir-se também o desenvolvimento de inícios do século XVI, admitindo que este se trata igualmente de um ordenamento planeado.

Os novos arruamentos atravessam perpendicularmente toda a extensão do longo espaço que descia até ao canal, promovendo uma direcção clara de crescimento, e incrementando o desenvolvimento de corredores de circulação entre a vila e o espaço que lhe era contíguo.

A presença do *caminho* para S. Roque, ao que tudo indica já definido, parece estar, possivelmente, na lógica urbana do seu desenvolvimento, levando a julgar que as novas ruas são delineadas entre duas vias já existentes. Segundo este raciocínio, a origem e concepção urbanística das ruas do Vento e do Norte

Linhas de crescimento contínuo que definem a expansão de finais do século XVI.
Ocupação do antigo *caminho* de S.Gonçalo-o-velho para S.Roque, em finais do século XVIII e actual desenvolvimento da frente do canal de S.Roque.

aproximam-se progressivamente a uma ideia de ruas transversais, entre dois eixos já precisos, promovendo a consolidação do núcleo, e, por outro lado, estimulando a aproximação e vivência da zona ribeirinha.

Se até então a rua era subentendida como um *percurso para*, ao longo da qual a urbe se consolidava por acrescentos sucessivos sem obedecer a qualquer concepção prévia, no desenvolvimento urbano de finais do século XVI, esta surge como unidade formal, de limites definidos, com inícios e um fins claros. Contrariamente à *rua* estreita e sinuosa, que alargava em alguns pontos para voltar a estreitar logo de seguida, a rua apresenta-se neste loteamento mais alinhada e regular, e, definida pelas fachadas das construções que se erguem, de ambos os lados, de forma contínua.

Afirma-se um traçado estruturado em arruamentos paralelos, onde nenhum outro elemento introduz qualquer hierarquia espacial rompendo a homogeneidade do tecido urbano. A fisionomia urbana do século XVI comprova-o, onde as longas de fileiras de lotes, sem qualquer interrupção, assumem uma única direcção. Este mono-direccionamento da trama estimula, o desenvolvimento dos espaços às margens do canal onde posteriormente se desenvolvem de forma retraída algumas construções, sobretudo de natureza comercial marítima pela evidente proximidade à ria.

A abertura das ruas do Vento e do Norte manifestaram-se pois, como primeiras impulsionadoras de todo um desenvolvimento da frente do canal de S.Roque e consequente regularização. Repare-se que a antiga rua de S.Gonçalo-o-velho para S.Roque, que constituía na realidade o aproveitamento de um caminho territorial, foi no entanto, e apesar da sua proximidade à água, inicialmente povoada voltando as costas à ria, o que era natural. Por outro lado, a ausência de travessas, pronunciada pela ânsia de aproveitamento máximo do solo, impediu um qualquer crescimento transversal, que se tornou apenas praticável pela abertura de arruamentos paralelos.

Calcula-se que a consolidação do núcleo – rua do Vento e rua do Norte – se tenha verificado num tempo muito *curto*, praticamente cingido às últimas décadas de

Linhas de crescimento contínuo que definem a expansão do início do século XX.
Ocupação do Quinta da Quinta da Apresentação no final do século XVIII e actual desenvolvimento.

Quinhentos. Em 1580, data em que já estaria completamente habitada a rua do Vento[39], o impulsionador do loteamento cede o terreno necessário para a abertura da rua do Norte, resultando posteriormente o seu aforamento. Ocupadas as parcelas do arruamento inicial, como já referido, o crescimento do bairro faz-se pela adição de um outro paralelo. No entanto, e ainda que este manifeste uma clara coerência morfológica, não é exteriorizada a preocupação de planear o novo traçado como *unidade*, como se verifica mais tarde.

De facto, o que o desenvolvimento urbano no começo do século XX permite vislumbrar com invulgar clareza é como todo o perímetro da Quinta da Apresentação e o respectivo miolo – arruamentos e quarteirões, são pensados conjuntamente no momento de fundação. Uma prática que a própria ocupação do espaço comprovou – realizadas as expropriações necessárias, a abertura das ruas é realizada num acto único, correspondendo a um só momento, ao contrário da ocupação efectiva do parcelado, que é ao longo do tempo preenchido.

O procedimento aqui adoptado sugere uma preocupação na organização territorial, onde a evidente união dos *bairros* requer a necessidade de assegurar a sua circulação transversal, interrompendo os longos quarteirões a distâncias razoáveis. Contudo, não se deve desprezar o interesse intrínseco a este loteamento. Mais do que um reordenamento urbano da cidade, foi uma fonte de rendimento para o seu promotor, que na posse desta *bolsa* de terreno disponível vem, em inícios do século, satisfazer a procura de solos urbanos para a construção de novas habitações. Concedendo à cidade o espaço necessário para a abertura dos arruamentos incentiva a procura posterior de lotes ou parcelas por parte da população.

Nesta mesma linha de raciocínio, em que a cidade se constrói densificando-se, pela ocupação dos vastos espaços não habitados em quarteirões já definidos, podemos supor que, caso se justificasse, o bairro poderia ter-se estendido

[39] Rangel de Quadros faz referência a 1572, data em que o grosso dos aforamentos de terrenos da rua do Vento estaria já quase completamente efectuado. Rangel de QUADROS, *Aveiro: apontamentos históricos*, 2009, p.600.

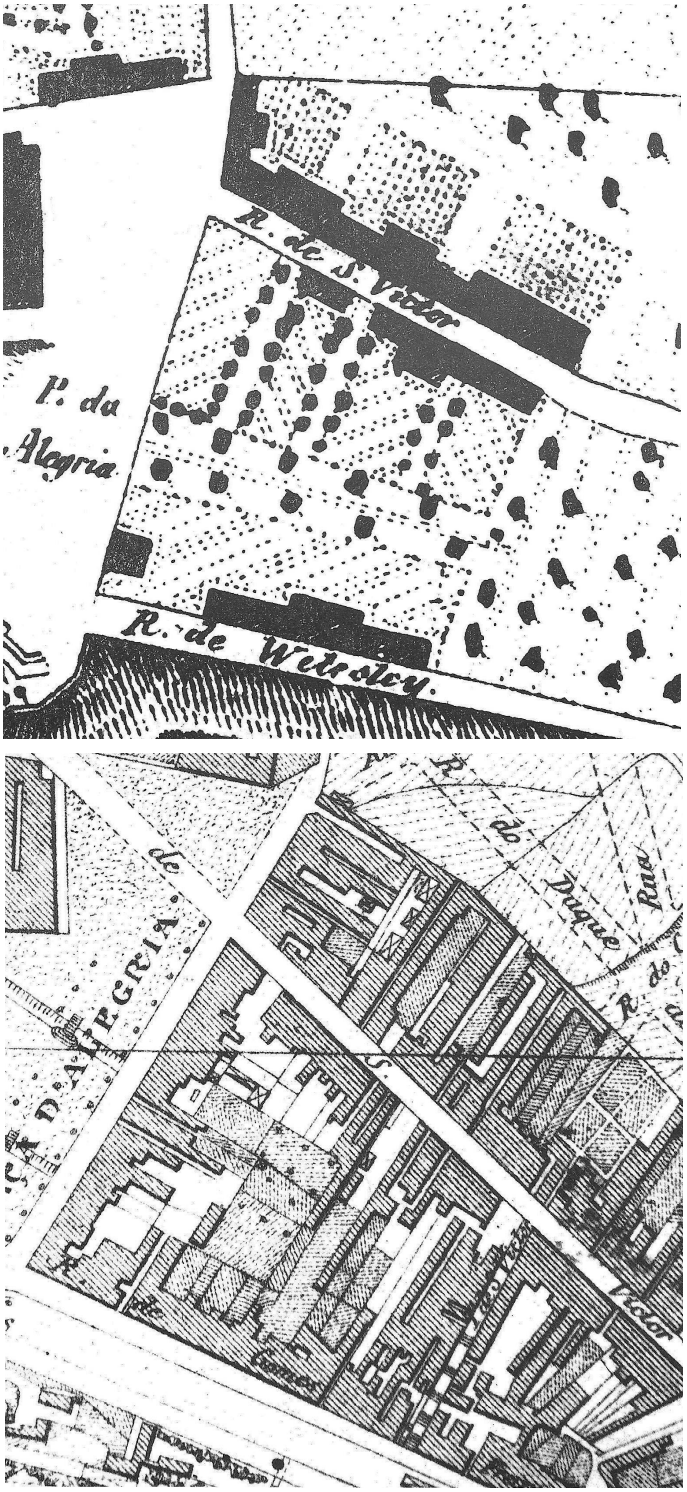
Urbanização da Quinta da Quinta da Apresentação, na 1ªmetade do século XX. Observe-se o miolo de quarteirão que permanece liberto de construção, a nascente.

a nascente ocupando o miolo, que permanece vago, entre a rua Manuel Luís Nogueira (antiga rua do Norte) e a rua 1ºVisconde da Granja. Considera-se portanto que, a procura de novos solos a povoar abrandou ou/e principalmente a inexistência de arruamentos a perfurar essa *bolsa* de terreno nunca incentivou a sua urbanização.

Como exemplo sugestivo de um crescimento urbano *para dentro* – em que a cidade se densifica ao contrário de uma natural expansão à periferia – semelhante ao verificado, na primeira metade do século XX, na Quinta da Apresentação com a urbanização do seu miolo interior, equiparamos o desenvolvimento das *ilhas*[40] do Porto.

As ilhas foram consequência da industrialização da cidade e da necessidade de albergar as crescentes vagas de imigrantes que aí se estabeleciam, na segunda metade do século XIX. Construídas em zonas urbanas já consolidadas, localizavam-se sobretudo nas proximidades das principais áreas industriais, desenvolvendo-se nos espaços vagos dos interiores de quarteirões oitocentistas. A crescente procura de alojamento para a classe operária vem estimular os proprietários de terrenos, nas imediações de zonas industriais, à construção ou aforamento de pequenos lotes para a construção de ilhas nos quintais e traseiras das suas próprias residências, usufruindo dos óbvios benefícios económicos que daí decorriam. A área de S. Vítor, por exemplo, que seria ainda uma quinta no princípio do século XIX – a Quinta do Fragoeiro, começa a ser urbanizada após o seu proprietário dar de aforamento vários lotes desta propriedade. Contudo, este primeiro desenvolvimento verificou-se apenas no perímetro dos referidos lotes, face à rua, permanecendo livre a parte posterior de cada parcela, durante a primeira metade do século. Com a crescente procura de alojamento por parte da classe operária na segunda metade do século XIX, os proprietários fundiários dessas

[40] As *ilhas* constituíram uma forma específica de habitação para a classe operária desenvolvida no Porto no século XIX. Sobre o processo de desenvolvimento das ilhas do Porto veja-se Manuel C. TEIXEIRA, *Habitação popular na cidade oitocentista: as ilhas do Porto*, 1996.

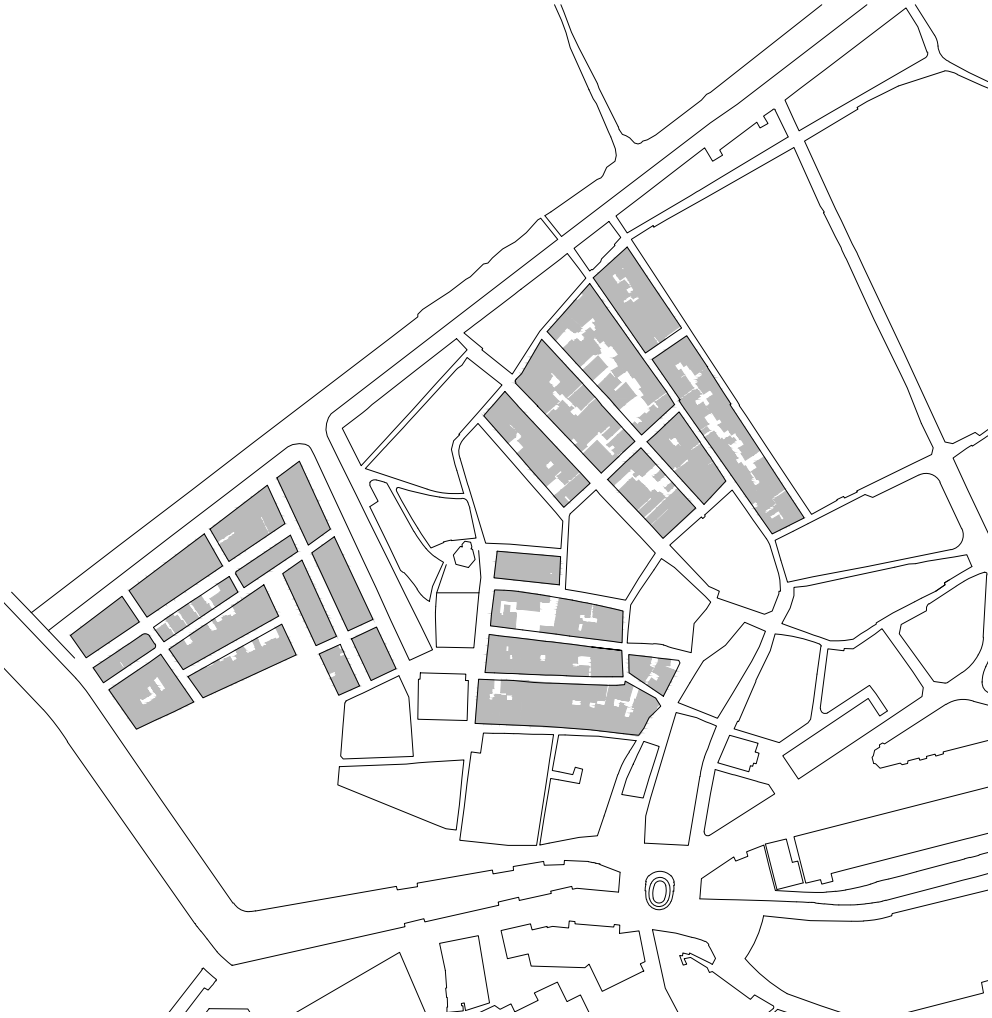


15| Ocupação da Quinta do Fragoeiro na 1ªmetade do século XIX. (fonte: TEIXEIRA, 1996, p.182)

16| Ocupação da Quinta do Fragoeiro na 2ªmetade do século XIX. (fonte: TEIXEIRA, 1996, p.183)

mesmas parcelas vêem através do parcelamento do solo e do emprazamento ou subemprazamento das áreas livres dos seus lotes uma fonte extra de rendimento.

Atente-se, como em ambos os casos, os promotores fundiários exploraram de forma habilidosa as especificidades da procura e as características espaciais da cidade, adaptando-lhes uma racionalização intensiva do solo, de forma a rentabilizar ao máximo os seus recursos. Depois de uma leitura da cidade, formularam e perseguiram objectivos muito concretos, tomaram decisões e agiram, fazendo cidade.



Formas urbanas *reguladas* de Vila Nova de Aveiro. [Escala 1: 5 000]

Pode dizer-se que as expansões urbanas dos séculos XVI e XIX/XX foram, para além de uma importante fonte de recursos económicos, instrumentos de domínio e desenho do território. Mesmo que fruto da especulação por parte de promotores privados, as urbanizações dos séculos XVI, XIX e XX, além dos rendimentos inerentes, produziram cidade – recorrendo sempre a um *modelo aberto*, inconscientemente, permitiram que a cidade se desenvolvesse.

O traçado da Beira-mar afirma ter sido estabelecido segundo princípios objectivos, onde a rua se revelou de fundamental importância na formação do tecido urbano – actuou como meio eficaz de produzir um aglomerado coeso e respondeu de forma pragmática às crescentes necessidades habitacionais.

Ainda assim, dentro deste mesmo aglomerado coeso, foi possível isolar *unidades morfológicas*. Constatou-se portanto, por um lado o crescimento inicial do núcleo extramuros que traduz uma ocupação *espontânea*, por adições sucessivas, ao longo de um trajecto pré-existente, não obedecendo portanto, a qualquer planeamento prévio – pode dizer-se mesmo que a sua expressão morfológica é resultante da arquitectura, operada pelo senso comum, e não de uma concepção do espaço – onde a rua se consolida como resultado do povoamento de um percurso pré-existente.

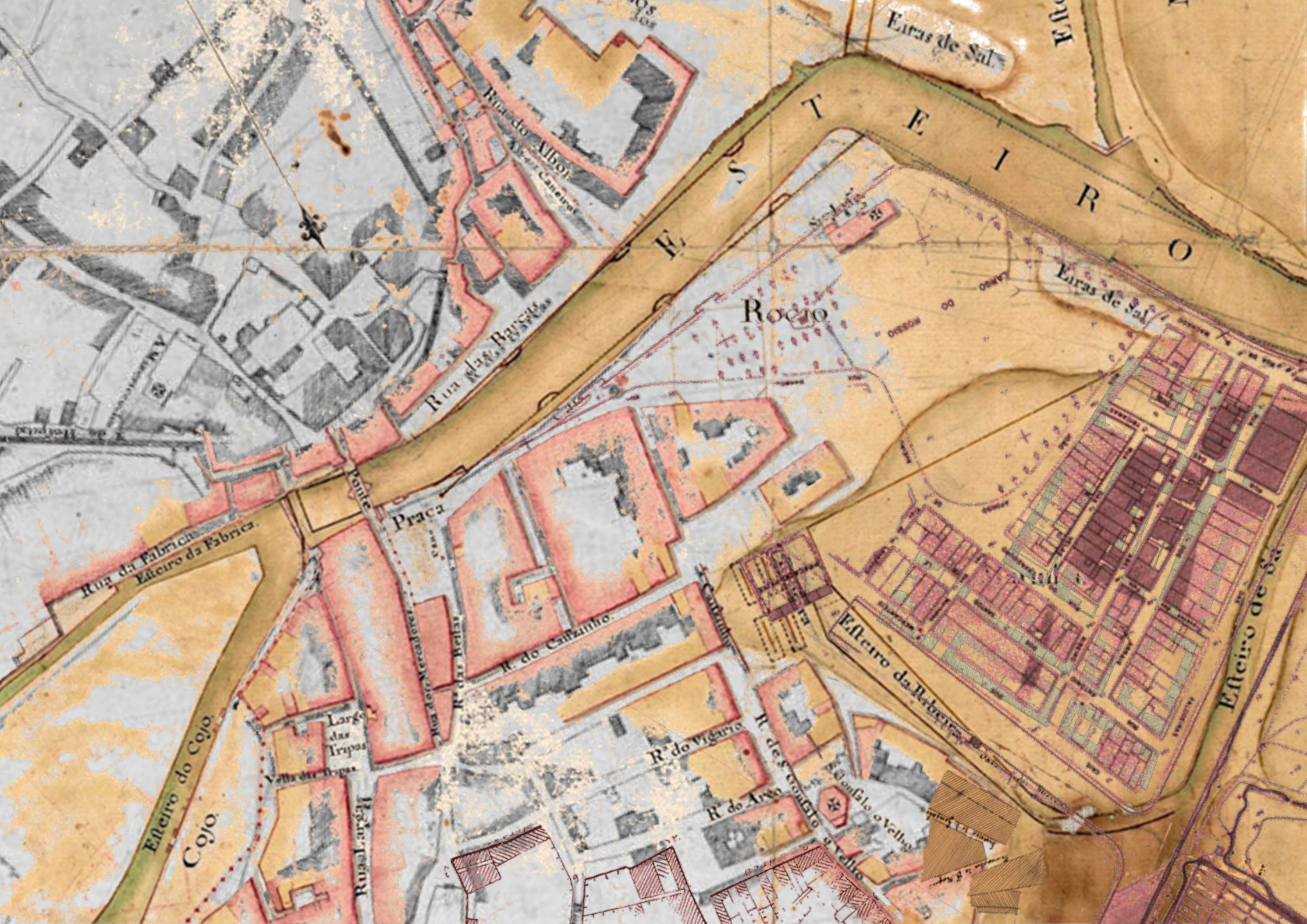
Por outro, estruturas urbanas *regulares* sempre que existiu uma intenção clara de ordenamento. Foram aqui apontados pequenos trechos de cidade, com expressões morfológicas distintas, contudo, insinuam ambos uma ideia concreta de apropriação do espaço – mais do que regulares, são *regulados*. Regulados "*sem recurso ao desenho enquanto matéria, mas denotando o seu uso como conceito*"[41]. O que os distingue é a sua actuação sobre o território.

Em suma, evidencia-se a abertura das ruas do Vento e do Norte, em finais do século XVI concebidas particularmente como *eixos de crescimento*, ao contrário das *malhas* regulares do início do século XVI e de finais do século XIX no bairro João Afonso. Nestas, assiste-se de facto, a um padrão modelador do espaço,

[41] Walter ROSSA, 'Urbanismo regulado', *A urbe e o traço: uma década de estudos sobre o urbanismo português*, 2002, p. 380.

evidente sobretudo no distanciamento e secção de ruas – uma *grelha* indiciadora de um plano, ainda que pré-desenhado ou não. E, a expansão do começo do século XX onde as especificidades do seu traçado revelam, sem hesitações, um processo em que a ocupação efectiva do espaço foi precedida por uma ideia global, concretizada no terreno pela imposição de um desenho prévio da rede viária a *preencher o vazio urbano*.

A ocupação dirigida do espaço, com fundamento em genuínas operações de rentabilização imobiliária, remeteu claramente a *formas urbanas reguladas* e programas arquitectónicos mais racionais, que agora evidenciadas, se tornam contributos consideráveis para o conhecimento geral sobre o urbanismo português.



Eiras de Sal
Rua do Albor
Rua das Barcas
Rocio
Eiras de Sal
Praça
Ponte
Rua da Fabrica
Esteiro da Fabrica
R. do Cauzinho
Esteiro da Ribeira
Esteiro de Sa
Largo das Tripas
Esteiro do Cojo
Cojo
R. do Vigario
R. do Arco

parte III

tratamento de fontes documentais

	dados demográficos[1]	freguesias
1417	2 800 hab.	S.Miguel (2 800 hab.)
1527	4 500 hab.	S.Miguel (4 500 hab.)
1572[2]	12 000 hab.	S.Miguel (4 800 hab.) Espírito Santo N.Sra.Apresentação Vera-Cruz (2 400 hab.)
1685	10 000 hab.	
1732	4 387 hab.	S.Miguel (1 148 hab.) Espírito Santo (1 231 hab.) N.Sra.Apresentação (760 hab.) Vera-Cruz (1 248 hab.)
1758[3]	(3 240 hab.)	S.Miguel (850 hab.) Espírito Santo (800 hab.) N.Sra.Apresentação (625 hab.) Vera-Cruz (965 hab.)
1801	3 833 hab.	S.Miguel (897 hab.) Espírito Santo (1128 hab.) N.Sra.Apresentação (894 hab.) Vera-Cruz (914 hab.)
1864[4]	6 375 hab.	N.Sra.Glória (3 170 hab.) Vera-Cruz (3 205 hab.)
1900	9 979 hab.	N.Sra.Glória (4 652 hab.) Vera-Cruz (5 327 hab.)
1950	17 105 hab.	N.Sra.Glória (8 027 hab.) Vera-Cruz (9 078 hab.)

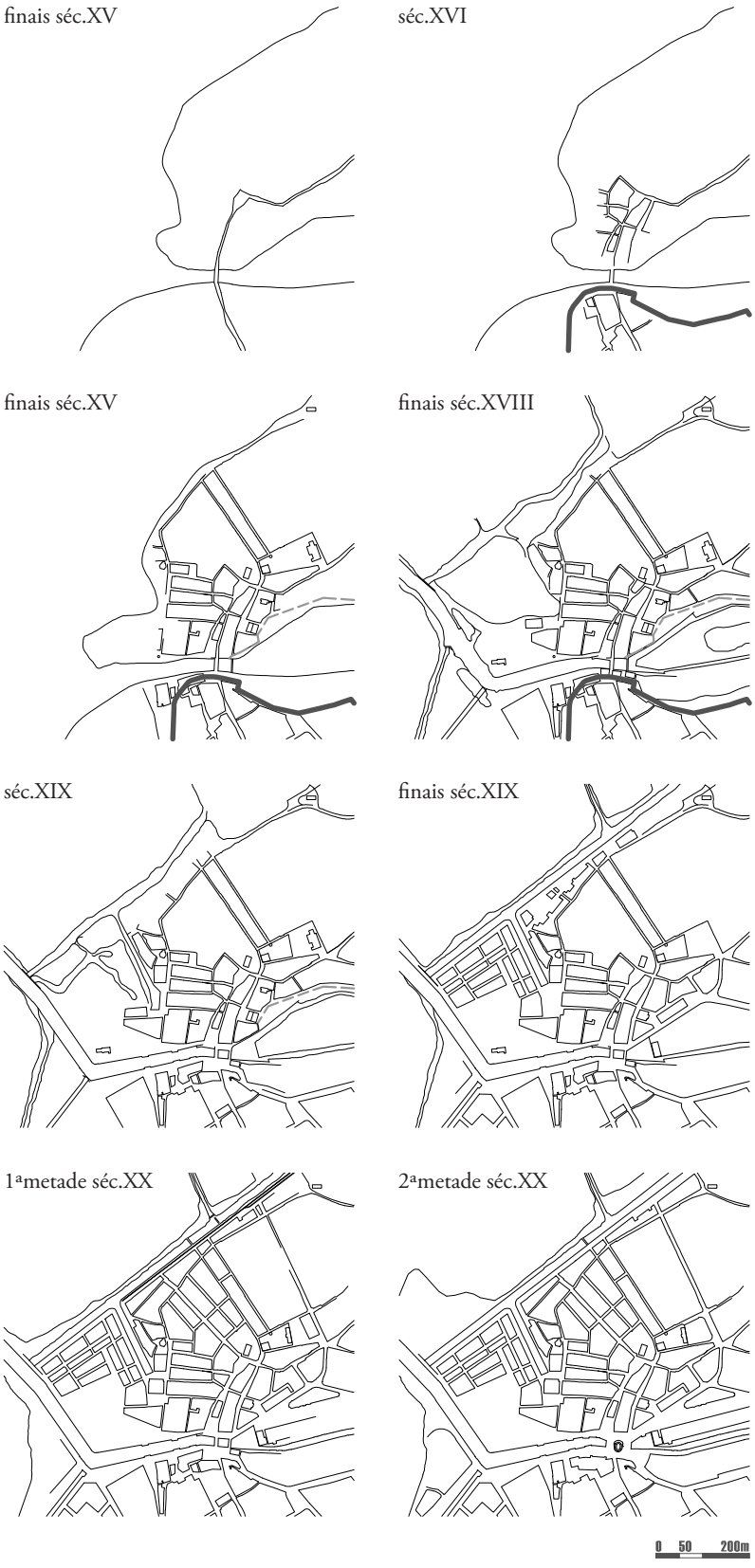
[1] Fontes: Énio SEMEDO, 'Para uma geografia de Aveiro', e Francisco Messias Trindade FERREIRA, 'A questão demográfica', ambas as publicações integram *História de Aveiro – Sínteses e Perspectivas,* 2009.

[2] Após o recenseamento da população neste mesmo ano, reconhecera-se o excessivo número de habitantes para uma única freguesia, dividindo-se, a então freguesia de S.Miguel em quatro – as freguesias de S.Miguel e de Espírito Santo a sul, e a de N.Sra.Apresentação e de Vera-Cruz a norte do esteiro.

[3] Atente-se a diminuição significativa da população, coincidente com o período mais conturbado da urbe, marcado pelo fecho iminente da barra.

[4] Ainda no século XIX (em 1835), foram as quatro freguesias da cidade reduzidas a duas. Desta forma constituíra-se a norte a freguesia de Vera-Cruz e a sul a freguesia de N.Sra. Glória. Fora extinta a freguesia de N.Sra. Apresentação, por um lado, e, por outro, as de S.Miguel e de Espírito Santo davam lugar à de N.Sra. Glória, criada de novo.

Evolução da população de Aveiro.



Plantas conjecturais sobre a ocupação e evolução urbanística de *Vila Nova*.

consolidação do núcleo de Vila Nova

até ao século XVIII	Edificação da muralha (1418) e aqueduto (séc. XVI) Erigido o pelourinho (séc. XVI) Definição e consolidação dos quarteirões perpendiculares à rua dos Mercadores Referência à Ermida de S.Gonçalo Referência à Capela de S.Roque Construção da Igreja da Vera-Cruz (1512) Referência à casa senhorial pertencente aos promotores do loteamento do séc.XVI Fundação da capela S. Bartolomeu (1568) Abertura das ruas do Vento e do Norte (1560/1580) Construção da Igreja da Apresentação Referência ao já vasto largo do Rossio Construção da capela de S. João (1607) Construção da Ponte da Ribeira (ou Ponte dos Arcos) Restauro da Capela de S.Gonçalo, posteriormente denominada por S.Gonçalinho (1714) Referência ao terreno da *marinha rossia* Construção da Ponte do Côjo (ou ponte das Almas)
século XIX	Demolição das muralhas (1806) Abertura definitiva da barra (1808) Expropriação da *marinha rossia* (1834) Demolição do pelourinho (1834) Fundação da Caixa Económica de Aveiro (1858) Início do aterro do terreno da marinha rossia Construção do cais do lado poente do esteiro da Praça do Peixe Edificação dos primeiros edifícios no Cais dos Mercantéis
entre final do século XIX e meados do século XX	Início da construção do novo bairro João Afonso Demolição do aqueduto (1869) Consolidação e densificação dos principais eixos de crescimento Extinta a Igreja da Vera-Cruz (187?) Abertura da Avenida Bento de Moura Construção do Mercado Manuel Firmino (1898) Regularização do Canal de S. Roque (1902) Consolidação da frente do canal de S. Roque Rectificação da rua dos Mercadores (1903) Realização das expropriações necessárias ao alargamento do bairro (1904) Prolongamento das ruas do Arco e da Palmeira e abertura da rua da Tapada Abertura das ruas Dr. Jorge Lencastre, Edmundo Machado e António da Benta Rectificação das ruas José Estêvão e Campeão das Províncias (1904) Construção do Mercado do Peixe (1906-1908) Início da demolição da capela de S. João (1910) Aformoseamento do Largo de S. Gonçalo (1910) Construção do ramal ferroviário do canal de S. Roque (1913) Início dos trabalhos para a abertura da Avenida Lourenço Peixinho (1918) Demolida a fonte da Praça (1932) Referência à antiga Ponte dos Carcavelos (que perdurou até 1942) Construção das actuais Ponte-Praça (1949) e Ponte dos Carcavelos

Síntese cronológica do desenvolvimento e consolidação do núcleo de *Vila Nova*.

toponímia actual	toponímia século XVIII	observações
Antónia Rodrigues (Rua)	S.Gonçalo-o-velho para S.Roque (Rua de)	
António Christo, Dr. (Rua do)	Vento (Rua do)	
Apresentação (Largo da)	Igreja (Rua da)	Em frente à Igreja da Apresentação um adro, muito mais elevado do que as ruas, ocupou quase todo o largo até ao século XIX.
Arcos	Balcões da Praça	
Arco (Travessa do)	Arco (Rua do)	
Caixa Económica (Travessa da)	Côjo (Travessa do)	
Campeão das Províncias (Rua do)	Gil Homem (Rua de) Adro (Rua do)	A casa senhorial que faz esquina com a rua Dr. António Christo pertencera aos promotores da urbanização das ruas do Vento e do Norte.
Clemente Morais, Sargento (Rua de)	Sol (Rua do) Vigário (Rua do)	
Gravito (Rua do)	S. Paulo (Rua de)	Possuiu na extremidade poente a Capela de S.Paulo.
João de Mendonça (Rua de)	Cais (Rua do)	Em frente à rua da Rainha, situava-se o pelourinho da vila, que veio a ser demolido em 1834.
Joaquim de Melo Freitas, Dr. (Praça do)	Comércio (Praça do)	Local onde se situava a fonte que abasteceu Vila Nova até 1932, apelidada por fonte da praça ou dos arcos.
José Estêvão (Rua de)	Burros (Rua dos) Larga (Rua)	Local onde existiriam as cavalariças dos comerciantes da rua dos Mercadores.
Maia Magalhães (Largo de)	Vera-Cruz (Adro da)	
Manuel Firmino (Rua de)	Vila Nova (Rua de) Vera-Cruz (Rua de) Ourives (Rua dos)	
Manuel Luís Nogueira (Rua de)	Norte (Rua do)	
Marnotos (Rua dos)		
Mendes Leite (Rua)		
Mercadores (Rua dos)	Mercadores (Rua dos)	
Resende, Tenente (Rua do)	Alagoas (Rua das)	
Rossio (Largo do)	Rocio de S.João S.João (Campo de)	Apelidado de S.João dada a existência da capela com mesmo nome (demolida a 1911).
S.Bartolomeu (Rua de)	S.Bartolomeu (Rua de) Visconde da Granja (Rua de)	Permanece alinhada pela rua do Norte a ermida de S.Bartolomeu (fundada em 1568).
S.Gonçalinho (Largo de)	S.Gonçalo-o-velho (Adro de)	Depois de reconstruída (1714), a ermida de S.Gonçalo passou a ser designada por S.Gonçalinho.
Salineiras (Rua das)	Palmeira (Rua da)	
Trindade Coelho (Rua de)	Cais (Travessa do) Rainha (Rua da)	
14 de Julho (Largo de)	Cinco Ruas (Largo das)	

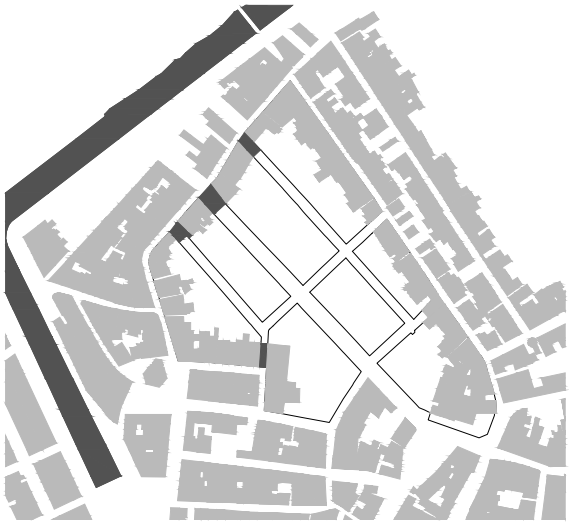
Toponímia de Vila Nova no século XVIII.

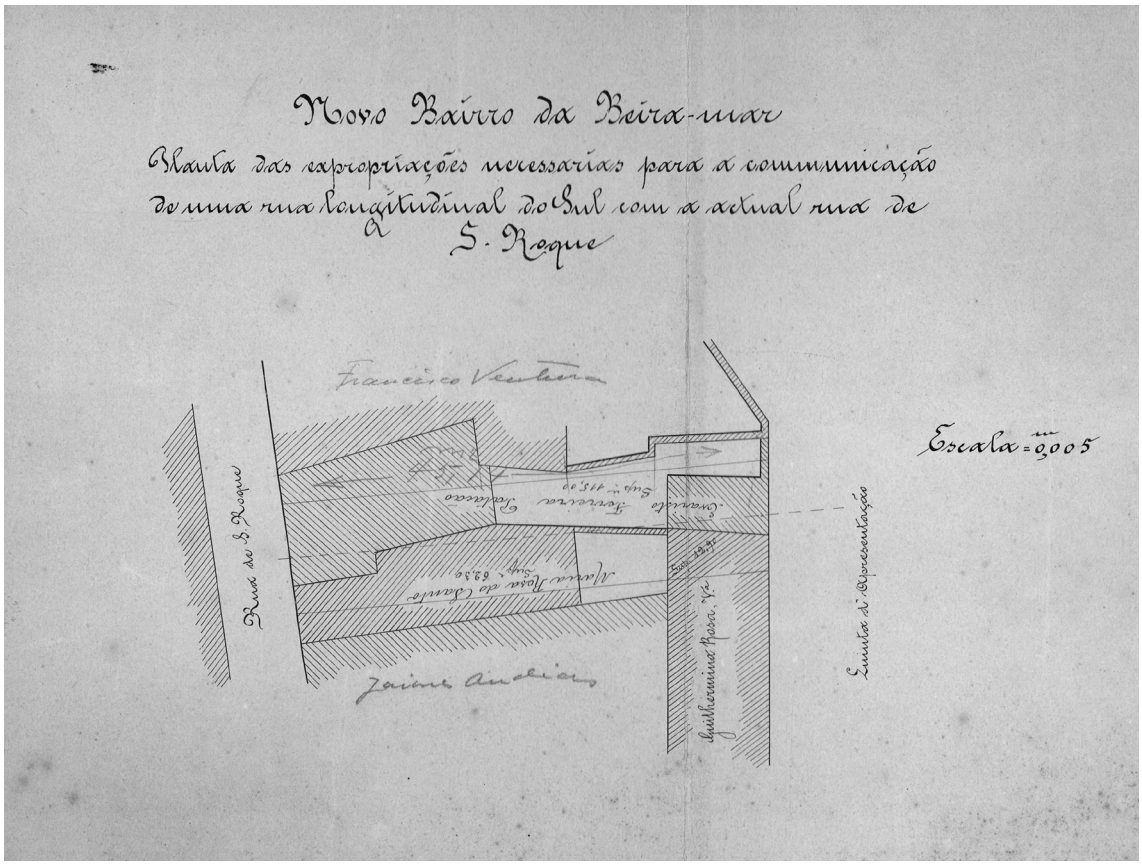
Redesenho da Planta da *Cidade de Aveiro* [1780-81?] sobre cartografia actual. [Escala 1: 5 000]

Análise de elementos fotográficos – cais dos Mercantéis – cadastro actual (a), fotografia de inícios do século XX (b), fotografia actual (c), alçado actual e proposta de reconstituição das fachadas (no final do século XIX) (d). ((b) fonte: *Aveiro Antigo*, 2001, p.39)

a
b c
a d

Análise de elementos fotográficos – rua do Norte (actual Manuel Luís Nogueira) – cadastro actual (a), fotografia de finais do século XIX (b), fotografia actual (c), alçado actual e proposta de reconstituição das fachadas (no final do século XIX) (d). ((b) fonte: ttp://www.prof2000.pt/users/avcultur/aveidistrito/Galeria/Aveiro07.htm)

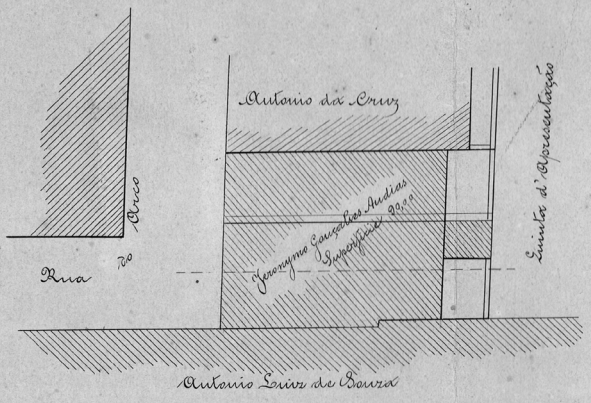




1,2,3| Plantas das expropriações necessárias ao loteamento do início do século XX, com a urbanização da Quinta da Apresentação (1904). Arquivo da Biblioteca Municipal de Aveiro.

Novo Bairro da Beira-mar

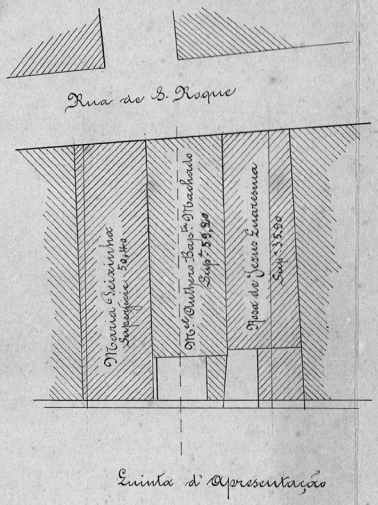
Planta das expropriações necessarias para a communicação d'uma rua transversal de Oeste com a actual rua do Arco

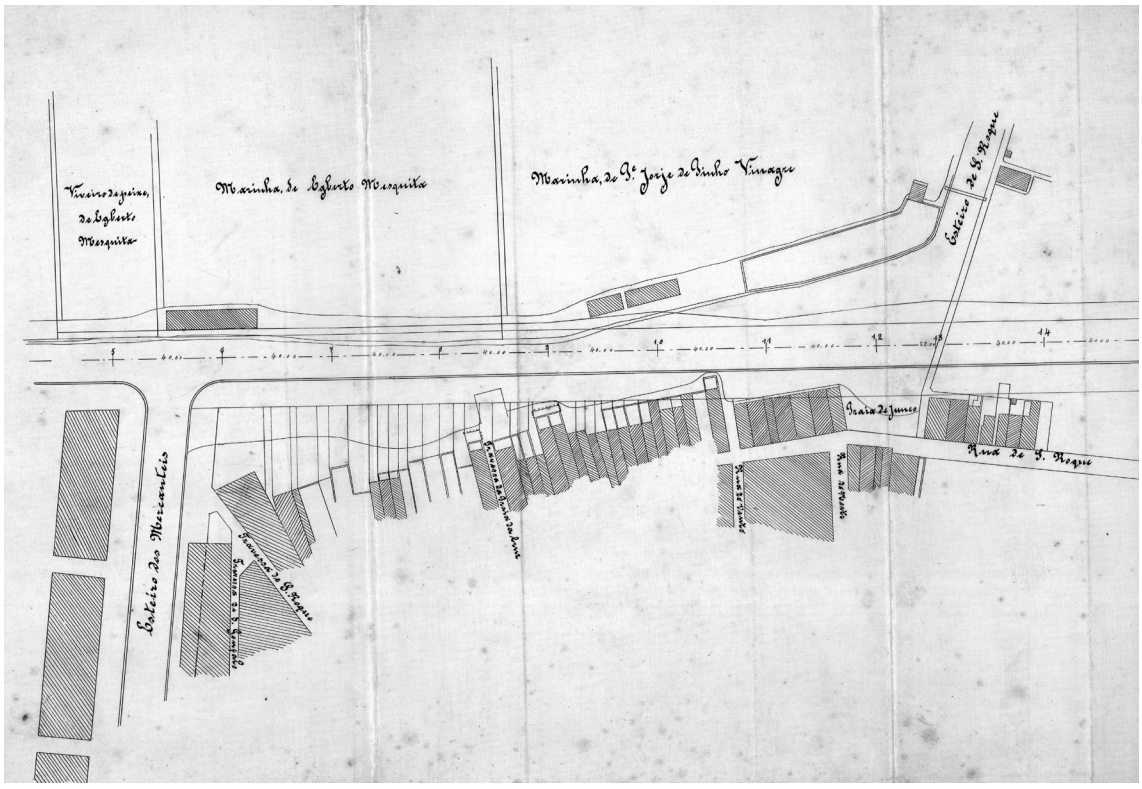


Novo Bairro da Beira-mar

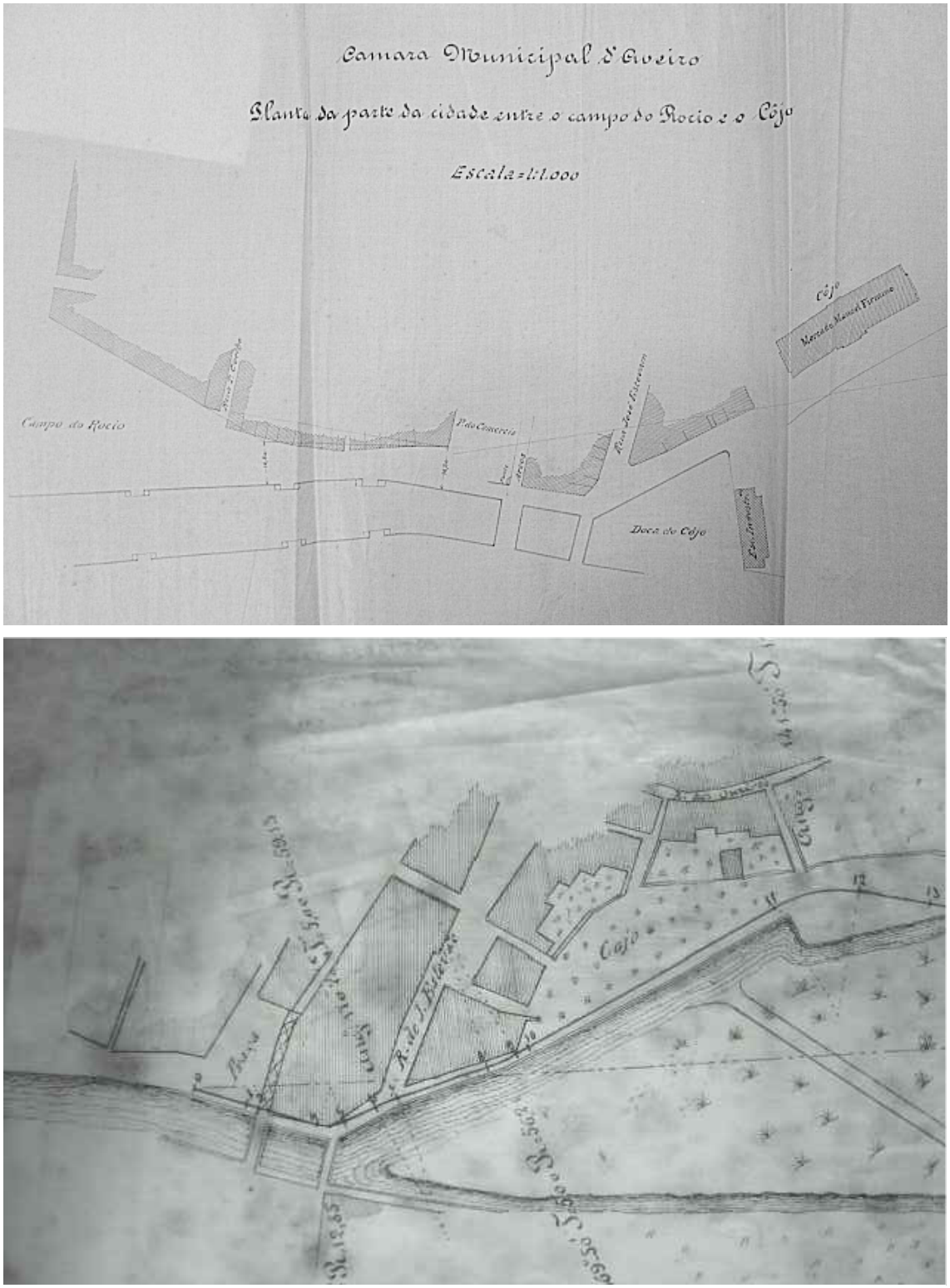
Planta das expropriações necessarias para communicação da nova rua central com a actual rua de S. Roque

Escala = 0,005





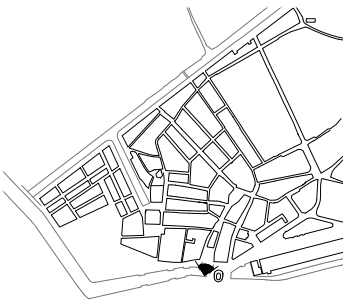
4| *Planta cadastral do canal de S.Roque...*, 1902. Arquivo da Biblioteca Municipal de Aveiro.



5| *Planta da parte da cidade entre o campo do Rocio e o Côjo*, [sem data]. Arquivo da Biblioteca Municipal de Aveiro.

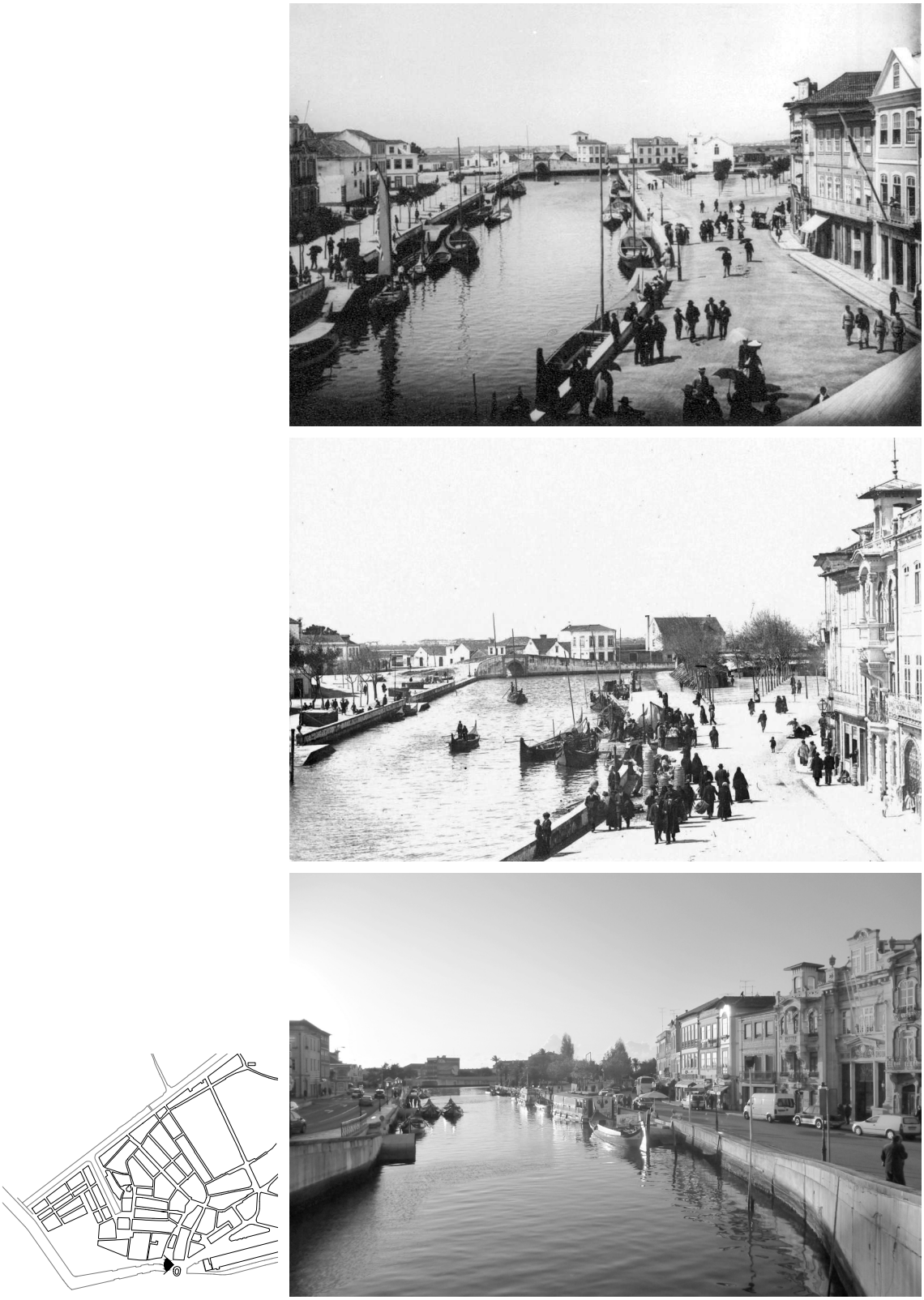
6| [s.n.], 1874. Arquivo da Biblioteca Municipal de Aveiro.

apêndice documental gráfico



7| Praça do Comércio, actual Praça Dr. Joaquim de Melo Freitas.

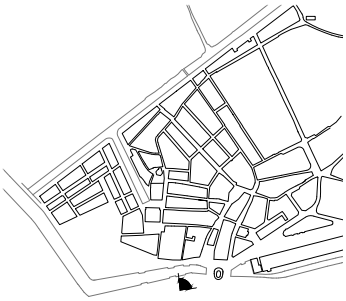
(fontes: (a) SARABANDO, 2007, p.72 (b) http://www.prof2000.pt/users/avcultur/fmsarmento/AveiFoto/Aveiro2/132_Aveiro.jpg, (c) NEVES; RAMOS, 1985)



a
b
c

8| Canal central e Rossio.

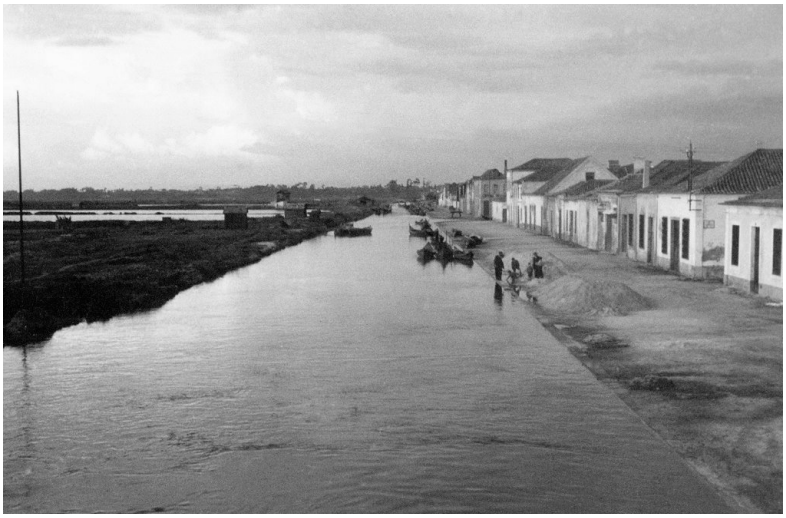
(fontes: (a) http://www.prof2000.pt/users/avcultur/fmsarmento/AveiFoto/Aveiro/102_Aveiro.jpg, (b) http://www.prof2000.pt/users/avcultur/fmsarmento/AveiFoto/Aveiro/014_Aveiro.jpg, (c) Fotografia de Autor)

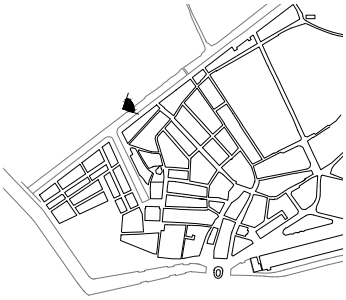


a
b

9| Canal central e actual Praça Dr. Joaquim de Melo Freitas.

(fontes: (a) http://www.prof2000.pt/users/avcultur/fmsarmento/AveiFoto/Aveiro2/128_Aveiro.jpg, (b) Fotografia de Autor)

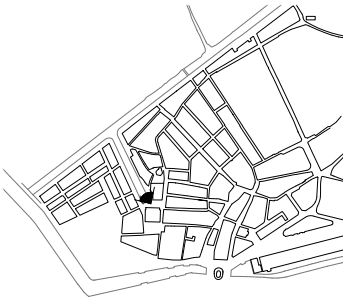


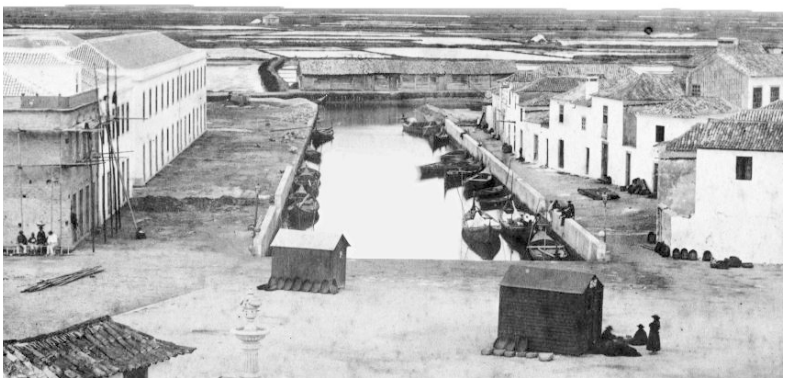


a
b
c

10| Canal e cais de S.Roque.

(fontes: (a) http://www.prof2000.pt/users/secjeste/arkidigi/Carvalhinho/Aveiro/ACS038.jpg, (b) http://www.prof2000.pt/users/secjeste/alternativas10/pg000042.htm, (c) Fotografia de Autor)

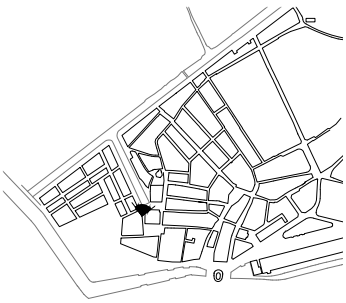




a
b
c

11| Canal da Praça do Peixe.

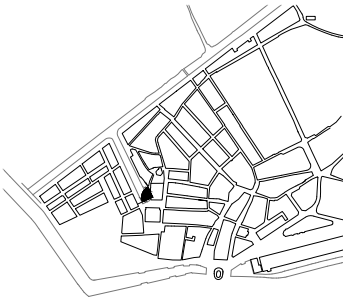
(fontes: (a) NEVES; RAMOS, 1985, (b) NEVES; RAMOS, 1985, (c) Fotografia de Autor)



a
b

12| Cais dos Botirões.

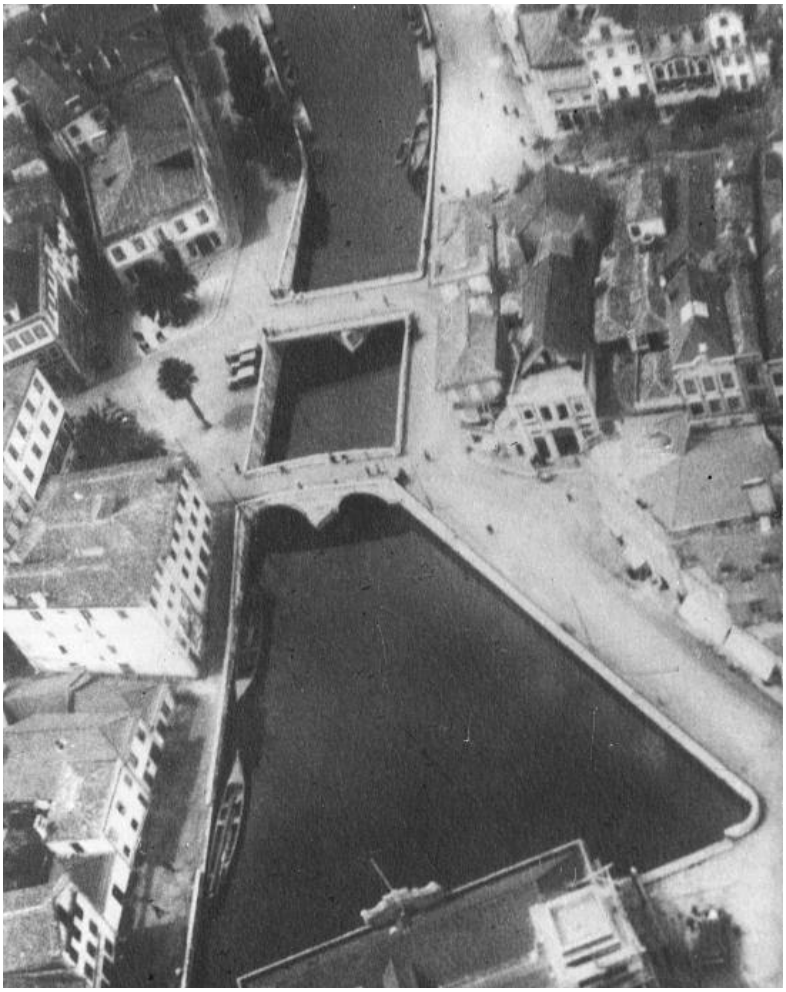
(fontes: (a) *Aveiro Antigo*, 2001, p.112, (b) Fotografia de Autor)

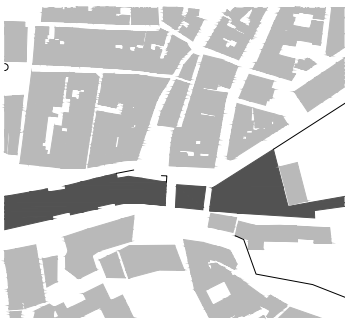


a
b
c

13| Cais dos Mercantéis.

(fontes: (a) NEVES; RAMOS, 1985, (b) NEVES; RAMOS, 1985, (c) Fotografia de Autor)

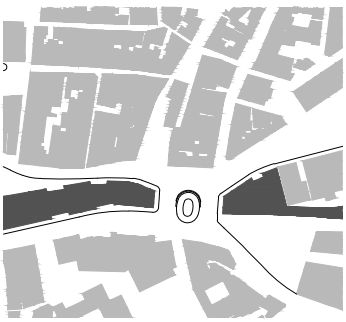




a
b

14| Pontes da Ribeira e do Côjo.

(fontes: (a) http://www.prof2000.pt/users/avcultur/fmsarmento/AveiFoto/Aveiro/020_Aveiro.jpg, (b) SARABANDO, 2007, p.88)

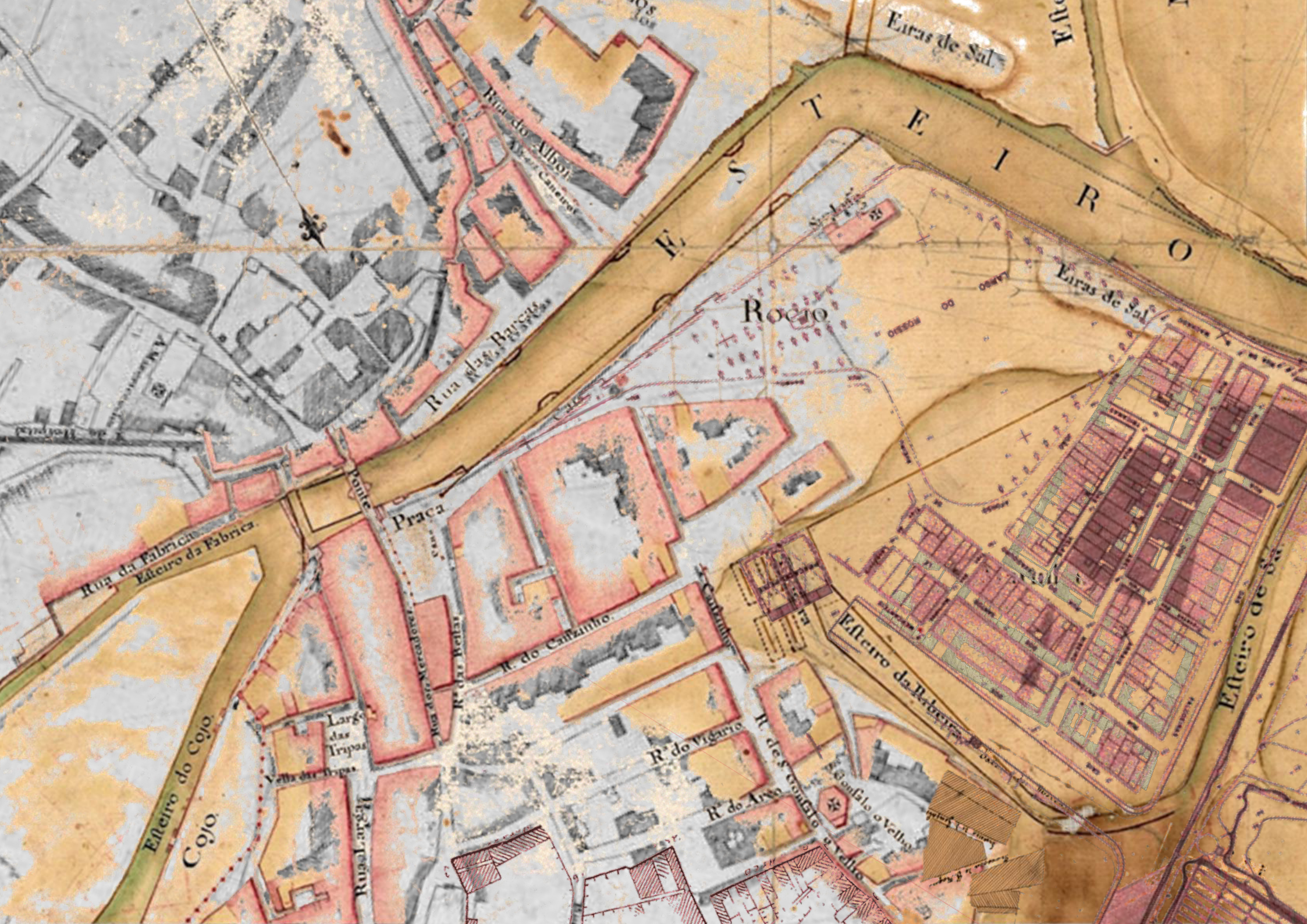


a

b

15| Actual Ponte-Praça.

(fontes: (a) http://www.prof2000.pt/users/avcultur/fmsarmento/AveiFoto/Aveiro2/140_Aveiro.jpg, (b) Bing Maps)



Eiras de Sal
Rua do Albor
Rua das Barcas
Rocio
Eiras de Sal
Praça
Ponte
Rua da Fabrica
Esteiro da Fabrica
R. do Cauzinho
Esteiro da Ribeira
Esteiro de Sa
Largo das Tripas
Esteiro do Cojo
Cojo
R. do Vigario
R. do Arco

Adro
R. de S. Paulo

bibliografia

AMARAL, Diamantino Antunes – 'A Laguna: Vida, Morte e Ressurreição de Aveiro'. *Aveiro e o seu Distrito*, nº6, 1968: p. 34-45.

AMORIM, Inês – *Aveiro e a sua provedoria no século XVIII (1690-1814): estudo económico de um espaço histórico*. Série História Regional e Local nº1. Coimbra: Comissão de Coordenação da Região Centro, 1997. 867 p. ISBN 9725690974

AMORIM, Inês – 'Cartografia Antiga da Cidade'. *Boletim Municipal de Aveiro*. Aveiro: Câmara Municipal de Aveiro, 1997: p. 117-124. ISBN 0873335X

ARROTEIA, Jorge Carvalho – *Aveiro: aspectos geográficos e do desenvolvimento urbano.* Aveiro: Universidade de Aveiro, 1998. 136 p. ISBN 9728021623

AUZELLE, Robert – *Plano Director da Cidade de Aveiro*. Aveiro: Câmara Municipal de Aveiro, 1964.

Aveiro Antigo – Reedição do Catálogo da Exposição de António Graça realizada de 5 a 14 de Outubro de 1984 no Salão Cultural da Câmara Municipal de Aveiro. Aveiro: Câmara Municipal de Aveiro, 2ªedição, 2001. 122 p. ISBN 9729137811

'Bairro novo'. *Campeão das Províncias*, nº 66, Aveiro, (4 Out. 1902).

'Bairro do Rossio'. *Semanário Litoral*, nº 725, Aveiro, (28 Set. 1968).

BARREIRA, Manuel de Oliveira – *A Santa Casa da Misericórdia de Aveiro: poder, pobreza, solidariedade*. Aveiro: Santa Casa da Misericórdia de Aveiro, 1998. 239 p. ISNB 9729782415

CARITA, Hélder – *O Bairro Alto: tipologias e modos arquitectónicos*. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, 1994, 2ªedição. 192 p.

CARITA, Hélder – *Lisboa Manuelina e a formação de modelos urbanísticos da época moderna (1495-1521)*. Lisboa: Livros Horizonte, 1999. 225 p. ISBN 9722410806

CERQUEIRA, Eduardo – 'Aspectos e modificações do Rossio'. *Arquivo do Distrito de Aveiro*, nº57, 1949: p. 268-297.

CHRISTO, António; GASPAR, João Gonçalves – *Calendário Histórico de Aveiro.* Aveiro: Câmara Municipal de Aveiro, 1986. 553 p.

DIAS, Paula Isabel Aleixo – *Evolução morfológica da cidade de Aveiro.* Coimbra: [s.n], 1998. 184 p. Prova Final de Licenciatura apresentada ao Departamento de Arquitectura da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra.

FERNANDES, Mário Gonçalves – *Urbanismo e morfologia urbana no Norte de Portugal: Viana do Castelo, Póvoa de Varzim, Guimarães, Vila Real, Chaves e Bragança entre 1852 e 1926.* Porto: FAUP, 2005. 497 p. ISBN 9729483701

FERREIRA, Sofia Almeida Silva – *Aveiro no Estado Novo, A Cidade Idealizada versus a Cidade Operacionalizada.* Porto: [s.n], 2003. 118 p. Dissertação de Mestrado em Planeamento Urbano e Regional, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

GASPAR, João Gonçalves – *Aveiro, notas históricas.* Aveiro: Câmara Municipal de Aveiro, 1983. 222 p.

GASPAR, João Gonçalves – *Aveiro na História.* Aveiro: Câmara Municipal de Aveiro, 1997. 374 p. ISBN 9729137331

GASPAR, Jorge – 'A morfologia urbana de padrão geométrico na Idade Média'. *Finisterra, Revista Portuguesa de Geografia*, vol.IV (8), 1969: p. 198-215.

GASPAR, Jorge – 'A Cidade Portuguesa na Idade Média, aspectos da estrutura física e desenvolvimento funcional'. *La Ciudad Hispanica* [em linha] Madrid : Editorial de la Universidad Complutense. (1985), p. 133-147. [consult. Março 2011]
Disponível na Internet: <http://www.ucm.es/BUCM/revistas/ghi/02143038/articulos/ELEM8585120133A.PDF>

GOMES, Marques – *Memórias de Aveiro.* Aveiro: Typographia Commercial, 1875. 211 p.

GOMES, Marques – *O Districto de Aveiro: Notícia geographica, estatística, heráldica, archeologica, histórica e biographica da Cidade de Aveiro e de todas as villas freguezias do seu districto.* Coimbra: Imprensa da Universidade, 1877.

GOMES, Marques – *Subsídios para a História de Aveiro.* Aveiro: Typographia do Campeão das Províncias, 1899.

HENRIQUES, Maria Aurora Bernardo – 'Evolução Histórica de Aveiro'. *Boletim Municipal de Aveiro*, nº17. Aveiro: Câmara Municipal de Aveiro, 1991: p. 17-19.

História de Aveiro – Sínteses e Perspectivas. Aveiro: Câmara Municipal de Aveiro, 2009. 398 p. ISBN 9789898064141

LAMAS, José M. Ressano Garcia – *Morfologia Urbana e Desenho da Cidade.* Lisboa: Fundação Gulbenkian/Junta Nacional de Investigação Cientifica Tecnológica, 1993. 564 p. ISBN 972310606X

MADAHIL, António Gomes Rocha – 'Impressões de Aveiro recolhidas em 1871'. *Aveiro e o seu Distrito*, nº2, 1966: p. 48-56.

MADAHIL, António Gomes Rocha (edição) – *Milenário de Aveiro, Colectânea de documentos históricos.* Aveiro: Câmara Municipal de Aveiro (vol.2), 1959.

MARQUES, A.H. Oliveira; GONÇALVES, Iria; ANDRADE, Amélia de Aguiar – *Atlas de cidades medievais Portuguesas séculos XII-XV)*. História Medieval, vol.1, Instituto Nacional de Investigação Científica. ISBN 9726671116

NEVES, Amaro – *Aveiro: história e arte*. Aveiro: Associação de Defesa do Património Natural e Cultural da Região de Aveiro (ADERAV), 1984. 223 p.

NEVES, Amaro; RAMOS, Carlos Alberto (fotogr.) – *Aveiro, silhuetas do tempo que passa.* Aveiro: Associação de Defesa do Património Natural e Cultural da Região de Aveiro (ADERAV), 1985. 132 p.

NEVES, Francisco Ferreira – 'O cais de Aveiro'. *Arquivo do Distrito de Aveiro*, nº77, 1954: p. 320-322.

NEVES, Francisco Ferreira – 'Panorama Social de Aveiro em 1842'. *Arquivo do Distrito de Aveiro*, vol. XXIX, 1963: p. 31-40.

OLIVEIROS, Albertina Valentim – 'Aveiro no século XV'. *Aveiro e o seu Distrito*, nº15, 1973: p. 15-23.

PATRÃO, Paulo Gil Crespo Saraiva – *Aveiro, Cidade e Arquitectura: (uma) leitura do espaço urbano.* Coimbra: [s.n], 2000. 156 p. Prova Final de Licenciatura apresentada ao Departamento de Arquitectura da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra.

PINTO, Sandra Maria Gameiro – *Análise formal: recursos, princípios, métodos. Subsídios metodológicos para o conhecimento da cidade portuguesa.* Coimbra: [s.n.], 2006. 193 p. Dissertação de Mestrado apresentada ao Departamento de Arquitectura da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra.

QUADROS, José Reinaldo Rangel de – *Aveiro: apontamentos históricos*. Aveiro: Câmara Municipal de Aveiro, 2009. 675 p. ISBN 9789898064165

QUADROS, José Reinaldo Rangel de – *Aveiro: origens, brasão e antigas freguesias.* Aveiro: Paisagem editora, 1984.

ROSSA, Walter – 'A relevância da cartografia para a construção da história de urbes como Aveiro'. *SAL, Boletim Municipal de Cultura*, 2007: p. 5-9. ISSN 16466926

ROSSA, Walter – *A urbe e o traço: uma década de estudos sobre o urbanismo português.* Coimbra: Almedina, 2002. 434 p. ISBN: 9724017982

ROSSA, Walter; TRINDADE, Luísa – 'Questões antecedentes da cidade portuguesa: o conhecimento sobre o urbanismo medieval e a sua expressão morfológica'. *Murphy, Revista de História e Teoria da Arquitectura e do Urbanismo.* Coimbra: Departamento de Arquitectura da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra, 2005: p. 70-109.

'Rossio – 1851'. *Semanário Litoral*, nº 1266, (21 Set. 1979).

SALGUEIRO, Teresa Barata – *A cidade em Portugal. Uma geografia urbana.* Porto: Edições afrontamento, 2ªedição, 1992. 433 p. ISBN 9723602024

SALGUEIRO, Teresa Barata – 'A espacialidade no Tempo Urbano'. *Penélope, Fazer e desfazer a História.* [em linha] Lisboa: Edições Cosmos. nº7, (1992), p. 7-25. [consult. em Março 2011] Disponível na Internet: <URL:http://www.penelope.ics.ul.pt/indices/penelope_07/07_04_TSalgueiro.pdf>

SARABANDO, João (org., introd. e notas) – *Aveiro, imagens de um século: do espólio de coisas deixado por João Sarabando.* [Porto]: Campo das Letras, 2007. 139 p. ISBN 9789896261666

SILVA, Cristina Emília Ramos - *Aveiro: território e cidade. Arqueologia de uma forma urbana.* Coimbra: [s.n], 1999. 205 p. Prova Final de Licenciatura apresentada ao Departamento de Arquitectura da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra.

SILVA, David Moreira; SILVA, Maria José Moreira – *Anteplano de Urbanização da Cidade de Aveiro (peças escritas)*. Porto, 1948.

SILVA, Maria João Violante Branco Marques da – *Aveiro Medieval*. Aveiro: Câmara Municipal de Aveiro, 1991. 208 p. ISBN 9729137065

SOUSA, José Ferreira da Cunha – 'Memória de Aveiro no século XIX'. *Arquivo do Distrito de Aveiro*, vol. VI, 1940: p. 83-100; 177-202; 259-277.

TAVARES, José – 'Aveiro e o seu progresso'. *Arquivo do Distrito de Aveiro*, vol. XXV, 1959: p. 55-63.

TEIXEIRA, Manuel C. – *Habitação popular na cidade oitocentista: as ilhas do Porto.* Lisboa: Fund. Calouste Gulbenkian: Junta Nacional de Investigação Cientifica e Tecnológica D.L. 1996. ISBN 9723107007

TEIXEIRA, Manuel C.; VALLA, Margarida – *O urbanismo Português, séculos XIII-XVIII. Portugal-Brasil.*[Lisboa]: Livros Horizonte, 1999. 334 p. ISBN 972241061X

TRINDADE, Luísa – *Urbanismo na composição de Portugal.* Coimbra: [s.n.], 2009. 882 p. Dissertação de Doutoramento em História (História da Arte) apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

VITÓRIA, José Augusto da Rocha Maia – *Estudos e propostas para o centro de Aveiro.* Coimbra: [s.n], 1995. 74 p. Prova Final de Licenciatura apresentada ao Departamento de Arquitectura da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra.